



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 181.4.55.O

DATA: 10/07/18

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 18h55min

TÉRMINO: 23h51min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
18:56	BC	CLAUDIO CAJADO

Obs.:

Ata da 181ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª legislatura, em 10 de julho de 2018.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

ÀS 18 HORAS E 55 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

André de Paula

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 371 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Claudio Cajado.



O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP-BA. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

(Discurso publicado na Sessão nº 236, de 20/11/18.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 360 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROJETO DE LEI Nº 10.332-B, DE 2018

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 10.332-B, de 2018, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que cria a Conta de Desenvolvimento Energético, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação deste e das Emendas de nºs 2, 17 a 19, com Substitutivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 3 a 16, 20 a 26 (Relator: Dep. Julio Lopes); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste e das Emendas de nºs 2, 17 a 19, na forma do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia, e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 3 a 16, 20 a 26 (Relator: Dep. Julio



Lopes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Julio Lopes). Emendas de Plenário de nº 27 a 31: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Minas e Energia, pela aprovação da Emenda de nº 29, na forma de Subemenda Substitutiva Global, e pela rejeição das Emendas de nºs 27, 28 e 30 (Relator: Dep. Julio Lopes); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária da Emenda de nº 29, e, no mérito, pela aprovação da Emenda de nº 29, na forma de Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Minas e Energia (Relator: Dep. Julio Lopes); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Julio Lopes). A Emenda de nº 31 foi inadmitida.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todas as votações serão nominais.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT reitera o acordo, Sr. Presidente, uma vez que todas as votações serão nominais. Nós retiramos a obstrução.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, peço um esclarecimento que interessa inclusive a quem nos acompanha, até das galerias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pois não.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. terá que ler...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Assim que terminar a matéria das distribuidoras, eu leio a MP 825 e voto; a 826 e voto; e a 827, para votação, nessa ordem.

O SR. CHICO ALENCAR - E a 832?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A 832 nós vamos tentar votar amanhã.

O SR. CHICO ALENCAR - Certo. Então depende da nossa presença e disposição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Amanhã, com certeza.

O SR. CHICO ALENCAR - Não, hoje, independentemente do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso. Para que acabe rapidamente a questão das distribuidoras, independentemente do mérito.

O SR. CHICO ALENCAR - Estaremos aqui, se for necessário, até o amanhecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se V.Exa. retirar o requerimento de retirada de pauta, ajuda.



O SR. CHICO ALENCAR - Não, aí esta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - (*Riso*). Estou brincando.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta da presente Ordem do Dia do PL nº 10.332/2018.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2018.

Deputado Chico Alencar

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra do Deputado Chico Alencar.

O fato de V.Exa. não ter pedido um novo painel já foi uma concessão, não é, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputadas, Deputados, servidores, nós queremos questionar este projeto da privatização, depois do saneamento que defendemos das distribuidoras da ELETROBRAS.

Ao fim e ao cabo, esta proposta prepara essas distribuidoras para a privatização e aponta aqui e ali uma ou outra medida que poderia ser tomada sem o leilão futuro que se pretende, de resto, na nossa visão, já vedado pelo Ministro Lewandowski. E nós sabemos que a geração de energia e a sua distribuição são bens comuns, bens públicos do povo brasileiro.

Se uma distribuidora tem algum cabide de emprego, que isso se resolva! Há apadrinhamento aqui ou ali? Sim, mas sucateá-las, como vem acontecendo com o desinvestimento público, afeta a população que está lá na ponta. A Região Norte pode até ficar sem energia! E isso não é alarmismo, é uma possibilidade. Todos aqui conhecemos o Brasil dos apagões.

Então, nós estamos aqui fazendo o bom combate. A matéria principal foi aprovada, contra o voto da Oposição, e agora trazemos estes destaques para tentar reduzir danos e questionar cada uma dessas iniciativas que não atendem a um projeto de Nação. Repetimos à exaustão: matriz energética e sua distribuição são algo que tem que existir sob o controle do poder público, para que não haja a demasia dos preços e para que a ótica privada e privatista não prevaleça aí. Nós



não queremos um Estado total que interfere e age em todos os setores da vida nacional, nem mesmo em setores econômicos! Nós queremos um Estado transparente, um Estado eficaz, um Estado que atenda à população, um Estado que, de fato, regule as atividades, ao contrário do que fez recentemente a Agência Nacional de Saúde.

Portanto, estamos aqui nesta batalha e ouvimos do Presidente — isto é muito importante — que S.Exa. lerá a Medida Provisória nº 825, de 2018, a Medida Provisória nº 826, de 2018, que fala de recursos para a segurança no Rio de Janeiro, outro bom debate, e a Medida Provisória nº 827, de 2018, tão esperada. Por nós, a ordem seria a inversa, mas estaremos aqui para votar isso até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à orientação de bancada.

Como votam o MDB, o PP, o PR, o PSDB, o DEM, o PRB, o PR, o Solidariedade e o PRB? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto “não” e pede que se coloque o voto “não” para toda a base.

O SR. HILDO ROCHA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que temos que esgotar esta matéria no dia de hoje. Não é mais possível passá-la para frente. Então, nós somos contra a retirada de pauta.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai votar “não”.

O SR. HILDO ROCHA - É importante que os brasileiros que moram na Região Norte possam ter energia de qualidade e segurança, porque energia de



qualidade significa mais indústrias, significa mais empregos. Hoje é necessário que o mercado seja respeitado, porque, se houver mais empresas ofertando energia — e isso passa pela aprovação deste projeto de lei —, com certeza, a energia será mais barata. Então, Sr. Presidente, nós encaminhamos o voto “não”.

Aproveito para pedir a V.Exa. que libere as galerias aos outros agentes de combate às endemias e agentes comunitários de saúde que estão na Casa. São pessoas pacíficas, que não vão nem sequer se pronunciar. Ainda há alguns deles no Auditório Nereu Ramos. Peço-lhe que autorize a segurança a liberar a entrada deles. Eu e os demais Líderes aqui presentes nos responsabilizaremos pelo comportamento desses agentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PT?

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT retirou a obstrução. No entanto, nós vamos votar “sim” a este requerimento, até porque nós votamos contra o PL que trata da venda de distribuidoras da ELETROBRAS.

Este projeto está proporcionando o fatiamento da ELETROBRAS, e nós nos posicionamos contrariamente à venda da ELETROBRAS. Assumimos com V.Exa. o compromisso de não obstruir a sessão porque queríamos a votação nominal de destaque por destaque, até porque os destaques aqui apresentados melhoram este projeto das distribuidoras.

Então, nós vamos seguir este requerimento do PSOL de retirada de pauta, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, nós somos a favor da retirada de pauta. Estão tentando desmontar o Estado brasileiro!

Na semana passada, o Plenário da Câmara entregou aqui 3 bilhões de barris de petróleo, podendo chegar a 15 bilhões de barris, para as multinacionais. Agora querem porque querem entregar as distribuidoras da ELETROBRAS. Mas nós dizemos “não”. Não aceitamos essa entrega por um Governo que não tem legitimidade para fazê-lo e que está atuando por interesses mais do que mesquinhos.

Nós vamos continuar trabalhando para que esta matéria não seja votada. Queremos, sim, votar a matéria dos agentes comunitários de saúde e a medida do frete para os caminhoneiros, mas não queremos entregar o patrimônio brasileiro, a ELETROBRAS.

Por isso, nós somos a favor da retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu peço a atenção do Plenário, pois determinei à diretoria da Polícia Legislativa que deixe no plenário exclusivamente os Parlamentares e a assessoria credenciada.

Desde a semana passada, temos tido aqui os agentes de saúde, que, com todo o respeito, não devem permanecer no plenário, pois haverá a votação de uma medida provisória do interesse deles, nem devem ficar as pessoas ligadas aos caminhoneiros. Mas eu continuo vendo pessoas ligadas aos caminhoneiros no plenário, e, enquanto elas aqui estiverem, não haverá votação.



A votação ocorrerá com toda a liberdade, para que todos os Parlamentares tomem suas decisões com toda a responsabilidade, ouvindo a todos. A autorização para ficar no plenário é apenas para a assessoria credenciada e para Deputados e Deputadas.

Como vota o PDT?

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os caminhoneiros poderiam então ocupar as galerias?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Podem, com certeza. Está liberado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É importante que fiquem ocupando as galerias e que estejam aqui dialogando, sim, com o Plenário, com a Câmara dos Deputados, que não pode se fechar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com certeza, nas galerias e nos gabinetes. No plenário, só os Parlamentares. É assim em qualquer Parlamento do mundo.

O SR. GLAUBER BRAGA - Quando há aqui a presença de representantes da Shell...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, Deputado, mas o PSOL já se manifestou.

Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota pela retirada de pauta, Sr. Presidente.

Esta questão é estratégica. A questão energética, conforme colocado aqui, não é o mesmo de se tentar terceirizar ou fazer qualquer outro tipo de PPP, como



chamamos. Esse processo começa com as distribuidoras até chegar ao que o Governo quer, que é a venda da ELETROBRAS a preço vil. Isso não nos interessa, não interessa ao País nem interessa a nenhum país que deseja ser soberano.

Portanto, a nossa indicação é pela retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB, Deputado Orlando Silva?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, quero fazer um registro. Considero que a decisão de que o plenário seja ocupado apenas por Parlamentares e assessores credenciados deve ser a regra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É a regra. Eu sei.

O SR. ORLANDO SILVA - Deve ser a regra, porque inúmeras votações ocorrem com a presença de lobistas. Aliás, eu até defendo a regulamentação do *lobby* no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu também. Estou tentando votá-la, Deputado.

O SR. ORLANDO SILVA - ...para que fiquem claros a responsabilidade e o papel dessas instituições e pessoas.

Mas que se repita, nos casos semelhantes, a mesma prática que garante que os Parlamentares votem livremente, independentemente de pressão.

O PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso!

Como vota o PSB, Deputado Bebeto?



O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no mérito, o PSB se posicionou contra a matéria. Por decisão unânime da nossa bancada, nós entendemos que a venda do patrimônio público é um mal que se causa à nacionalidade, aos interesses nacionais, e, sem sombra de dúvida, é um mal ao projeto de desenvolvimento nacional que precisamos estruturar. Nesse sentido, encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vota “sim”.

Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria, neste caso, encaminha o voto “sim” e reforça seu compromisso com a votação hoje da Medida Provisória 827, que reconhece o papel dos agentes comunitários de saúde no Sistema Único de Saúde, melhora o seu piso remuneratório e dá mais dignidade a esses agentes, que exercem papel tão importante dentro do SUS.

Aliás, no momento em que nós estamos vendo a queda da cobertura vacinal no País e o aumento da mortalidade infantil, fruto dos cortes nos investimentos em saúde pública, nada mais simbólico do que votarmos hoje a favor dessa medida que melhora a situação dos agentes comunitários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -A REDE vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição, acompanhando todos os partidos aqui, vota “sim”, porque



entendemos que as distribuidoras de energia são estratégicas lá na ponta, para garantir, democraticamente, inclusão social e inclusão energética em todos os cantos deste País. Na hora em que privatizarmos, em que vendermos as distribuidoras, o mercado, o lucro e a rentabilidade vão definir quem vai ser incluído no direito à energia e quem vai ser excluído desse direito. E a energia deve ser um direito de todos os brasileiros.

Por isso, não é possível apoiar a privatização do setor elétrico e muito menos das distribuidoras. A Oposição vota “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque nº 8:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, IX, c/c 161, inciso II, Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 23 apresentada ao Projeto de Lei 10.332/2018.

Sala das Sessões, 4/7/18

Deputado André Figueiredo

Líder do PDT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, evidentemente que nós temos um posicionamento muito claro contra este projeto de lei, bem como contra todas as medidas que visam à privatização da ELETROBRAS.

Nós temos aqui um destaque que estabelece a obrigatoriedade de a União reembolsar a ELETROBRAS no valor de 3 bilhões e meio de reais relativos a recursos que foram destinados ao reembolso de gastos com as usinas termelétricas do norte do País. O projeto de lei em epígrafe determina que a ELETROBRAS seja reembolsada pelo Governo apenas em 2019. Isso, evidentemente, facilita o processo de privatização, porque vai possibilitar à ELETROBRAS a utilização desses recursos como crédito para o abatimento de novas outorgas.

Nós queremos que a União tenha a obrigatoriedade de pagar esses recursos ainda no exercício de 2018. Por quê? Porque cai por terra mais um dos argumentos, o que diz que a ELETROBRAS está falida, que a ELETROBRAS está com dificuldades financeiras, que as geradoras de energia elétrica da Região Norte e algumas da Região Nordeste precisam ser privatizadas — Piauí, Alagoas, Roraima, enfim, seis distribuidoras do nosso País. Nós queremos, com a aprovação deste destaque, colocar mais um elemento que diga que a ELETROBRAS não está quebrada.

Nós precisamos ter todos os caminhos que inviabilizem a privatização de algo extremamente estratégico para a segurança energética nacional.



Por isso, pedimos aos nobres colegas que apoiem este destaque, que vai justamente fazer com que a ELETROBRAS, ainda em 2018, tenha algum fôlego, para que o próximo Governo possa decidir, juntamente com o Congresso Nacional, como agir em relação ao setor elétrico brasileiro.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jose Stédile votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. BALEIA ROSSI (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “não”, Sr. Presidente, e solicita a toda a base que também oriente o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vai votar “não”, mas o Deputado Jhonatan de Jesus vai votar “sim” ao requerimento, porque estamos vivendo de apagões em apagões



no meu Estado, e não será a venda dessas companhias ou o processo de leilão que vai resolver o problema energético do Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “sim”, Sr. Presidente.

O Destaque nº 8, de autoria do PDT, com o argumento do Deputado André Figueiredo, tem todo o nosso aval. Esse valor investido, da ordem de 3,5 bilhões de reais, desmistifica a luta pela privatização do setor elétrico, principalmente das distribuidoras. Portanto, a bancada do PT vota “sim”, para que não se privatizem as distribuidoras do setor elétrico.

O SR. PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, peço a palavra pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouquinho.

Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB tem absoluta concordância com este destaque apresentado pela bancada do PDT, e eu quero que o Plenário compreenda a necessidade de favorecer a própria ELETROBRAS.

As pessoas ficam falando que a ELETROBRAS tem dificuldades, tem carência de recursos, e o que se busca com este destaque é criar uma agilização, uma antecipação, em 1 ano, para que a ELETROBRAS tenha acesso a esses recursos que já estão lá nessa conta única do sistema elétrico.

Portanto, eu não vejo razão para não aprovarmos o destaque. Aprovando aqui esta matéria, esperamos que a ELETROBRAS possa rapidamente se ressarcir daquilo que ela teve que fazer de aporte para assumir essas concessionárias.



Portanto, encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a emenda do PDT prevê que a ELETROBRAS possa ter acesso a esse valor de 3,5 bilhões de reais em créditos, exatamente para que ela possa tomar o fôlego necessário para ter sobrevivência. E o que a União quer? O que esta Casa está fazendo? Está negando à ELETROBRAS esse recurso, adiando esse pagamento, tirando dela o fôlego, sufocando-a de tal maneira que, em não podendo respirar, ela sucumba, e a partir daí se justifique a sua privatização, dizendo: *“Olhem, ela está mal, está ofegante; está respirando por meio de aparelhos. Ela está na UTI, está morre, não morre. Vamos desligar os aparelhos da ELETROBRAS, para terminarmos de vez com ela”*.

O nosso destaque é para evitar a morte da ELETROBRAS, Presidente. Por isso, o voto é “sim”.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o DEM?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu votei contra o projeto de lei, o mérito. Agora, o que a Oposição está fazendo é de uma irresponsabilidade sem tamanho, ou seja, quer criar dificuldades para as empresas distribuidoras de energia. O correto aqui é estender até 2019 a CCC, que dá em torno de 3,5 bilhões de reais, o que permite



que localidades afastadas possam ainda ter essa conta para resolver problemas que eventualmente possam vir a acontecer.

Eu voto contra, o partido vota contra, e votei contra o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB?

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL apoia esta emenda do Partido Democrático Trabalhista, porque ela se insere na ideia de fortalecimento da ELETROBRAS. Não garantir recursos do Tesouro para a ELETROBRAS, ainda que contingenciais, um débito, é fragilizá-la. Isso de deixar esses aportes para o ano que vem, outra conjuntura, outra conformação política no País, não se justifica. Nosso entendimento é que esses aportes do Tesouro têm que ser feitos de imediato.

É engraçado: o Governo que corta tanto, que evita tanto o investimento público, nesse caso, sabendo que esses aportes melhorariam a situação da ELETROBRAS, empurra-os com a barriga e quer deixá-los para o ano que vem.

Nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PPL? *(Pausa.)*



Como vota a Minoria?

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Esse Governo entreguista, privatista quer matar dois coelhos com uma cacetada só: de um lado, privatizar as distribuidoras, excluindo centenas de famílias do direito da energia e aumentando o preço da energia; e, de outro lado, criar as condições para justificar a privatização do Sistema ELETROBRAS.

Quem vota “não” está não só privatizando as seis distribuidoras, a 50 mil reais cada uma delas, o que é um acinte do ponto de vista do interesse público, mas também criando as condições para justificar a privatização do Sistema ELETROBRAS no próximo ano.

Portanto, a nossa bancada vota “sim”, contra o entreguismo, contra a privatização do setor elétrico e contra o aumento da energia para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Oposição?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, a União está assumindo 3,5 bilhões de reais que dizem respeito a uma dívida que a ELETROBRAS irá assumir. Ela retira essa dívida das distribuidoras para que as distribuidoras possam ser abocanhadas. A União assume 3,5 bilhões de reais de uma dívida das distribuidoras, que têm como avalista a ELETROBRAS, para vender por 300 mil reais as seis distribuidoras, para entregar o patrimônio e roubar a energia do povo do Norte e de dois Estados do Nordeste.

Mas o que faz a União? A União quer, com este aporte de recursos, baratear, diminuir depois o preço da ELETROBRAS para vendê-la também.



Portanto, nós queremos antecipar o aporte de recursos da União para a ELETROBRAS, para fortalecer a ELETROBRAS e impedir as manobras entreguistas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela Oposição para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Outra vez, Deputado? A Deputada Erika Kokay já encaminhou pela Oposição. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Presidência informa que todas as votações, todas, serão nominais, de ofício.

Então, Deputado, não se ausente, que todas elas serão nominais.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequiel Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco do PP.

V.Exa. tem 10 minutos na tribuna.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (Bloco/PODE-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, querido povo brasileiro, venho a esta tribuna para falar sobre a tentativa desesperada, vergonhosa e infrutífera de livrar Lula da cadeia que vimos no último domingo.

Colegas, é inegável que o Partido dos Trabalhadores, numa atitude clara, tentou aplicar um golpe na sociedade brasileira ao procurar um juiz companheiro de Lula para livrá-lo da prisão. A sua organização arquitetou um *habeas corpus*, num domingo pela manhã, durante recesso do Judiciário, justamente num plantão, quando um dos seus companheiros estava por lá.

E pasmem, senhores! Pasmem, amigos brasileiros! O juiz entrou no plantão e os autores da ação, que não eram os legítimos representantes do condenado, 30 minutos após, ingressaram com o pedido de soltura. O juiz companheiro, sem legitimidade, jamais poderia interferir numa decisão que já tinha sido proclamada pelo Supremo Tribunal Federal e também por um colegiado como o do Tribunal Regional Federal.

O “Partido das Trevas” é tão soberbo que acreditou mesmo no sucesso da pataquada toda que arquitetaram. Não sei se V.Exas. viram, mas no domingo até anunciaram a soltura do condenado. É lamentável assistir ao desespero daqueles



que estão vendo desmoronar seu projeto de poder e ao que são capazes de fazer. Saibam que isso em nada conquista a simpatia da sociedade, a não ser para que sejam mais uma vez motivo de chacotas, como foram agora. Estão percebendo que a era petista está com os dias contados. Bateu o desespero!

Ainda quero destacar aqui, caros colegas, que a decisão do juiz “companheiro” — entre aspas — não vai ao encontro do que espera a população brasileira, que anseia a punição dos corruptos.

Essa tentativa esdrúxula de golpe, no último domingo, só confirma o que venho falando há muito tempo: o PT aparelhou o Estado. Em seu projeto de perpetuação no poder, nomeou a companheirada em todos os órgãos públicos, inclusive nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais. Isso é uma vergonha!

Como pode um desembargador companheiro e militante petista ser nomeado pelo quinto constitucional? Ele não fez concurso público e entrou pela janela no melhor estilo petista.

Por isso, caros colegas, o quinto constitucional deve deixar de existir para a investidura no cargo de juiz. No meu entendimento, todo magistrado deve ser concursado e não pode sofrer interferência de agente político. Sabemos que esses juízes são colocados lá por políticos, exclusivamente, para a defesa pessoal. V.Exas. vão concordar: com esse episódio, ficou muito claro o aparelhamento do Estado pelos petistas. Isso precisa ter um fim!

E aí pergunto: a quem interessa essa impunidade? Querem, verdadeiramente, transformar o Brasil numa anarquia. Eles não desistem! Lutam a



todo custo para fazer do nosso País o quintal da companheirada. Afrontam nossas instituições e desafiam a nossa inteligência.

Imaginem, senhores, se essa presepada de “fato novo”, por conta do desejo de concorrer às eleições, como estava no pedido de soltura do condenado, pudesse ser usada como justificativa para libertar bandidos? Então, preciso destacar que a mesma justificativa pode ser usada por muitos figurões corruptos, que também estão presos, e até os maiores traficantes do País poderão usar da mesma desculpa patética para lançar suas candidaturas e assim conseguirem a liberdade.

Atenção, povo brasileiro — muita atenção, povo brasileiro: não caia na baleia petista de que Lula pode ser candidato à Presidência. Lula é um condenado! Está preso e continuará preso, cumprindo a pena imposta. Está inelegível.

Por isso, minha gente, não se deixe enganar. Vamos banir do nosso País todos esses corruptos. As eleições estão chegando e é uma excelente oportunidade para colocarmos o Brasil de cabeça para cima.

Para robustecer o meu discurso, eu gostaria de dizer que saiu no jornal *O Globo* de ontem o perfil de Rogerio Favreto, dizendo que a carreira do desembargador do TRF 4 é vinculada ao PT. Diz ainda que ele ocupou quatro cargos diferentes no Governo Lula, além de ser próximo do ex-Ministro Tarso Genro.

Filiado ao PT de 1991 a 2010, o desembargador Rogerio Favreto — do Tribunal Regional Federal da 4ª Região — responsável por conceder a liberdade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chegou ao cargo por escolha da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011 — depois da indicação da Ordem dos Advogados do Brasil.



O magistrado também trabalhou na Presidência da República durante o segundo mandato de Lula.

Gaúcho de Tapejara, nascido em 1966, Rogerio Favreto teve quase toda a sua carreira vinculada ao PT, inicialmente como assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre e, posteriormente, como procurador do município de Porto Alegre.

(...)

Ao todo, Favreto ocupou quatro cargos no Governo Lula, em quatro ministérios diferentes. De março a dezembro de 2005, foi assessor da subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência.

Deixou o cargo para assumir a chefia da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social, posição que ocupou até junho de 2006, quando passou a ser chefe da assessoria jurídica especial da Secretaria de Relações Institucionais. Por fim, foi secretário nacional da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça entre abril de 2007 e junho de 2010.

Diz ainda a matéria:

A ligação do desembargador com o partido é destacada até em documentos oficiais. Em 2014, o Ministério da Justiça publicou um livro sobre o projeto de reforma do Judiciário realizado durante os governos do



PT e cita que o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, “fez questão de colocar à frente da pasta um homem de sua inteira confiança:” — e que baita confiança — “o também gaúcho e petista Rogerio Favreto, que fora assessor jurídico e procurador-geral do município de Porto Alegre, quando Tarso Genro fora prefeito da capital gaúcha”.

Meus queridos, essa matéria saiu ontem, segunda-feira, no jornal *O Globo*. Quem quiser ler a reportagem pode verificar o perfil de Rogerio Favreto.

Sr. Presidente, neste momento, quero pedir que este meu discurso seja veiculado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Quero também aproveitar este tempo que me resta como Líder para dizer que também deve ser investigado e punido esse desembargador. Ele não tinha legitimidade para fazer o que fez.

Querem fazer do Brasil uma anarquia. Isso é indecente. Isso é imoral. Nós continuamos rogando a Deus que os brasileiros continuem tendo fome e sede de justiça, porque bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, pois eles serão fartos.

Brasil de cabeça para cima!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, povo brasileiro.

O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco/PROS-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer um breve registro. Hoje, o Dr. Gustavo Moreira, advogado que tem uma carreira destacada em Campina Grande, completa mais uma primavera: 30 anos. Não poderíamos deixar de fazer esse registro aqui no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB muda a orientação para “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um comunicado aos membros da Comissão de Licitações.

Nós estávamos votando o relatório do Deputado João Arruda, mas, infelizmente, depois do início da Ordem do Dia, nós tivemos que adiar essa votação. Vamos encerrar por hoje a reunião e convocar os Srs. Deputados para votarmos o relatório amanhã, às 11 horas.

Então, eu quero convocar todos os membros. O relatório já está pronto. O Deputado João Arruda já negociou esse relatório...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Marque para as 9 horas, Deputado.

O SR. AUGUSTO COUTINHO - Então vou marcar a reunião para as 9 horas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

O SR. HILDO ROCHA - Pode. Vamos acelerar os trabalhos, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos!

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer um registro.

Nós estamos acompanhando certos debates e discussões aqui no plenário que envergonham o Parlamento brasileiro. O Parlamento fica criminalizando a política, fazendo a defesa de parte da Justiça que se partidarizou, que criminalizou a política brasileira, que criminaliza este Parlamento. Ficam aqui com bajulações, apenas porque têm ódio contra o Presidente Lula.

O Presidente Lula é o maior líder popular, e sua prisão é reconhecida no mundo inteiro como uma prisão política. Isso é uma vergonha! O Brasil inteiro quer justiça, quer a Constituição respeitada, quer Lula livre!

E quem quiser derrotar o Presidente Lula se candidate à Presidência. Agora, não use o microfone para criminalizar um homem inocente, um homem lutador, da altura do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

O SR. HILDO ROCHA - Vamos encerrar, Presidente.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Dê-me 1 minuto antes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar e passar a palavra.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Quero fazer um registro, Presidente. Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aguarde um momento, só para encerrarmos a votação.

O Deputado Paulo Pimenta falará pela Liderança, mas, antes, vou encerrar a votação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

Todos já votaram?

O SR. HILDO ROCHA - Todos já votaram.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado:

SIM: 129;

NÃO: 205.

A EMENDA FOI REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta, pela Liderança do PT.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tentei acompanhar a leitura de um pronunciamento feito agora há pouco por um colega Deputado, mas confesso a V.Exa. que não consegui. Acho que a pessoa que escreveu o pronunciamento para ele não tinha a menor noção do que estava escrevendo. Acabou ficando um amontoado de frases desconexas. Qualquer pessoa que tenha tentado compreender deve ter ficado com a mesma sensação que eu, porque tanto o Deputado como quem escreveu não têm a menor noção do que estavam dizendo.

Sr. Presidente, aquilo a que nós assistimos no Brasil no último domingo nem durante a ditadura militar este País assistiu! Mesmo na ditadura militar, os *habeas corpus* eram cumpridos.

Se alguém, especialmente um Parlamentar, deve alguma coisa à Justiça, saiba que ele sempre será covarde, sempre será medroso demais para fazer uma crítica a um juiz, um promotor ou um delegado. Todo covarde é submisso, e este processo revelou vários.

Eu quero que os senhores e as senhoras tenham coragem de vir a esta tribuna para dizer que é certo e faz parte do Estado Democrático de Direito que um delegado ou um juiz de primeira instância decida não cumprir uma ordem da Justiça porque não concorda com ela. se os senhores ou as senhoras acham que é correto que um juiz em férias em Portugal ligue para a Polícia Federal e ordene que não seja cumprida uma ordem judicial, num processo que sequer era de sua vara, venham a esta tribuna e defendam isso.



Mas defendam com coragem, porque nós estamos aqui de cabeça erguida, junto com o Brasil, que assistiu a mais uma violência cometida contra o Presidente Lula, um cidadão brasileiro que hoje não consegue obter seus direitos, até mesmo quando a Justiça toma uma decisão em seu favor.

Diariamente os tribunais deste País adotam decisões com as quais nós não concordamos ou das quais não gostamos, como, por exemplo, quando determinadas pessoas são colocadas em liberdade. Todas essas decisões são passíveis de serem objeto de recurso pelas vias judiciais, nos termos em que a Constituição estabelece. Mas não há a previsão no ordenamento jurídico brasileiro de que alguém possa recorrer de uma sentença que não foi cumprida, de uma decisão que não foi executada.

Eu estava dentro da Superintendência da Polícia Federal quando os agentes, sem qualquer cerimônia, diziam em alto e bom som: *“Nós não vamos cumprir esta decisão, porque o Juiz Sérgio Moro ligou aqui para a Polícia e pediu que ela não seja cumprida”*.

Sras. e Srs. Deputados, isso é um atentado contra o Estado Democrático de Direito, contra a democracia. Isso é fruto de uma articulação criminoso, que nós suspeitávamos que existia, mas que até o último domingo não se tinha apresentado de maneira tão nítida para o Brasil e para o mundo. Esse esquema criminoso envolve juízes, desembargadores, procuradores, integrantes da Polícia Federal. Eles montaram um consórcio criminoso que tem a alcunha de Lava-Jato, mas que, na realidade, deveria se chamar “farsa-a-jato”.

Foi esse mesmo consórcio criminoso que, num determinado momento, interceptou uma ligação telefônica entre a Presidenta Dilma e o Presidente Lula. Foi



esse mesmo consórcio criminoso que divulgou no *Jornal Nacional* conversas privadas da D. Marisa com o seu filho. Foi esse mesmo consórcio de criminosos que fez a condução coercitiva do Presidente Lula e que sequestrou, lá em Atibaia, um cidadão e o seu filho, para tentar, de maneira fascista, arrancar deles, num depoimento sem advogado, aquilo que queriam ouvir.

Sras. e Srs. Deputados, honrem os mandatos que têm, a legitimidade do voto popular. V.Exas. não são menores do que um promotor, um delegado ou um juiz. Não se ajoelhem dessa maneira, porque V.Exas. envergonham esta Casa!

Nós, como instituição, temos o dever de alertar o País sobre o estado de exceção que vivemos hoje. Aqueles que se calam diante deste Estado policial envergonham as suas biografias e entrarão para a história pela porta dos fundos, pela lata do lixo, como todos aqueles que transformaram as suas togas num uniforme de militância político-partidária neste País.

Sras. e Srs. Deputados, o Presidente Lula mais uma vez desafia o Judiciário a que apresente uma prova, uma prova qualquer, de qualquer crime que ele tenha cometido, uma prova que possa demonstrar que essa sentença não é somente uma sentença ideológica, que essa sentença não tem como único objetivo tirar do povo brasileiro o direito de eleger Lula Presidente.

Os senhores e as senhoras estão mais uma vez assustados, porque viram o povo saindo às ruas no último domingo. Os senhores e as senhoras estão aí acuados, porque viram que a população brasileira tem saudade do Presidente Lula e aguarda a volta dele, porque quer voltar a ser feliz.

Os senhores e as senhoras deveriam ter vergonha de aplaudir essa ação criminosa, transmitida em tempo real pela Rede Globo, que anunciava: “a *Polícia*



Federal não vai cumprir o alvará de soltura, porque aguarda uma decisão que irá sair em alguns minutos para anular aquilo que o desembargador mandou que fosse feito”.

Meus amigos e minhas amigas que nos acompanham em todo o Brasil, tenham somente uma certeza: no dia 15 de agosto, nós iremos registrar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. E convidamos todos vocês a construírem conosco a campanha mais bonita, a campanha mais apaixonante, a campanha mais colorida, a campanha mais entusiasmada da história deste País, para que possamos eleger Lula Presidente ainda no primeiro turno, porque o Brasil tem pressa.

Com a esperança, que já derrotou o medo, e com a verdade ao nosso lado, nós vamos reconstruir um futuro para este País, coordenados por Lula, combatendo aqueles que propagam o ódio, a violência e a desesperança.

Lula livre! Lula inocente! Lula Presidente! *(Manifestação no plenário: Lula livre! Lula Presidente!)*

Até a vitória, companheiros!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Betinho Gomes, pela Liderança do PSDB.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, povo brasileiro, a primeira pergunta que eu faço nesta tribuna é: a quem interessa a instabilidade política e a insegurança jurídica?

O povo brasileiro, os tribunais, as leis, a Constituição afirmam claramente que o ex-Presidente da República, condenado, não será candidato, porque a Lei da Ficha Limpa não o permitirá. As leis que foram votadas neste Parlamento devem ser cumpridas.

Vejo Parlamentares do PT afirmarem aqui que a Justiça tem tomado um lado para prejudicar o ex-Presidente da República e o Partido dos Trabalhadores. Mas, na primeira oportunidade que tiveram, montaram um verdadeiro conluio para esperar o plantão de um desembargador que foi, por 20 anos, filiado ao Partido dos Trabalhadores, e entrar com um *habeas corpus* — uma coincidência tremenda! Aí se montou um verdadeiro circo no domingo, gerando intranquilidade na Nação. Ao tentarem romper com a nossa Constituição, cria-se um ambiente de insegurança jurídica.

O que a autoridade policial fez foi tão somente aguardar a superação de um conflito, já que, havendo o pronunciamento de um desembargador, outro, responsável pela ação, dizia o contrário, que era preciso ter tranquilidade para dirimir a dúvida que se criou naquele instante. O Presidente do colegiado se pronunciou afirmando que aquela medida era inexecutável, não tinha cabimento, e que, portanto, os argumentos utilizados eram frágeis.



Vejam, Sras. e Srs. Deputados, essa operação “tabajara” foi algo feito de maneira tão leviana e tão irresponsável que não se mediram sequer as consequências que ela traria. Eles alegaram que, pelo fato novo de o ex-Presidente da República ser pré-candidato a Presidente, ele não poderia ter os seus direitos tolhidos e teria que estar livre para concorrer.

Imaginem agora, na hipótese de esse argumento prosperar, o ex-Presidente desta Casa Eduardo Cunha dizendo que é pré-candidato e pedindo o mesmo tratamento! Imaginem o Geddel Vieira Lima, o Sérgio Cabral ou até o Marcola e o Fernandinho Beira-Mar dizendo que seriam candidatos para poderem ter direito ao benefício alegado com esse argumento estapafúrdio! Isso é não medir a consequência de uma fala ou de um ato, é brincar com as leis e as instituições do Brasil.

Nós não podemos, a troco de uma preferência político-ideológica, querer desmoralizar as nossas instituições, as nossas leis. Ninguém está acima da lei, ninguém está acima da Constituição. Precisamos respeitar as decisões que foram tomadas. Se há questionamentos, que eles sejam feitos dentro da legalidade.

O que nós vimos no domingo foi uma armação, foi uma tentativa de desmoralizar a Justiça brasileira, foi uma tentativa de afrontar, sim, o Estado Democrático de Direito. Isso é muito grave, é preocupante, porque coloca o interesse de um partido ou de um líder acima das leis do nosso País. É preciso fazer o debate político, discordar, concordar, convergir, divergir, mas jamais podemos passar por cima da legalidade do Estado Democrático de Direito.



O que aconteceu no domingo foi algo muito grave, realizado por um partido que acha que pode tudo, inclusive colocar a população contra as instituições brasileiras: contra o Parlamento, contra a Justiça, contra todos!

Pode-se discordar das decisões da Justiça, pode-se discordar das decisões do Ministério Público, mas não se pode afrontar as leis e a Constituição brasileira. Isso é algo que nos preocupa.

O que nós queremos aqui é chamar a atenção dos democratas, daqueles que agem com serenidade, daqueles que estão buscando, num ambiente tão radicalizado, agir com equilíbrio, para que nós possamos nos posicionar firmemente em favor das leis brasileiras e da Constituição, para que nós possamos mostrar à população que o caminho é, sim, a política, e não o autoritarismo. Não podemos fazer com que uma posição política prevaleça diante de decisões que foram tomadas por colegiados, por meio de leis que foram aprovadas inclusive por esta Casa.

A população espera de nós uma solução para a crise; a população espera de nós serenidade e equilíbrio; a população espera que esta Casa aprove projetos de leis que possam levar à retomada de crescimento, que possam trazer a paz política. O que ela não quer é ver o circo armado, como aconteceu no domingo passado, é ver alguns irresponsáveis tentando colocar gasolina nas chamas que estão ardendo no País, é ver alguns imaginarem que estão acima de qualquer regra, de qualquer legislação.

Nós precisamos fazer com que o País se conduza em uma travessia serena e equilibrada. É preciso fazer um debate político firme, sim, mas sem atropelar as instituições brasileiras, sem imaginar que o caminho do País está na desobediência



à nossa Constituição. Se algo merece um viva aqui neste plenário, se algo merece um viva da população, é a Constituição do Brasil.

Viva a Constituição brasileira! Todo o respeito a ela! (*Manifestação no plenário.*)



O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Som! Sr. Presidente, o Deputado César Messias votou com o seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Por isso que eu não posso liberar o som, eu não consigo falar e dividir o microfone.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, II, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, oferecida ao PL 10.332/2018.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2018

Líder do PSDB



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, pela Liderança da Oposição.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O Deputado Afonso Florence votou com o partido na votação anterior.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O Deputado Pastor Eurico, na votação anterior, votaria a favor do destaque.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
Deputado Danilo Cabral votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estava atenta a todos os discursos e pedi a palavra pela Oposição. Havia já construído um início de pronunciamento, mas, sinceramente, é muito difícil iniciar um pronunciamento como eu pretendia fazer ao ouvir a fala do meu antecessor aqui na tribuna.

O ódio cega as pessoas, e a aparente tranquilidade do Deputado que me antecedeu não consegue esconder o ódio e a partidarização do seu discurso, a distância da legalidade em seu discurso e a distância, inclusive, da Constituição. O Deputado consegue transformar em legal o que é absolutamente ilegal.

Em vez de ele considerar que o Estado Democrático de Direito é defender a Constituição, ele consegue transformar o Estado Democrático de Direito em total desrespeito à Constituição, e é inadmissível que um Parlamentar faça isso.

Eu espero que ele não esteja na situação do ex-Presidente Lula para sofrer o desrespeito e a violência que ex-Presidente Lula sofreu. Certamente, nós estaríamos defendendo esse Deputado da violência, do desrespeito e da agressão como os que o ex-Presidente Lula sofreu. Deputado, não queira estar no lugar de um preso condenado sem crime e sofrendo a violência, a falta de hierarquia que sofreu o ex-Presidente Lula neste momento. Nós estaríamos aqui defendendo V.Exa.

Algumas datas marcam a história do Brasil, e, há 2 anos, estamos vendo algumas datas marcando a história do Brasil. No 17 de abril, neste plenário, um



golpe foi dado na Constituição brasileira e quando esta Câmara autorizou o prosseguimento do processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

Depois veio o 31 de agosto no Senado Federal, quando se aprovou o golpe parlamentar, midiático, empresarial, com as cabeças de fora do Brasil, porque o Presidente Temer — como assim o chamam, porque eu não o considero um Presidente — não tem inteligência para montar esse golpe. Por isso, as cabeças são outras.

Em seguida veio o 7 de abril, com a prisão do ex-Presidente Lula, uma data que marcou a história deste País, e o 8 de julho de 2018, agora, há 2 dias. Aliás, muitos apelidos, muitos adjetivos marcam o que foi esse 8 de julho.

Quero aqui parabenizar três Parlamentares, o Deputado Wadih Damous, o Deputado Paulo Pimenta e o Deputado Paulo Teixeira, por terem ousado, com absoluta e correta fundamentação, impetrar o *habeas corpus* em Porto Alegre, junto ao TRF 4. Esses três Parlamentares dignificaram não os seus mandados, mas o seu conhecimento jurídico, ao terem impetrado um *habeas corpus* com fundamentação, com uma fundamentação que permitiu que, corretamente, fosse deferido pelo Juiz Rogério Favreto.

Aqui eu quero fazer uma defesa absolutamente convicta daquele Juiz. O Juiz plantonista é a autoridade judicial do Tribunal no seu recesso. O Juiz Rogério Favreto não é um estagiário, não é juiz secundário, não é um juiz qualquer; ele é um Desembargador que responde pelo Tribunal naquele recesso. Então, ele é a autoridade que tem que ter respeitada na sua decisão, uma decisão fundamentada, uma decisão que se baseou no fundamento jurídico que estava naquele *habeas corpus* que foi impetrado por três ilustres advogados que exercem mandato



parlamentar. Um deles, inclusive, presidiu a OAB do Estado Rio de Janeiro: o Deputado Wadih Damous.

É importante dizer que o *habeas corpus* foi impetrado também porque houve omissão da Juíza de execução penal, que não permitiu, em nenhum momento, que o ex-Presidente Lula pudesse ter acesso aos órgãos de imprensa. Isso foi repetidamente solicitado pela defesa do Presidente, que não teve, em nenhum momento, o seu direito político cassado por estar naquele cárcere.

Ainda é importante dizer que, tomada a decisão naquele tribunal pelo Juiz de plantão, nenhum outro Juiz hierarquicamente igual e muito menos um Juiz hierarquicamente inferior — que nem sequer acompanha ou tem competência como Juiz de execução penal — poderia desrespeitá-la. Apenas o colegiado do TRF 4 ou uma instância judicialmente superior poderia tê-lo feito.

O que aconteceu ali foi criminoso. O que aconteceu ali foi o que se chama de chicana, de uma esculhambação da hierarquia jurídica brasileira. É a isso que o Deputado chama de Estado Democrático de Direito? A isso se chama de anulação explícita e escancarada do Estado Democrático de Direito. (*Palmas.*) Essa é a negação da democracia brasileira.

Aquele Juiz não só foi desrespeitado, mas também ameaçado; assim como sua família. O jornalista Claudio Tognolli divulgou o WhatsApp do Juiz e o Facebook dos seus familiares, que foram também ameaçados. Com relação a isso, o Juiz tomou suas providências. Cabe inclusive a este Parlamento a defesa dele, que não pode, no exercício da sua função, ter suas decisões ameaçadas. Ou nós queremos agora um pensamento jurídico único? Já não basta a ideologia neoliberal achar que



nós temos que ter um pensamento único na política, na ideologia, agora querem fazer um pensamento jurídico único.

Foram inclusive os representantes da Lava-Jato que, ironicamente, falaram em crime de hermenêutica, que não se podia questionar o pensamento jurídico. Ora, agora o Desembargador Rogério não pode ter um pensamento jurídico diferente do Juiz da Lava-Jato, porque, senão, ele é um criminoso, ele está na ilegalidade. Onde isso? Podem discordar de sua decisão, mas não podem desrespeitá-la.

Então, o Juiz hierarquicamente inferior, que não tem competência jurisdicional sobre o caso mais, porque a Juíza da execução penal é a Juíza Carolina, que estava lá — ele não tinha competência, estava de férias em Portugal —, resolve dizer que não pode cumprir. E a Polícia Federal que não cumpriu a decisão?

O que significa isso, Deputado Rodrigo Maia? V.Exa. é Presidente de um Poder e deveria reagir a essa situação. Como é que a Polícia responde a isso? Como as forças militares enxergam essa quebra de hierarquia? É muito grave o que aconteceu.

O Presidente Lula não só tem a nossa solidariedade, mas também tem a nossa ação política, como teve das ruas em todo lugar e continuará tendo. Continuaremos bradando “Lula livre!”, continuaremos solidários ao Presidente Lula, continuaremos lutando pela sua liberdade e pelo seu direito de ser candidato.

O Desembargador Rogério Favreto continuará tendo a nossa solidariedade, o nosso apoio, porque ele não agiu politicamente. Ele agiu de acordo com sua visão constitucional, sua visão jurídica, a qual tem o direito de ter. Não há pensamento único na Justiça. Há o pensamento da lei e da Constituição.



Não aceitamos que sejam feitas ameaças a ele. Vamos fazer a contraposição, dentro do Estado Democrático de Direito, segundo a Constituição e dentro da democracia brasileira. *(Palmas.)*



O SR. RENATO ANDRADE (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Renato Andrade votou com o partido.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Alice Portugal votou com o seu partido na última votação.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Josué Bengton votou com o PTB na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não” e pede a V.Exa. que considere o voto “não” para toda a base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB e o PROS votam “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai votar “não” e pede para colocar em votação o requerimento de urgência do PL 5.065/16.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*



O SR. RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, nós do PSDB fomos autores do destaque e gostaríamos de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a compreensão do Líder do Governo. Trata-se de um assunto da maior importância: 0,3% da população brasileira hoje não tem acesso à energia elétrica. Esse bem de que nós desfrutamos está indisponível para eles.

O que esta emenda prevê é que, nas áreas remotas do País, por exemplo, uma área do Estado do Acre, do Estado do Mato Grosso do Sul, do Estado do Amazonas, que está a 500 quilômetros de uma linha... É impossível levar a linha até ali, porque é antieconômico. Lá estão duas ou três famílias. Que se possa fazer no local a ligação elétrica.

Trata-se de um tema da maior importância. Nós estamos falando, meu caro Deputado Pauderney Avelino — chamo a atenção do Democratas e do PR —, de Parlamentares de Roraima...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RODRIGO DE CASTRO - Não é crível que nós vamos virar as costas para os nossos irmãos do Norte do País.

É muito importante, neste momento, que todos nós apoiemos esta emenda. É mais do que justo levar energia elétrica para lá e realmente fazer a universalização, não em caráter de discurso, mas, sim, trazendo-a para a realidade.

Por isso eu peço a revisão dos votos dos partidos. Peço ao Governo que vote "sim", como já está acordado inclusive com os partidos de oposição. O PT e o PCdoB apoiam isso, porque estão cientes da importância deste tema.



Peço a revisão por parte do Governo, a sensibilidade dos meus pares para essa que é uma questão de justiça com as pessoas que estão em aldeias indígenas e com pequenos agricultores que estão isolados do resto do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "sim".

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD também vota "sim".

Gostaria de deixar bem claro que o partido ficará a noite inteira, se for possível e necessário, para votar a renegociação do piso salarial dos agentes comunitários de saúde. (*Manifestação nas galerias.*)

Espero que esta Câmara e todos os partidos façam esforço conjunto para que seja votado ainda nesta noite o piso salarial dos agentes comunitários de saúde.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estávamos conversando com o Deputado Rodrigo de Castro. Este destaque de fato é meritório. Sem dúvida nenhuma, há repercussão social e alcance, sobretudo das comunidades longínquas.

Nesse sentido, nós fazemos apelo aos demais Líderes da base. O Governo vai orientar o voto "sim", pedindo a todos os Líderes da base que também acatem o Destaque nº 16, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos vão votar "sim".

Peço para votarmos logo, já que há acordo.

Como vota o PT?



O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque faz justiça com a Amazônia, principalmente.

Eu não sei como ficam as outras Regiões do Brasil, mas, no caso da Amazônia, nós temos uma situação inusitada: jamais um fio da rede convencional vai chegar a 100% das comunidades de lá. Portanto, é preciso haver outros meios de atendimento da rede de eletricidade. No caso, a energia solar fotovoltaica é uma das expectativas.

O texto em si ainda tem alguns problemas a serem corrigidos, mas, em tese, nós fazemos o apelo de que todos os moradores do Brasil, 100% deles, em qualquer situação, tenham direito ao acesso à rede de eletricidade. Falo do uso comum da energia no Brasil.

Portanto, vamos orientar o voto "sim" a essa justiça que está sendo feita, à universalização da energia elétrica no Brasil.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP mudou o voto para "sim".

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso a palavra só para confirmar a orientação do Democratas pela universalização do acesso à energia elétrica.

Hoje a tecnologia permite essa interligação. Outro dia estava eu numa ilha do Lago de Manacapuru, inaugurando, junto com outros Parlamentares, energia vinda de Tucuruí no meio da Floresta Amazônica.

É importante que essa universalização aconteça, e o voto "sim" vai permitir que ela continue.



O Democratas vota "sim" à universalização da distribuição e do acesso à energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PCdoB?

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB, Sr. Presidente, também acompanha o voto, que parece que será unânime, porque isso significa a universalização do serviço, levando às mais longínquas redes de distribuição energia elétrica até 80 quilowatt/hora por mensalidade, seja para usuário individual ou mesmo para empreendimentos, garantindo, portanto, aquilo que é estruturante para o desenvolvimento do País e para o enfrentamento da desigualdade regional.

Eu sou de um Estado em que a distribuidora de energia, no tempo de Miguel Arraes, trabalhou pela eletrificação rural, propiciando o desenvolvimento econômico das áreas mais remotas do Estado naquela época.

Por isso, o PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, O PSOL vai votar "sim" a essa emenda, mas indica a enorme contradição daqueles partidos que apresentam uma emenda como essa mas defendem a entrega do controle do sistema elétrico brasileiro, que amplia o preço da conta de luz para o conjunto da população do País.

Portanto, dão com uma mão e com a outra querem dar com porrete em cima do povo brasileiro. É isso que nós não aceitamos. Não mintam para o povo brasileiro, como se tivessem alguma solidariedade em relação àqueles que têm os menores rendimentos.



Além disso, Sr. Presidente, queremos mais uma vez cobrar de V.Exa. Vamos colocar o projeto dos agentes comunitários de saúde em votação, este, sim, tem que ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Vamos votar o projeto que trata do frete dos caminhoneiros, este tem que ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO FOLETTO - Presidente, quero registrar o voto do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PSB?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, usando todos os argumentos que já foram apresentados, também vota “sim” a essa emenda.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - REDE, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FOLETTO - Quero registrar o trabalho do Vereador Edu, do Município de Domingos Martins, que, por meio de uma sugestão, faz com que todos os Distritos — Melgaço, Pedra Azul, Paraju, Tijuco Preto e Campinho — permaneçam com os postos de saúde abertos até às 19 horas, trazendo um alívio muito grande à população que procura atendimento no hospital municipal.

Parabéns ao Edu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PSL? (*Pausa.*)

A SRA. LUANA COSTA (PSC-MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Luana Costa, do PSC, votou de acordo com a orientação do partido nas votações anteriores.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL vota “sim”, Sr. Presidente.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Como todos votam “sim”, pode ser simbólica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Patriota?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Patriota, Sr. Presidente, vota “sim” e registra aqui sua solidariedade e apoio aos nossos agentes comunitários de saúde, como também aos caminhoneiros, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

A SRA. ERIKA KOKAY - Não, não, não! A Minoria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos dar andamento à votação. Quero dizer o seguinte: eu não vou votar a Medida Provisória nº 827 se o ritmo for este. Não tem problema, não vai dar tempo. É isso? Então tudo bem. Não vai dar tempo de votarmos a MP nº 827. Peço desculpas. Tentaremos votá-la amanhã.

Oposição? (*Pausa.*)

O SR. GLAUBER BRAGA - V.Exa. não vai votar porque V.Exa. não quer votá-la. Assuma com quem está nas galerias... Não coloque a responsabilidade no Plenário, que quer votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, não vou votar. Pronto!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós estamos trabalhando com extremo rigor e dedicação para que os agentes de saúde tenham essa votação.



Não é justo jogar a responsabilidade sobre a Oposição, que defende vocês, porque defende a saúde e porque está aqui defendendo o Programa Luz para Todos.

Nós votaremos “sim” a esse destaque, que está tentando melhorar esse projeto que aumenta a conta de luz das pessoas que vocês atendem, das pessoas que estão no escuro.

Eu quero lembrar aos senhores e às senhoras que quem criou o Programa Luz para Todos — eu gosto de citar a autoria — foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta matéria que estamos apreciando pode contribuir para avançar, mas quem se importa com a saúde, quem luta pela saúde, quem quer que uma mãe olhe o rosto de seu filho de madrugada quando ele está com febre, quem quer o programa para ir à casa das pessoas com saúde, com...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Felipe Carreras votou de acordo com a orientação do partido na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPL, Deputado Uldurico?

O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, quero falar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um momento.

O SR. ULDURICO JUNIOR (PPL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPL vai orientar “sim”, mas quer ressaltar que vai permanecer em plenário até o horário que for necessário, para que possamos votar a matéria de interesse dos agentes comunitários de saúde.



O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vicentinho votou com a bancada.

O SR. ULDURICO JUNIOR - Quero ressaltar a presença da grande líder dos agentes comunitários de saúde da Bahia, a nossa amiga Walda, que veio aqui junto com os agentes da Bahia mostrar que estamos atentos às votações dos Deputados que estão empenhados em votar hoje essa matéria, que é de extrema importância para essa categoria.

Muito obrigado.

O SR. FLAVIANO MELO (MDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Flaviano Melo votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria registrar a nossa posição contrária a esse movimento, que mais uma vez está garantindo o entreguismo das riquezas do País por parte da Câmara.

A estratégia foi montada para jogar a Oposição numa situação de não obstrução, alegando que ia ser votada a MP dos agentes de saúde. Isso foi o combinado. Agora, está muito claro, foi desmascarada a estratégia e jogado o acordo por terra. Vai ser votada a aprovação da entrega da ELETROBRAS, vão ser votadas as medidas provisórias de interesse do Rio de Janeiro e não vai ser votada a matéria dos agentes de saúde.

É mais um golpe! É mais um golpe contra os trabalhadores do País, é mais um golpe contra a maioria da população, é mais um golpe contra o Sistema Único de Saúde.



Entregar a ELETROBRAS pode. Aumentar o salário dos agentes não pode, Presidente?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/AVANTE-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Givaldo Carimbão votou com o partido na última votação.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Décio Lima, em todas as votações teria votado com o partido, se aqui estivesse, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II e § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 4 oferecida ao PL 10.332/2018.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2018

Líder do PSDB



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse é um destaque que, apesar de ser assinado pelo PSDB, interessa a todos os partidos desta Casa, porque essa é uma causa nacional.

Sabemos que precisamos, urgentemente, aumentar a produtividade no Brasil. Nós precisamos dar às empresas concessionárias muito mais condições para investirem no setor elétrico. Esse é um setor que precisa de investimento, e grande parte dele é privada.

Hoje, o prazo para que a concessionária apresente o pedido de prorrogação é de 5 anos. Ora, não é razoável supor que uma concessionária, com 5 anos de antecedência, vá ter toda a visão do cenário desse setor. Nós sabemos das turbulências por que passa a economia brasileira.

Da mesma maneira, esse destaque também atende os interesses do Governo. É bom ressaltar isto: ele atende os interesses das empresas estatais do setor elétrico e do Governo. Por quê? Ora, para o Governo também, de outra feita, por conta da instabilidade, é muito mais fácil colocar as regras com 36 meses do que com 5 anos.

Então, Sr. Presidente, o que nós trazemos aqui é algo absolutamente razoável, algo que atende o setor elétrico em toda a sua inteireza, algo que vai beneficiar a competitividade, que vai dar mais transparência e que vai permitir um planejamento muito melhor para as nossas ações. É impossível alguém dizer hoje o



que vai acontecer no Brasil daqui a 5 anos. É justamente esse o cenário do setor elétrico.

Não é razoável exigir do Governo e tampouco das concessionárias que se faça dessa maneira. Por isso, nós pedimos o apoio para esse nosso destaque.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Helder Salomão votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, se não votou, não tem como recuperar o voto pelo microfone.

Orientação de bancada.

Como vota a base, Deputado Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse destaque trata tão-somente da antecipação da manifestação para a renovação do prazo de concessão. Portanto, eu acho extremamente factível, até por questão de razoabilidade, que haja um prazo menor, num cenário muito mais claro, tanto para o Governo como para o concessionário se manifestarem.

Por essa razão, nós entendemos que esse destaque tem realmente mérito.

Nós orientamos o voto “sim” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?



O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB e o PROS encaminham o voto “não”, Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, o PT encaminha o voto “sim”.

O SR. JOSUÉ BENGTON - “Sim” para o PTB.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - O voto “sim” do PT em relação a esse dispositivo é porque hoje a prorrogação determina a necessidade de se pedir a prorrogação 5 anos antes. Isso dificulta para a gestão pública, dificulta para o consumidor e pode colocar o setor público em sérias circunstâncias de dificuldade. Por isso, nós votamos “sim”.

Mas, ao mesmo tempo, nós denunciemos que esta matéria como um todo é contra o interesse público. Esta matéria como um todo trata de uma antessala de privatizações da ELETROBRAS e de uma série de áreas com que nós nos preocupamos, porque este Governo não tem qualquer legitimidade. Eu acredito, inclusive, que o próprio Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados carecem, às vésperas de um processo eleitoral, de legitimidade para mudar questões tão severas do interesse público nacional.

Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. e a todos os partidos políticos pela aprovação do PLP 500 nesta Casa. O Senado da República acaba de votar e aprovar o PLP 500, que foi transformado no Projeto de Lei da Câmara nº 76/18, que permite o retorno dos 480 mil pequenos e microempresários que foram excluídos do



SIMPLES Nacional pela Receita Federal. O Senado, então, acaba de votar, por unanimidade.

Essa foi uma vitória desta Casa e uma vitória dos micro e pequenos empresários do Brasil, Sr. Presidente.

O PR encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós queremos deixar afirmado, de maneira muito transparente, além da votação do destaque e da emenda, que nós somos amplamente favoráveis à votação da emenda e da Medida Provisória nº 827, dos agentes comunitários de saúde.

O PDT quer reafirmar o seu compromisso com os agentes, que prestam um relevante serviço ao cidadão, à população nas comunidades, nos bairros, nas vilas, nas cidades.

Eu fui Prefeito. Quem foi Prefeito tem bastante noção da importância disso. Também sei que há um custo para as Prefeituras, mas grande parte do pagamento, do custo dos salários dos agentes comunitários vem exatamente da União, da saúde nacional.

Então, eu quero reafirmar esse compromisso e dizer que os agentes comunitários de saúde têm o apoio incondicional do PDT na votação da Medida Provisória nº 827.

À emenda, o nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?



O SR. DANIEL COELHO (PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também quero ressaltar aqui a posição a favor da emenda nessa matéria. Reitero a posição de que o PPS está fora dessa briga — às vezes, isso perde até a lógica — entre Governo e Oposição quanto à medida provisória que trata da remuneração dos agentes comunitários de saúde.

Os agentes comunitários de saúde são extremamente importantes para podermos ter uma saúde pública de qualidade, e este não é somente um debate sobre os profissionais da categoria. É o agente comunitário de saúde quem chega à casa do brasileiro, quem faz o primeiro atendimento, quem encaminha para o posto de saúde e para o hospital. Ele é essencial no sistema de saúde, e essa remuneração é mais do que justa.

Hoje, temos um piso que ficou igual ao salário mínimo. Não dá para considerarmos uma categoria tão importante recebendo um piso falso e que se iguala ao salário mínimo.

O PPS reitera aqui o seu apoio para a aprovação da medida provisória enviada pelo Governo, o que estabelece um piso que dá o mínimo de dignidade a essa categoria tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quanto a essa emenda, Sr. Presidente, nós votamos “sim”, para o bem do planejamento do setor elétrico. Visto que a revisão tarifária se dá de 5 em 5 anos, é necessário compatibilizarmos isso para o bem da eficiência e do fornecimento da energia à população. Também queremos deixar claro aqui que essas são medidas para mitigar, para reduzir os danos da iniciativa desse projeto de lei.



O PCdoB votou contra a privatização das distribuidoras. Na medida em que as distribuidoras fazem parte do sistema, isso significa comprometer o Sistema ELETROBRAS. Portanto, nós estamos aqui tentando mitigar e reduzir danos a respeito do que foi aprovado no PL que privatiza as distribuidoras no País.

Em segundo lugar, também quero dizer que o PCdoB se posiciona a favor da medida provisória que estabelece o piso para os agentes comunitários de saúde.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Afonso Hamm votou com o Partido Progressista nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agora o PSOL vê com satisfação vários Líderes tecerem loas e manifestarem compromisso com a MP 827, só que o discurso é fácil e necessário. É preciso ficar aqui. Na semana passada, só havia 211 Deputados. Diz que é a favor, e depois não concretiza a presença em plenário. Vamos lá! Se tivermos que votar às 2 horas e 30 minutos da manhã, estejamos aqui.

Até que esta votação está andando rápido. O nosso voto “sim” aqui significará — nós, em geral, contestamos certa unanimidade — que não vai haver painel. Vamos andar mais depressa.

Agora, o Presidente ainda pode colocar a MP 827 antes das anteriores. Isso depende dele, mas, seja como for, estaremos aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com certeza.

O SR. ODORICO MONTEIRO - Sr. Presidente...



O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL vota “sim”. O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSB vota “sim”, tendo em vista a importância de conseguirmos essa prorrogação, inclusive, em acordo com a própria ANEEL.

Eu gostaria de fazer um apelo para votarmos hoje a Medida Provisória nº 827. Eu fui o Relator-Revisor, e conseguimos construir um consenso com o Governo para garantirmos a atualização do piso dos agentes de saúde e dos agentes de combate às endemias.

Esse piso está defasado. Em 2014, era de 1.014 reais, e o bujão de gás de cozinha custava 30 reais. Hoje só o bujão de gás custa perto de 90 reais, quase 10% do piso dos agentes de saúde. Nós temos que garantir, para 2019, um piso de 1.250 reais; para 2020, 1.400 reais; para 2021, 1.550 reais. Isso já está acordado com o Governo. Precisamos votar a Medida Provisória nº 827.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSL, para encerrar?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSL orienta “sim”.

Eu queria aproveitar para parabenizar o Dr. Sergio Moro pela decisão de ter impedido que colocassem em liberdade um criminoso através de uma armação realizada por três patetas do PT. Uma operação tabajara tentava colocar em liberdade o ex-Presidente.



Então, o PSL — eu, Delegado Waldir, o Deputado Jair Bolsonaro — parabeniza o Dr. Sergio Moro e os desembargadores que mantiveram a prisão. Deixo aqui o nosso elogio a todo o Judiciário brasileiro e a todo o Ministério Público.

Somos contra a criminalização de Moro e da Polícia Federal. Chega de tanta bandidagem! Chega de tanta maracutaia!

Viva a Polícia Federal!

Viva o Ministério Público Federal! Abaixo a corrupção!

Fora, PT! Abaixo o cabide de emprego na Justiça Federal! (*Apupos.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós acabamos de ouvir um Deputado daqueles que, para organizar um golpe de Estado no País, andou gritando muito: “*Fora, PT! Fora, Dilma!*” Esse golpe jogou a economia brasileira na lona. O povo brasileiro não aceita o Governo Temer, que V.Exas. apoiam, que V.Exas. colocaram na Presidência através de um golpe.

Sobre o que aconteceu domingo, Sergio Moro cometeu um crime de desrespeito à lei do País, cometeu o crime de desrespeitar decisão judicial que garantia a liberdade a Lula. Nós queremos viver numa democracia. Chega de autoritarismo! (*Apupos.*)

A SRA. ERIKA KOKAY - E a Oposição? (*Pausa.*)

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, há alguém passando mal aí.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Pelo que nós vimos no último domingo, a toga já não esconde mais a perseguição ao



maior líder deste País. *(Apupos)* A toga já não esconde mais a perseguição a Lula. O Juiz Sergio Moro não poderia ter contestado uma decisão de uma instância superior à que ele participa. *(Manifestação no plenário.)*

Presidente, eu queria ter a palavra assegurada.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, há alguém urrando. Acho que isso é um urro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Gente, só um minutinho. Já está bom.

Deputada Erika Kokay com a palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria de continuar.

Veja, o Juiz Sergio Moro não apenas desacatou e tentou desrespeitar uma decisão judicial acima da sua... *(Manifestação no plenário.)*

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, chame uma ambulância. Há um doente neste plenário.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. assegurasse minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou lhe dar a palavra. Pode ficar tranquila.

A SRA. ERIKA KOKAY - De minuto em minuto, a verdade se descortina. O Juiz Sergio Moro não só desacatou a decisão de uma jurisdição acima dele como o fez de férias, sem ocupar nenhuma função no Judiciário, com o seu contrato suspenso. É um descalabro! O Juiz Sergio Moro tem que estar preso por desacato a uma decisão judicial. *(Manifestação no plenário.)*

Eu entendo os que gritam. Eles o fazem porque é imenso o desespero de apoiar um Governo que tem 92% de rejeição e de tentar manter alguém preso sem



provas e sem crimes. Esse desespero se transforma em gritos, porque não há argumento. Poderiam dizer qual foi o crime de Lula...

(Desligamento automático do microfone.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da emenda permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Marcelo votou conforme a orientação de seu partido na votação anterior.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o acordo não é que as votações sejam nominais de ofício?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todo mundo votou "sim". Como seria nominal?

O SR. PAULO PIMENTA - Mas qual era o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Que todas as votações fossem nominais de ofício. Mas isso só é necessário quando há divergência.

O SR. PAULO PIMENTA - Então, nós temos que ir combinando passo a passo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está certo. Vai ser nominal.

O SR. PAULO PIMENTA - A bancada do PT fez um acordo que envolve a MP dos agentes comunitários de saúde e a dos caminhoneiros. As duas estão incluídas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está certo, está fechado. Estão incluídas no acordo. Serão votadas de hoje para amanhã.

O SR. PAULO PIMENTA - O PT está dentro do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

Peço desculpas à Deputada Maria do Rosário. De forma nenhuma eu quis responsabilizá-la por alguma matéria que não tenha sido votada. Ao contrário, eu sei que S.Exa. participou do acordo para a votação da MP 827 hoje.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação do Destaque nº

14:

Senhor Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 161, II e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 28, apresentada ao PL 10.332/18.

Sala das Sessões,



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Milton Monti votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Aguinaldo, esse destaque não ia ser retirado? Deputado Aleluia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Será mantido, Sr. Presidente. É um ajuste...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na verdade, Sr. Presidente, nós conversamos anteriormente com o Deputado Zarattini, e o que está proposto é o Destaque nº 1, para votação da Emenda nº 22, do Deputado Zarattini, que pretende alterar as regras da tarifa social para incluir aí o consumo abaixo de 80 quilowatts.

Nós entendemos a importância do tema, e acatamos o Destaque nº 21, para votação da Emenda nº 30, do Deputado Aleluia. Eu peço ao Deputado Zarattini que, em nome da disposição de todos de preservar a função da tarifa social, retire o seu destaque para que possamos aprovar desde já a emenda proposta pelo Deputado Aleluia, que reserva a tarifa social a 70 quilowatts por consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós ainda estamos em outra matéria, Deputado Zarattini.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Eros Biondini votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado Zarattini.



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, nós consideramos urgente a aprovação desse destaque, já que a ANEEL está determinando reajustes brutais na conta de luz. Em São Paulo, agora mesmo, a conta da ELETROPAULO foi reajustada em 16%. E temos notícia de que em outros Estados também está se verificando isso.

Portanto, pelo menos para aquela camada da população mais pobre, que é beneficiada com a tarifa social, nós consideramos urgente aumentar o desconto.

Em função disso, havendo a garantia — e me parece que é essa a garantia que o Líder está nos dando — de que...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - A garantia está dada a V.Exa.

O SR. CARLOS ZARATTINI - ...será obtida a gratuidade até 70 quilowatts-hora para as famílias enquadradas na tarifa social de energia elétrica, nós estamos de acordo com a retirada do nosso destaque em favor da aprovação do destaque do Deputado José Carlos Aleluia. São 13 milhões de famílias beneficiadas em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós estamos votando o Destaque nº 14, que é do Deputado José Carlos Aleluia. Ele será retirado ou não?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós estamos votando o Destaque nº 14, apenas um ajuste que altera o prazo de operação das PCHs. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Muito bem.

É para retirar este destaque ou não?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Não. Nós não temos problema quanto a ele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.



Como vota a base, Deputado?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto “sim” e pede que a base toda possa orientar o voto “sim” no Destaque nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou fazer votação nominal de ofício.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Está anunciado acordo para o Destaque nº 1, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...
Presidente, não estou ouvindo o som.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
A base vota “sim”, Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Peço que devolva o meu tempo.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB e o PROS encaminham “sim”.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este destaque do Deputado Carlos Zarattini é da maior importância, porque vai efetivamente permitir que se faça uma política mais justa de administração dos preços das empresas distribuidoras de energia.

Queria aproveitar esta oportunidade para dizer que o Partido dos Trabalhadores é a favor de que hoje votemos a Medida Provisória nº 827, que cria o piso para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, esses batalhadores e batalhadoras brasileiros que entram na casa dos brasileiros nos



maiores rincões do País para dar patrocínio e orientação e promover a saúde. Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável à votação nesta noite da Medida Provisória nº 827 e votará “sim” não só a ela, mas também a este destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, temos posição contrária a esta proposta de emenda porque ela não se refere a atrasos provocados pelo poder público. Isso pode provocar procrastinação por parte da concessionária, uma vez que ela pode alongar um cronograma de 3 anos para 5, 6 anos, e, apenas depois de concluí-lo com atraso, os seus, digamos, 30 anos de concessão passarão a ser contados. Se esse atraso se der em função de um licenciamento atrasado, ou seja, sofrer influência do poder público, a proposta seria justa, mas isso não está claro, o que acaba criando a possibilidade de a própria concessionária de algum modo ter interesse no atraso do cronograma, que não lhe traria nenhum prejuízo. Depois de um atraso, ela continuaria tendo os mesmos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. POMPEO DE MATTOS - Quero orientar pelo PDT, Presidente.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Registre o voto “sim” do PSB, Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda dá um fôlego às nossas pequenas centrais hidrelétricas — PCHs. Há pelo menos 440 PCHs no Brasil. Estas pequenas centrais hidrelétricas — algumas médias — são pouco invasivas e pouco impactantes: geram



energia limpa, com baixo custo, além de emprego. Elas têm, portanto, um viés diferenciado.

Esta emenda possibilita exatamente que se viabilize mais um tempo para estas PCHs poderem se inserir no contexto da geração de energia elétrica.

Quem é a favor das PCHs, da geração de energia limpa e da geração de energia sem impacto ambiental vota a favor desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB é parceiro desta emenda, e nossa opinião é que quem não tem processo junto à ANEEL e gera energia limpa deve ser contemplado. Por isso, nós vamos votar “sim”.

Quero, no entanto, dizer que a Câmara dos Deputados tem a obrigação de votar hoje a medida provisória relativa aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias. Houve um veto presidencial, nós estávamos à espera da votação desta medida provisória. Portanto, não podemos permitir que a Lei de Diretrizes Orçamentárias passe por cima da expectativa lançada sobre o Parlamento brasileiro.

É muito importante que sejamos rápidos em votar para contemplar este exército civil do SUS, com a garantia das questões exaustivamente discutidas no projeto vetado.

Por isso, votamos “sim” e, em nome do SUS do Brasil, pedimos celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?



A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PPS vota “sim” a este destaque do DEM.

Quero ressaltar que a Medida Provisória nº 827, de 2018, trata não apenas do reajuste dos agentes comunitários de saúde. Ela implementa suas atribuições, ao tempo em que garante a participação dos agentes comunitários de saúde em todas as equipes de saúde da família e em todas as ações de vigilância epidemiológica e a formação dos agentes comunitários de saúde a cada 2 anos.

Desta forma, além de garantirmos o reajuste dos agentes comunitários de saúde, é importante definirmos a complementação das suas atribuições e da sua formação.

Portanto, vamos votar. Acredito que V.Exa. já assumiu, sim, um compromisso conosco. Cabe a nós, Parlamentares, garantir a votação, na noite de hoje, da Medida Provisória nº 827.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer que, neste artigo, diferentemente do que interpretou o Deputado Edmilson Rodrigues, está ressaltado que esta possibilidade de prazo ocorre só quando o cumprimento do cronograma de implantação da usina não tiver sido objeto de qualquer penalidade por parte da ANEEL, ou seja, quando o cronograma estiver sendo cumprido.

Aqui, portanto, não há nenhum “passa-moleque”.

Por isso, nós votamos “sim”. A Minoria vota “sim”.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado, o PSOL está convencido. Esta preocupação está literalmente preservada.

Sr. Presidente, peço que seja alterada a orientação para “sim”, por favor.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou falar pela Oposição.

Nós temos que votar “sim”, porque esta matéria trata dos pequenos empreendimentos que geram energia limpa e renovável. Além disso, do ponto de vista da ANEEL, não há nenhuma restrição. Mesmo que haja alguma alteração no cronograma, esta alteração será feita em acordo com a ANEEL.

Portanto, dentro desta perspectiva, colocar em funcionamento uma hidrelétrica 1 ano depois ou 2 anos depois não causa nenhum prejuízo. A partir daí, a concessão se dará por 30 anos.

Dessa forma, em respeito aos pequenos empreendimentos limpos, renováveis, que não apresentam nenhum problema de questionamento da própria obra, votamos “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação a emenda fruto de acordo. Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, II, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda nº 30, apresentada ao PL 10.332/18.

Sala das Sessões.

Líder do Democratas



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, para falar a favor da matéria. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI - Esta é a que nós estamos retirando...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A emenda relativa ao acordo. A emenda dos 70 quilowatts.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Esta já é a dos 70 quilowatts?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim.

Passamos à orientação de bancadas.

Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente a uma medida socialmente justa.

Os aumentos de energia elétrica devem ser até investigados, porque não há razão para um aumento de 16%. Nós temos que ressaltar e, pelo menos, diminuir a penalização dos mais pobres, que dificilmente conseguem pagar contas de luz tão caras como as que estão sendo impostas pela ANEEL ao povo brasileiro.

Portanto, o PT vota "sim".

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Damião Feliciano votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Carlos Zarattini por ter feito o acordo. Portanto, considero que esta emenda é minha e dele.



Com isso, estamos fazendo com que mais de 1,5 milhão de famílias na Bahia tenham, a partir da sanção desta lei, a conta de energia elétrica zerada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E quem é que vai pagar a conta, Deputado Aleluia?

O SR. VALDIR COLATTO (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB vota “sim”.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Zé Geraldo votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo, Deputado Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo vota “sim”, cumprindo o acordo, e solicita a toda a base que vote “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Aleluia, eu preciso que alguém me informe qual é o impacto, com esta emenda, no Orçamento do Governo.

O SR. JULIO LOPES - Não há impacto no Orçamento do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há impacto em algum lugar. Se alguém vai deixar de pagar, outro alguém terá que pagar a conta, Deputado.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, explico a V.Exa.

Este acordo foi feito no bojo da Medida Provisória nº 814, e o relatório, no que se refere a este texto, foi aprovado por unanimidade. Até mesmo a ANEEL colocou



que seria o equivalente: se a tarifa de 60 watts fosse liberada para o Brasil inteiro, não haveria nenhum acréscimo.

Como estamos colocando nesta medida que o consumo será monitorado e que o beneficiário será inscrito na Internet, não haverá aumento de custo. Além disso, há que se lembrar que os quatro níveis da tarifa social hoje são insupervisionáveis: não são monitorados.

Portanto, esclareço a V.Exa. que a medida é salutar, a medida é boa para o povo brasileiro, inclusive para o Rio de Janeiro, e não haverá acréscimo de despesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL defende a tarifa social, até porque geração e distribuição de energia elétrica não podem ser objeto da dinâmica capitalista rotineira, em que o afã do lucro, até mesmo como dínamo de estímulo para a empresa prosperar, é a base.

Não! Trata-se de um bem social. Daí decorre o fato de a tarifa ser também modulada de acordo com as possibilidades do consumidor.

Estabelecer o limite de 70 quilowatts parece-nos até um avanço em relação à própria tarifa social, com o escalonamento de hoje. Daí, nosso voto favorável a esta iniciativa.

Aproveito para parabenizar o DEM pela sensibilidade social neste momento que não costuma ser muito comum. Bom sinal. Quem sabe!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é uma medida extremamente positiva, entre tantas outras que causarão males à sociedade, já que vem em socorro do usuário dos serviços de



energia elétrica, prevendo o restabelecimento de uma tarifa social de energia elétrica em que as famílias de baixa renda terão gratuidade até o consumo mensal de 70 quilowatts.

Por isso, nesta matéria, o PSB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu queria enfatizar a importância da aprovação do piso dos agentes comunitários de saúde, profissionais que cumprem uma função muito importante na atenção básica da saúde, revertendo os indicadores e favorecendo a promoção da saúde.

Portanto, é muito importante que aprovemos o piso dos agentes comunitários de saúde, porque eles exercem uma função muito importante na promoção e na atenção à saúde.

O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, a Minoria vota “sim”. Nós sabemos que a tarifa social de energia elétrica até o consumo mensal de 70 quilowatts ajuda consideravelmente a população de baixa renda. Houve um impacto muito grande quando tivemos o corte de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que um número considerável de famílias foi atingido.

Nós queremos apressar estas votações porque temos que votar o projeto que trata dos agentes comunitários de saúde e endemias, tendo em vista que há



consenso entre os partidos e as Lideranças. O PT, qualquer que seja a hora, estará aqui para votar esta matéria ainda hoje.

Portanto, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a REDE vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB queria uma redução de 80% de dano. No entanto, vamos votar a redução de 70% porque ela representa uma redução de dano que impede uma conta escorchante de energia elétrica. Na verdade, esta redução de dano está prevista numa emenda do Deputado que foi o Relator do grande dano. É a tentativa de o Deputado José Carlos Aleluia entrar no céu. Mas, infelizmente, o dano maior já está feito com essas geradoras de energia elétrica.

Portanto, nós vamos votar “sim”, mas de olho nos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, porque, pelo menos, essa bondade a Câmara dos Deputados tem que fazer nesta noite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como oposição, nós queremos acompanhar o PCdoB, que faz oposição com o PT. Nós queremos a isenção no consumo da energia elétrica de até 80 quilowatts para as famílias de baixa renda. É importante esta tarifa social.



Quero manifestar nossa preocupação antecipada diante do compromisso feito pelo Governo, já que o Governo Temer não tem honrado seus compromissos.

Nós já votamos aqui, por exemplo, a matéria relativa à renegociação das dívidas dos agricultores. O Governo se comprometeu a regulamentá-la, mas não o fez. Pelo contrário, dificultou a vida dos agricultores.

Quero insistir, neste momento, no fato de que estamos votando esta tarifa social, mas o Governo tem de ter o compromisso de não vetá-la. Eu quero deixar registrado o compromisso do Governo de não vetá-la. O Governo Temer não tem honrado os acordos que faz.

Por isso, insistimos para que o Governo honre este compromisso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de Destaque nº 2 com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso II e §2º, do Regimento Interno, destaque da Emenda 20, apresentada ao PL 10.332/18.

Sala das Sessões, 04/07/18

Deputado Wadih Damous



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

O SR. PEDRO CHAVES (MDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Pedro Chaves acompanhou a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulão. Assim, poderemos avançar.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, trata-se da defesa do setor elétrico, das distribuidoras. Essa emenda tem por objetivo minorar o dano e tem como conteúdo a manutenção dos postos de trabalho.

É fundamental que o Plenário desta Casa, a Oposição e o próprio Governo compreendam — é claro que isso é difícil — que o setor está sendo desmontado e colocado na bacia das almas. Portanto, é necessário aprovarmos uma emenda para, pelo menos, minorar o prejuízo ao povo brasileiro e à classe trabalhadora.

Por isso, estamos apresentando uma emenda para garantir os postos de trabalho, o que é fundamental.

Então, esperamos — já que o Deputado José Carlos Aleluia fez uma fala em defesa dos segmentos que fazem parte da composição social e ficarão isentos — que S.Exa. também contribua, junto com sua bancada, para preservar os postos de trabalho, mantendo-se a dignidade dos trabalhadores, já que temos uma faixa etária alta no setor elétrico.



Mesmo com especialização, neste momento de recessão pelo qual o Brasil está atravessando, devido a esse desgoverno Temer, é muito difícil ocupar postos de trabalho com qualidade e bom salário.

Então, este é o objeto da emenda: manutenção dos postos de trabalho.

É o apelo que faço à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “sim”.

Orientação de bancada.

Como vota a base do Governo, Deputado Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto “não”, Sr. Presidente, e pede a toda a base que também possa orientar o voto “não”.

O SR. RODRIGO GARCIA (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero encaminhar pelo Democratas, reforçando o que o Líder Aguinaldo Ribeiro colocou.

Essa emenda descaracteriza o que estamos fazendo aqui. Na medida em que estamos autorizando a venda dessas distribuidoras, com seu saneamento financeiro, para um melhor atendimento à população, não tem sentido obrigarmos o futuro comprador a manter os empregos ou os atuais funcionários.

O objetivo, com a venda e a privatização, é justamente que possamos prestar melhor serviço à comunidade.

Quero lembrar que a ineficiência dessas distribuidoras hoje é paga pelo consumidor, que tem sua conta mais cara; ou é paga contribuinte, pelo povo brasileiro, na medida em que, a todo momento, a ELETROBRAS precisa ser capitalizada com recursos do orçamento público.



Portanto, o Democratas encaminha para toda a bancada o voto “não” a esse destaque à Emenda nº 20, apresentado pelo PT.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Presidente, peço a palavra para orientar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer mais uma vez que esse PL 10.332 não estabelece absolutamente nenhuma privatização, nem de ELETROBRAS, nem de empresa alguma.

Quero deixar isso bem claro porque, daqui a pouco, as *fake news* vêm para infernizar a vida do povo brasileiro, divulgando mentiras no sentido de que aqui estaríamos votando alguma privatização nesse projeto de lei. Na verdade, estão se saneando algumas distribuidoras, se dando condições de essas distribuidoras não serem inclusive liquidadas — distribuidoras públicas, sim, mas que estariam à beira da insolvência.

E, importante, conseguimos incluir no substitutivo uma emenda que trata de resolver um grave problema da CEMIG, em Minas Gerais, uma importante empresa mineira. Aí a minha posição deixa clara a visão suprapartidária. O Estado de Minas está sendo governado pelo PT, mas a CEMIG é de todos nós, e eu luto pela CEMIG aqui.

E esse projeto ajudará também...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?



O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é uma emenda que todos nós deveríamos apoiar.

Observo nesta Casa a bancada do Governo dizer que o desemprego grassa no País e que é preciso adotar medidas de natureza econômica para recuperar o emprego. Essa é uma rara oportunidade em que a bancada do Governo deve demonstrar o seu apreço ao emprego, o seu apreço aos trabalhadores.

Esta emenda vem em socorro daqueles trabalhadores em eventual condição, em caso de transferência do controle acionário da ELETROBRAS ou de suas subsidiárias. Esta emenda prevê a garantia da manutenção dos postos de trabalho em caso de transferência do patrimônio público ou da privatização dessas empresas.

Por isso, o PSB, com o compromisso com o trabalho, compromisso com o emprego, vai apoiar esta emenda votando “sim” e quer acelerar esse processo para que possamos também votar a medida provisória dos agentes de combate às endemias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero dizer que a Emenda nº 20 objetiva tão somente garantir, assegurar, proteger os postos de trabalho dos trabalhadores não só na ELETROBRAS, como também nas empresas subsidiárias.

Não é possível que o cidadão anoiteça com o seu emprego, com o seu trabalho, com a sua atividade, com a sua função, com a sua profissão, e com eles não amanheça, perca o cargo, porque a empresa desapareceu, porque venderam uma subsidiária, porque entregaram a ELETROBRAS.



O mínimo de dignidade tem que se reservar aos trabalhadores. Ali estão vidas, ali estão famílias, ali estão seres humanos, pais, mães, filhos que estudam. É preciso preservar, respeitar o direito daqueles que apostaram toda a sua vida nessas subsidiárias dessa empresa. Temos que garantir os seus empregos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na privatização das distribuidoras de energia elétrica, vimos empresas antes públicas serem definhadas e vemos hoje os seus quadros reduzidíssimos e toda a base dessas empresas terceirizadas.

Aqui há uma redução de dano. A bancada de Temer não quer proteger os empregados das concessionárias ou aquelas que têm hoje o controle acionário da ELETROBRAS, as geradoras que estão sendo privatizadas. Estão abertamente votando contra os trabalhadores.

O PCdoB vai votar “sim”, porque esta emenda reduz dano, protege o trabalhador, para ele ter a opção de permanecer na empresa.

E vamos votar a medida provisória dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB orienta o voto “sim”, porque, no entendimento do partido, esses funcionários não podem pagar a conta, serem demitidos. Só no Estado de Roraima, quando tiraram a concessão da CERR, 700 pais de família foram demitidos. E agora, com a possível venda da ELETROBRAS, para onde vão os funcionários?



O nosso partido é a favor do trabalhador brasileiro, Sr. Presidente.

Por isso nós vamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL vota “sim” e quer manifestar o seu espanto com tanto partido dizendo “não”, dizendo “não” a quê? Àqueles funcionários, servidores, trabalhadores da ELETROBRAS — construída com recursos do povo brasileiro, do Estado brasileiro —, que, em caso de transferência de controle acionário, leia-se, privatização da ELETROBRAS, ficarão ao léu. *“Eles que se virem!”* Quem diz “não” está dizendo isso.

E, vejam, isso é algo que jamais foi colocado sob escrutínio, sob avaliação da população em campanha. Não consta que Michel Temer, que era o Vice da Dilma, tenha dito isso nem a sua titular, que ele defenestrou do poder. *Muy* amigo!

Então, essa posição do “não” é patética. Nós queremos garantir o direito...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, é preciso muita cara de pau quando o representante do PSDB, além de colocar na bacia das almas a privatização das distribuidoras do setor elétrico, diz que esta emenda tem como escopo preservar os empregos. E ele diz que não há prejuízo, pelo contrário se otimiza a empresa de Minas Gerais.

Por isso, é preciso aqui fazer um apelo, mas ao mesmo tempo colocar as digitais. Quem vota “não”, como é o caso do PSDB, através da Liderança que falou,



além de votar pela privatização das empresas, tem a maldade de não preservar os empregos das classes trabalhadoras. Então é preciso acompanhar.

Em Minas Gerais a classe trabalhadora vai saber quem vota com ela e quem vota contra ela.

Esta medida é de preservação, já que está caminhando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade, na privatização da distribuidora de Goiás, há 1 ano, demitiu-se metade dos trabalhadores que lá estavam. O número de acidentes do trabalho cresceu. Havia uma letalidade por ano. O número de letalidades que havia em 1 ano agora é registrado em 1 mês.

Mas não é só isso: aumentaram os problemas na distribuição de energia, aumentou o tempo para consertar os problemas. Portanto, a população foi penalizada.

Assegurar o emprego desses trabalhadores é tentar eliminar o desemprego crescente neste Governo Temer. O Governo Temer fez a reforma trabalhista e aumentou o número de desempregados.

Portanto, nós somos favoráveis a essa estabilidade, como também somos favoráveis à MP que assegura os direitos dos agentes comunitários de saúde.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

O SR. CÉLIO SILVEIRA - Sr. Presidente, quero aqui manifestar o meu apoio aos agentes comunitários de saúde...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aguarde só um minutinho, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Osmar Terra, para uma Comunicação de Liderança, pelo MDB.

O SR. OSMAR TERRA (MDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria fazer um apelo a esta Casa. Acho que nós estamos apreciando questões de extraordinária importância para o País e com consequências imediatas, se votarmos ou se não votarmos.

Nós vamos votar medidas provisórias, como a questão da ELETROBRAS, a questão do Rio de Janeiro, que é muito importante, a questão dos agentes comunitários de saúde.

Eu tive muito orgulho de ter sido o primeiro Prefeito do Brasil a implantar as equipes de saúde da família, ainda no início da década de 90. Portanto, acho que é de uma importância extraordinária reconhecer o trabalho dos agentes comunitários. Temos que reconhecer que diminuiu a mortalidade infantil e as doenças neste País, graças a esse trabalho de prevenção.

Meus queridos Deputados, nós estamos tratando também de uma questão de enorme relevância: o equilíbrio do setor de transporte rodoviário no Brasil. Precisamos reconhecer a importância do trabalho dos caminhoneiros autônomos.

Nós vivemos uma das greves mais avassaladoras da história do Brasil. Durante 8 dias, não havia táxis rodando nas ruas; não havia comida nos supermercados; não havia como levar remédios aos hospitais. O Brasil parou de uma maneira assustadora.

Esse foi o movimento do desespero de uma categoria que chegou ao limite, que trabalha sempre abaixo do custo, que tem que fazer viagens longas. Às vezes, ficam 1 mês fora de casa, adoecem. Essa categoria não consegue pagar as contas.



Para de pagar o pneu e de fazer a manutenção do caminhão, o que aumenta o risco de acidentes. Essa é uma das categorias mais sacrificadas que existem neste País.

Não me venham dizer que isso é lei de mercado — não é! —, porque os atravessadores ficam com a maior parte do ganho dos caminhoneiros autônomos. Eles os contratam porque não querem colocar seus caminhões para fazer esse transporte.

Tudo o que nós temos, como roupa, celular, sapato, comida, é transportado pelos caminhoneiros. Eles são os grandes heróis deste País. Um milhão de caminhoneiros autônomos precisa ter seus direitos reconhecidos minimamente. Eles não podem pagar para trabalhar. É isso que nós estamos discutindo.

Temos que votar essa matéria hoje. Portanto, quero fazer um apelo ao Presidente e a todos os Deputados e Deputadas para seguirmos a ordem de votação das medidas provisórias. Vamos ficar aqui até a hora necessária, mas vamos dar uma resposta a esse setor. Vamos evitar uma nova greve. Vamos evitar sobressaltos.

Imagem, Sras. e Srs. Deputados, se não votarmos essa matéria antes do recesso e chegarmos ao segundo semestre com um tumulto neste País, com todas as dificuldades. Todos nós vamos entrar em campanha eleitoral e vamos ser responsáveis, se não houver paz na estrada do Brasil.

Meus queridos companheiros Deputados e Deputadas, hoje temos que dar uma resposta não só aos caminhoneiros mas também aos País, mostrando-lhes que esta Casa pode tratar desse assunto, fazer uma grande articulação e trazer de volta a estabilidade para o transporte rodoviário brasileiro.



Eu quero fazer este apelo: que fiquemos para votar o projeto dos agentes de saúde e, logo em seguida, o projeto que trata do custo mínimo do frete no País.

Não estamos abolindo o mercado. Estamos garantindo o mínimo para que o caminhoneiro não pague para trabalhar, e hoje ele não tem tido essa possibilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou a hora de dar essa resposta. Não podemos mais manter o Brasil em sobressalto. Quero dizer a todos aqueles que estão em dúvida e achando que os caminhoneiros estão cobrando demais, que o acordo feito pelo Governo foi necessário. E foi este Governo que fez esse acordo. Em 2015 nós tentamos fazer um acordo, e não saiu nada. Este Governo foi sensível, fez o acordo e reduziu o preço do óleo *diesel*. Todos se beneficiaram, inclusive as empresas de transporte urbano, os agricultores, enfim, todos tiveram benefícios.

E agora há esse compromisso do Governo com os caminhoneiros. É um compromisso nosso, é um compromisso do País, para fazer com que eles possam viajar tranquilos e continuem prestando esse grande serviço ao Brasil.

Portanto, a nossa omissão ao não votar hoje essa questão dos caminhoneiros é jogar o País na incerteza, é jogar o País de novo no risco de paralisação. E aí não adianta dizer que não temos nada a ver com isso, porque está passando por esta Casa o momento certo e a oportunidade de resolver essa questão.

Sras. e Srs. Deputados, eu faço este apelo para que fiquemos até a hora que for necessária, não vamos arredar pé. É uma noite só de uma semana que nós vamos ter que ficar mais um tempo, e é nesta noite que nós vamos decidir o futuro do transporte rodoviário do País.



Não se assustem com a tabela. Os caminhoneiros estão dispostos a mudar, a reduzir essa tabela. Estão dispostos a negociar. E é isso o que nós estamos conversando com os embarcadores, com as empresas de transporte.

Hoje está valendo uma tabela e uma lei, a medida provisória é lei. Há multa para quem não a está cumprindo, há um valor que pode estar defasado e que precisa de ajustes, mas é isso o que está valendo. Se nós não votarmos, vai continuar valendo isso até outubro.

Mas não é isso o que os caminhoneiros nem as empresas querem. As empresas estão precisando de uma nova tabela e eles estão dispostos a negociar. Inclusive, estamos propondo ao Ministério do Trabalho uma nova tabela, no dia 20 de julho, acordada entre as partes. Vai ter um fórum com embarcadores, empresas e caminhoneiros para acertar isso. Vamos dar um voto de confiança e vamos resolver esse problema.

Este é o apelo que faço a esta Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Chico Alencar, V.Exa. tem a palavra pela Liderança.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, todos os que acompanham esta sessão, serei curto e exato: o PSOL, através dos seus seis Deputados, sem falha, sem falta, estará aqui para votar, a qualquer hora que for, tanto a MP 832 do frete dos caminhoneiros quanto a MP 287 dos agentes comunitários de saúde.

Discursar é bom, é o nosso ofício. Agora, se o discurso não é acompanhado da prática do voto, o que pressupõe presença em plenário, ele fica sendo demagógico. Vamos ver! Vamos ver na hora em que essas matérias chegarem aqui na Ordem do Dia, o que queremos que seja o quanto antes.

Mas eu queria falar do Prefeito da minha cidade, de Marcelo Crivella. Ele foi eleito com um *slogan* sedutor e individualista, é verdade: *“Eu vou cuidar das pessoas”*. Ora, na quarta-feira passada, sem estar na agenda — encontro em palácio sem estar na agenda é perigoso, e Temer que o diga —, Crivella reuniu-se com os seus irmãos de fé. A agenda deveria ser pública, com quem quer que seja. Ele tem direito de se encontrar com os colegas de sua denominação religiosa, mas não tem o direito de fazer isso secretamente e nem — e aí que está o problema, que está o perigo e é o que leva ao pedido de seu impedimento na Prefeitura — de estabelecer privilégios para esse segmento: *“Meus irmãos, vamos aproveitar que Deus me colocou na Prefeitura — não se deve usar o nome de Deus em vão — para viabilizar, através da Sra. Marcia, cirurgias de catarata e de varizes para os irmãos daquela igreja ou para um conjunto de igrejas”*. Isso está errado! O poder público tem que ser para todos!



Em segundo lugar, o IPTU. *“Muitas igrejas não podem pagar? Não precisam pagar. Vamos agilizar isso com o Dr. Marcelo.”* Ou seja, usou sua função pública de Prefeito para encaminhar benefício pessoal a determinado grupo particular. Isso fere a ideia do Estado laico; isso fere a ideia da administração pública para todos; isso fere até a ideia da prioridade. É evidente que quem está em uma situação de emergência deve ser atendido sim, mas não pelo critério de ser colega de denominação religiosa.

Jesus Cristo, diante de Pilatos, disse: *“Meu reino não é desse mundo e...”*

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 161;

NÃO: 210;

ABSTENÇÃO: 2.

REJEITADA A EMENDA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso II e § 2º, do Regimento Interno, destaque da Emenda 9 apresentada ao PL 10.332/2018.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2018

Deputado Wadih Damous



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. (*Pausa.*)

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu começo dizendo que o Partido dos Trabalhadores só sai daqui quando aprovarmos a MP 827. Quando falamos em reajustar o salário dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, nós não estamos falando de algo de interesse específico desses profissionais, estamos falando em defesa da população brasileira.

A estratégia de saúde da família pode até existir e funcionar sem médicos, mas não funciona sem os agentes. São os agentes que estão nas casas e que podem traçar os perfis epidemiológicos, para que nós tenhamos saúde, que não é o contraponto da doença, mas é qualidade de vida. E qualidade de vida é felicidade. Portanto, esses profissionais, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, são promotores da felicidade do povo brasileiro.

Essa reivindicação de reajustar o piso, de fazer com que esses profissionais sejam devida e justamente remunerados é uma reivindicação do conjunto da população brasileira.

Acordo feito é acordo a ser cumprido. E o acordo é de que votaríamos no dia de hoje a MP 827, para fazer justiça a esses profissionais.

Mas venho aqui para dizer da importância deste destaque, que assegura que fique a cargo da União a distribuição de energia elétrica no País. Nós estamos falando aqui de 6 distribuidoras de energia que atendem mais de 13 milhões de pessoas, que estão numa área aproximada de 2,46 milhões de quilômetros



quadrados, que cobre, portanto, 29% do território nacional. Nós estamos falando de distribuidoras que levam a energia para cumprir uma função pública, porque há, na ELETROBRAS e na União, o subsídio cruzado, a utilização do lucro de determinada distribuição onde não há lucro. Vai se jogar isso na mão da iniciativa privada? O Estado está, com essa proposta, injetando mais de 3 bilhões de reais no saneamento de dívidas de distribuidoras, para vendê-las — 6 distribuidoras, por 300 mil reais. E vai promover o aumento da tarifa. O aumento da tarifa, no Maranhão, em alguns anos, chegou a 400%; no Pará, a 200%!

Nós estamos aqui lidando com o direito do povo brasileiro de viver depois de o Sol se pôr, de viver longe da escuridão, a escuridão rompida pelo Governo Lula com o Luz para Todos, a escuridão rompida com os Governos Lula e Dilma, que asseguraram que no Brasil coubesse o povo brasileiro, hoje excluído pelo Governo Temer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancadas.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto “não”, Sr. Presidente, e pede à base aliada que também oriente o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.



Como vota o PR? (*Pausa.*)

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PP encaminha o voto “não”, Sr. Presidente, e pede à base que vote “não”.

Vamos agilizar isso!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PT vota a favor, para que o Governo faça essa distribuição, tenha ingerência nisso, mas o PT quer ainda hoje à noite votar a questão dos agentes comunitários de saúde e também dos caminhoneiros. Nós queremos votar.

Os caminhoneiros, principalmente os autônomos, no Governo Temer, do PMDB, tiveram o pior momento. Qual foi o pior momento? Quando o preço do *diesel* aumentava a cada semana, a cada dia. A responsabilidade por isso é do PMDB e de quem aplicou o golpe. Os preços passaram a ser vinculados ao do petróleo em âmbito internacional. Eles destruíram internamente o nosso pré-sal e a presença da PETROBRAS na política de preços.

Então, nós queremos votar, sim. Os caminhoneiros autônomos merecem não ter o preço do *diesel* reajustado como Temer está reajustando, a cada semana, a cada dia.

Nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “sim” e mantém sua posição de defender a



votação da Medida Provisória nº 827 nesta data, em respeito ao acordo, em respeito aos agentes comunitários de saúde.

Aproveito também para justificar o meu voto: votei com o partido na votação anterior.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PRB vai votar “sim”, o PRB é contra a privatização da CERON — Centrais Elétricas de Rondônia. Serão demitidos 980 funcionários, fora os terceirizados. Por isso o PRB vota “sim”.

E nós estamos aqui também para apoiar os agentes comunitários.

Um abraço do Lindomar Garçon.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSOL vota “sim” porque entende que o discurso recorrente aqui, com base no próprio projeto, de que não se trata de vender na bacia das almas as distribuidoras de energia, mas, sim, de saneá-las, de corrigi-las de determinados vícios, de melhorá-las, pressupõe uma consequência, como o destaque propõe. Então, não vamos privatizá-las de maneira alguma, não vamos entregar a empresas privadas o seu controle acionário. Vamos manter o poder concedente e um peso do Estado nisso. É quase que uma obviedade em relação ao que se fala no próprio projeto.

Na verdade, a pretensão é privatizar tudo, é arrumar e depois privatizar, como costuma acontecer no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?



O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda contraria e descaracteriza totalmente os propósitos do projeto de lei.

Nós não vemos por que tratar o caráter da distribuição estatal como um fetiche ou um tabu, em detrimento do interesse coletivo. Essas empresas se mostraram ineficientes, responsáveis por interrupções e por déficits monumentais.

O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Ineficiente é o Governo Temer. E quem vota “não” a este destaque está a favor da privatização. Se quer honrar o que diz ao microfone, que não vai haver privatizações, vote “sim” a esta emenda.

O PCdoB vai votar “sim”.

Eu gostaria de aproveitar para dizer, Sr. Presidente, que o que houve no fim de semana foi um escárnio do golpe. Lamentavelmente, setores do Poder Judiciário que estão comprometidos com a prisão ilegal do Presidente Lula mostraram a sua face ao mundo inteiro. Objetivamente, é uma prisão sem provas, e o descumprimento de uma decisão judicial veio à baila para mostrar que, nas entranhas do Judiciário, existem personagens que não honram a toga.

Por isso o meu protesto ao descumprimento da decisão judicial do Juiz Rogério Favreto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, votamos “sim” a este destaque porque somos contra a privatização do Sistema ELETROBRAS.

E queremos votar ainda hoje, qualquer que seja o horário, a medida provisória que estabelece as novas condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde.

E queremos votar hoje a Medida Provisória nº 832, que garante a tabela de fretes mínimos, fruto do acordo dos caminhoneiros com o Governo.

Estamos com a posição do Relator, o Deputado Osmar Terra, que acaba de usar a palavra, mas denunciemos que setores neste plenário manobram para não votar a medida provisória que garante a tabela de fretes mínimos.

O SR. CELSO PANSERA - Sr. Presidente, a Oposição quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Vai falar por 1 minuto a Oposição, para orientar a bancada, depois o Deputado Delegado Edson Moreira falará pelo PR, e o Deputado Pompeo de Mattos, pela Minoria.

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição vota “sim” porque tem feito um debate muito forte contra a privatização do Sistema ELETROBRAS.



Mas a Oposição quer votar hoje a Medida Provisória nº 827, para corrigir a grande injustiça salarial com os agentes comunitários de saúde, que prestam um grande serviço ao povo brasileiro.

Também queremos corrigir aqui uma grande injustiça com os caminhoneiros. A imprensa tem acusado que a economia brasileira não vai crescer 3% por conta da greve dos caminhoneiros. Isso é uma grande mentira. Não cresce porque a política econômica do Governo é ruim.

Nós queremos votar a Medida Provisória 832 e a Medida Provisória 827.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “não” e entende que temos que votar também a MP 827, que diz respeito aos agentes comunitários de saúde, que prestam grandes serviços à saúde pública em todos os Municípios do País. Não podemos postergar mais a votação da MP 827. Queremos votá-la o mais rapidamente possível, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, pelo PR.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de tratar de três assuntos.

O primeiro é que estou ouvindo muita balela no plenário sobre o *habeas corpus* de domingo. Eu vou falar como ex-professor de Processo Penal e de Direito Penal.

Toda ação, seja ela *habeas corpus*, seja ela processo penal, tem seus pressupostos processuais. Um deles é a legitimidade *ad causam*, a legitimidade para a causa. Há possibilidade jurídica do pedido? Perfeitamente, é possível o pedido. Há causa para se pedir? Perfeitamente. Qualquer um do povo pode entrar com pedido de *habeas corpus* — qualquer um!

Mas o juízo legítimo da causa não era o TRF-4. A autoridade coatora era o TRF-4, que, numa decisão colegiada, já tinha condenado o ex-Presidente Lula. O juízo competente para apreciar o *habeas corpus* era o Superior Tribunal de Justiça.

Num plantão — esperou-se o titular sair de férias —, ardilosamente, às 19h30min, impetrou-se um pedido, sabendo que é ilegítimo, sabendo que o juízo competente para julgar o pedido não era aquele. Então, eles não queriam soltar o Presidente. É claro que não queriam! Mas eles sabiam que era impossível soltá-lo. O que eles queriam era criar um fato político, como criaram.

Com relação a essa parte, é isso o que eu tenho a dizer, tecnicamente, sem mentira, sem urdiduras e sem querer ofender qualquer autoridade que seja. É por isso que o juiz de primeiro grau encarou a decisão do juiz incompetente, que sabia que não podia fazer o que fez. Por isso, tudo ficou como ficou.



Agora, eu vou tratar de outro assunto. Eu vou falar de explosões de caixas eletrônicos e incêndios a ônibus, que estão acontecendo em todo o País. Num país onde a impunidade campeia solta, como está campeando no Brasil, e onde a corrupção já está corrompendo os Poderes, em vez de se seguir uma legislação que puna de maneira condizente a criminalidade atual, não se faz isso.

A Câmara dos Deputados aprovou a redução da maioridade penal. O projeto está no Senado, dormindo em berço esplêndido. O Senado, acovardado, não vota o projeto, nem “sim” nem “não”, porque não quer ir contra a opinião do povo. Com isso, os menores estão matando, roubando e fazendo o que querem nas ruas.

Na madrugada passada, um maior e três menores tomaram um carro de assalto. Depois, saíram com esse carro, abordaram uma senhora grávida de quase 9 meses, levaram-na pelas ruas da cidade e fizeram com que ela sacasse dinheiro no caixa eletrônico de um *shopping*. A Polícia chegou, suspeitou da situação e pegou esses menores. Eles estavam praticando crimes nas ruas. Se tivesse sido aprovada a redução da maioridade penal, elas não estariam fazendo isso.

Ontem, em Belo Horizonte, no Jardim dos Comerciantes, criminosos pegaram um ônibus, fizeram o motorista descer e deram a ele um bilhete, dizendo que em Bicas II, uma penitenciária da Grande BH, os presos estavam sendo maltratados, estavam comendo mal. Por isso eles estavam incendiando aquele ônibus.

Ora, isto aqui virou terra de ninguém. É claro que em todo o Estado de Minas Gerais e em várias partes do Brasil, como Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo e outros lugares, estão incendiando ônibus, causando terror à população. Além disso, nesta madrugada, a bandidagem também explodiu caixas eletrônicas



em Recife e em Minas Gerais. Ela está matando policiais no Rio de Janeiro — mais um esta noite — usando fuzis, armas de guerra.

Então, por que não aprovamos o Projeto de Lei nº 5.065, que transforma essas ações em crime de terrorismo?

Gostaria muito que um requerimento de urgência de minha autoria fosse colocado em votação, para que a sociedade sinta que a Câmara dos Deputados está preocupada com ela, que o Congresso Nacional está olhando por ela. Parece que o Congresso Nacional não está nem aí para o povo.

O Projeto de Lei nº 5.065, de 2016 precisa ser aprovado, para diminuir muito essas ações pelo Brasil. Com certeza, essas ações vão ser reduzidas a quase zero, porque uma pena que seria de, no máximo, 5 anos, vai ser de, no mínimo, 12 anos, além de ser imprescritível, podendo haver punição a qualquer tempo.

Não podemos deixar a criminalidade do jeito que está, fazendo o que quer no País impunemente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, pela Liderança do PDT.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, viemos aqui tratar de duas medidas provisórias: a MP 827, sobre os agentes comunitários de saúde, e a MP 832, a respeito do frete mínimo dos caminhoneiros.

Nesta Casa, todos nós conhecemos a luta dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias Rio Grande do Sul afora, Brasil adentro. Depois de muito embate, muita discussão, muita pressão, muitas manifestações, chegou-se a um acordo, que resultou nessa medida provisória, que está andando, embora muito devagar.

Nós precisamos deixar muito claro nosso apoio incondicional para que se dê celeridade ao andamento dessa matéria. O acordo feito entre o Governo, esta Casa e os agentes comunitários suscita controvérsia lá fora, especialmente na Confederação Nacional de Municípios — CNM.

Nós precisamos deixar bem claro, primeiro, que se trata de uma reorganização da carreira dos agentes comunitários. Na verdade, eles atuam dentro da estratégia da família. Eles buscam fazer com que os cursos de qualificação aconteçam de 2 em 2 anos e que o custo desses cursos seja financiado de modo tripartite — Estado, Município e União. Eles buscam ainda, fundamentalmente, a reposição do piso da categoria. Nesse contexto, são três os pisos: 1.250 reais, em 2019; 1.400 reais, em 2020, e 1.551 reais, em 2021.

Ora, a CNM argumenta, por seu viés, que isso vai impactar os Municípios. É bom esclarecer que 95% dos recursos do piso dos agentes de saúde é pago pela



União. Temos que deixar isso bem claro, para não haver confusão. É verdade que pode haver algum custo a mais decorrente de insalubridade, de transporte, de locomoção, mas isso é do jogo.

Essencialmente, é o Município que recebe o trabalho dos agentes comunitários, que vão de casa em casa, de rua em rua, que batem às portas, que estão na linha de frente, que fazem o trabalho duro e difícil, inclusive nos dias de chuva. Aqui está prevista a carga horária de 40 horas semanais dividida da seguinte forma: 10 horas para se organizar, 10 horas para montar as estratégias e 30 horas para trabalhar efetivamente em campo.

Então, esse é um projeto sério, profundo, digno, correto, equilibrado, maduro, responsável, feito por muitas mãos, o qual nós precisamos reconhecer e, de forma incondicional, apoiar, respeitando a CNM, que representa os nossos prefeitos. Eu também fui prefeito e tenho a compreensão bem clara disso, mas não posso abrir mão de emprestar apoio, como disse, incondicional à medida provisória.

Para concluir, vou falar da MP 832/18, que trata dos caminhoneiros. Há pessoas na Casa que não querem essa votação. Nós precisamos deixar isto bem claro: é preciso que votemos já, hoje, o quanto antes, essa medida provisória que trata da tabela mínima do frete. Isso é o mínimo do mínimo da dignidade que os nossos irmãos caminhoneiros do Brasil inteiro precisam ter nesta hora, pois eles enfrentam dificuldades. Até então eles pagavam pedágio pelo terceiro eixo erguido; renovação da frota; estradas ruins; pedágio caro; estradas esburacadas.

Nas estradas brasileiras há tanto buraco que há buraco no barranco, esperando a vez de ser buraco, porque já não cabe mais no meio da buraqueira, de tanto buraco que existe. Os nossos caminhoneiros enfrentam tudo isso. Alguns



pagam para trabalhar, especialmente os autônomos, por quem nós aqui temos que olhar e reivindicar.

Portanto, estamos solidários, empenhados, e cobrando a votação dessa medida provisória, para dar dignidade e o mínimo de respeito aos nossos caminhoneiros, ainda antes do recesso, hoje!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Marcelo Souza, por 1 minuto, antes de encerrarmos a votação.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (MDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu sei que V.Exa. também é amante de futebol, gostaria de parabenizar o futebol maranhense, que se encontra em júbilo: o Imperatriz ascendeu da Série D para a Série C, e o Sampaio Corrêa fez história no Maranhão, ganhando a Copa do Nordeste em cima do Bahia.

Desta forma, parabenizo todas as torcidas, todos os maranhenses, o Imperatriz, conhecido como o Cavalo de Aço, e a Bolívia Querida!

Parabéns ao futebol maranhense e a todos os seus torcedores!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 159;

NÃO: 220;

ABSTENÇÃO: 1.

A EMENDA FOI REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 117, IX c/c 161, inciso II e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 14, apresentada ao PL 10.332, de 2018.

Sala das Sessões.

Deputado Júlio Delgado

Líder do PSB



O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Damião Feliciano votou com o partido.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou fazer uma sugestão a V.Exa.

É claro que nós temos que terminar a votação dos destaques, dentro do que trabalhamos, mas depois vamos passar ao segundo ponto: as medidas provisórias. Eu vou sair para uma reunião na Liderança do PT, com a Presidenta Gleisi Hoffmann, mas, para votarmos a MP 827, que trata dos agentes comunitários de saúde, nós topamos votar as outras duas sem fazer obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para as duas, não há destaque. Elas são simples.

O que eu proponho, Deputado, é que façamos uma orientação mais rápida, para que eu abra o painel. Depois, quem quiser orientar com mais calma orienta. Como a votação será nominal, acho que assim será mais fácil.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Por mim, pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral, para defender o destaque. S.Exa. dispõe de 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em todo o processo de debate sobre a privatização do Sistema ELETROBRAS, o PSB se colocou de modo claramente contrário a esta iniciativa. Entendemos que um governo que padece de autoridade política para conduzir reformas profundas não poderia, quando já está recebendo o café frio no Palácio, colocar uma pauta que claramente ofende a consciência crítica do País, principalmente em questões estratégicas como a do setor elétrico.



Numa democracia de densidade, na qual há uma crise na democracia representativa, é muito importante que questões como esta sejam objeto de manifestação da população brasileira.

Este destaque impõe que os processos de privatização das empresas integrantes da ELETROBRAS, suas subsidiárias e controladas sejam submetidos a referendo do povo brasileiro, para que uma autorização possa consumir o que claramente é mais uma ofensa da agenda regressiva do Governo Michel Temer.

O PSB entende que daria legitimidade plena à manifestação do povo brasileiro, através de um referendo que pudesse ser precedido do debate amplo, o que nós entendemos que não houve aqui no Parlamento. Entendemos que é muito importante, para legitimar e dar plenitude democrática a esta decisão, que isso seja submetido a um referendo. Esta é a previsão da emenda e do destaque do PSB.

É por isso que pedimos a este Plenário que aprove este destaque.

Neste sentido, a orientação do PSB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancadas.

Líder Aguinaldo, como vota a base? Vamos ganhar tempo.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo orienta o voto “não” e solicita a toda a base que oriente o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base orienta o voto “não”.

Como orienta o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT tem muita clareza. Em primeiro lugar, temos que votar no dia de hoje o que foi acordado. Trata-se da medida provisória que reajusta o salário dos



agentes comunitários de saúde e o dos agentes de combate às endemias. Este é um compromisso com o povo brasileiro.

Em segundo lugar, o mesmo compromisso com o povo brasileiro nos impõe termos um referendo. O patrimônio do povo brasileiro, as distribuidoras de energia e as empresas públicas não pertencem a Michel Temer.

Michel Temer é cercado de malas, malas literais e malas metafóricas. Michel Temer acha que o povo brasileiro é seu escravo, que pode arrancar-lhes e rasgar as carteiras de trabalho. Ele acha que pode entregar seis distribuidoras por 300 mil reais e, além de tudo, injetar mais de 3 bilhões de reais da União para sanar as dívidas.

Portanto, há que se ter um referendo.

O PT orienta o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como autora desta emenda, eu também quero fazer uma defesa convicta. Não é possível que aprovemos aqui o desmanche de um patrimônio brasileiro, sem que o Estado envolvido possa opinar.

O referendo é um instrumento de participação direta, e é importante que o povo opine sobre o que é seu. O próprio Ministro Lewandowski já demonstrou a clareza de que nada pode ser privatizado sem lei. Nós somos um poder representante do povo. Portanto, nada pode ser desmontado sem que o povo também referende nossa decisão como poder de representação.



Esta emenda é importante. A democracia representativa tem seus limites, e a participação direta, a democracia participativa, é fundamental, quando se trata do patrimônio do povo brasileiro.

O PCdoB encaminha “sim” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. SÉRGIO VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “sim”, porque defende a democracia de alta intensidade.

A proposta do PSB indica o referendo em caso de privatização, não só da ELETROBRAS, mas também das subsidiárias e distribuidoras. Isso é correto, é democrático, é absolutamente fundamental.

Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção de V.Exa. e fazer um apelo. Nós temos aqui a prática de examinar as medidas provisórias de acordo com a sensibilidade e a necessidade. V.Exa. tende a querer colocá-las em ordem cronológica, mas isso não é uma imposição, uma determinação. Aliás, seria a primeira vez.

Portanto, sem querer deixar de voltar qualquer delas, independentemente da nossa posição, nosso pedido é que priorize a MP 827, coloque como a primeira na ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Chico Alencar, primeiro, respeitar a ordem cronológica é sempre importante. Segundo, a Medida Provisória



nº 825 trata dos recursos para o Estado do Rio de Janeiro. Como o interventor ainda não empenhou os recursos, e não será feito o empenho até o fim da validade desta medida provisória, eu acredito que ela tenha prioridade em relação, inclusive, à MP 827. Senão, os recursos serão perdidos.

Deputado Ezequiel Teixeira, como vota o Podemos?

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA - O Podemos vai votar “não”, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR - A título de ponderação, Sr. Presidente, nós, obviamente, temos uma visão quanto a estes recursos, quanto ao tipo de política de segurança. Esta é uma questão de mérito. Mas nós não queremos deixar de votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei que não, Deputado. Eu só estou explicando o porquê da ordem, pelos dois motivos.

O SR. CHICO ALENCAR - Mas V.Exa. indicou que ia cumprir a ordem cronológica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O ideal é sempre cumpri-la. Neste caso, como há acordo, podemos não cumpri-la. Mas a ordem da MP 825 nós vamos ter que cumprir, pelos motivos já colocados.

O SR. CHICO ALENCAR - Mas eu peço a V.Exa. que considere a ponderação. O Rio de Janeiro é uma unidade da Federação — eu sou insuspeito para falar isso —, mas os agentes de saúde são do Brasil inteiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Ezequiel Teixeira.

O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA (Bloco/PODE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vai votar “não”.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Dr. João Gebran Neto, Relator da Operação Lava-Jato no TRF-4; o Dr. Thompson Flores, Presidente do TRF-4; e, por fim, nosso querido Dr. Sergio Moro, Juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, que disse que o desembargador é autoridade incompetente para sobrepor-se ao colegiado do TRF-4, referindo-se ao desembargador que proferiu aquela inadequada sentença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vanderlei Macris votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ricardo Barros votou com o partido, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Registre “sim” para a REDE, Sr. Presidente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

Neste momento, entendemos que é importante todo e qualquer referendo, para que a população possa tomar posse daquilo que está sendo privatizado. Nós já deveríamos ter feito isso no caso das medidas que este Governo tem antecipado na área de privatização.



Aproveito o momento para, mais uma vez, dizer que todos estaremos aqui para votar a medida que aumenta o piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Com a crise que a saúde está vivendo hoje, esses profissionais são muito importantes para nós.

Vamos votar!

O SR. LUIZ SÉRGIO - Pela Oposição, Sr. Presidente.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que registre o voto “sim” da REDE.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos no período de eleição, e todos os candidatos estão se dirigindo aos eleitores para conversar, para dialogar.

Esta emenda estabelece uma consulta e amplia a democracia — quanto mais democracia, melhor! Esta consulta é muito importante. O povo tem o direito de opinar se o Governo deve ou não se desfazer de um patrimônio que é do povo.

Nós defendemos o direito da população de opinar sobre este tema.

Por isso, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO CHAVES (MDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB vota “não”.



O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jerônimo Goergen votou com a bancada nas votações anteriores.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que seja registrado o voto “sim” da REDE no painel.

O SR. PEDRO CHAVES (MDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade para apoiar a MP 827, que resgatará nosso compromisso com os agentes comunitários de saúde e com os agentes de combate às endemias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima. Em seguida, falará o Deputado Júlio Cesar.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço um apelo à V.Exa. para que se dê toda a prioridade e atenção à medida provisória dos agentes comunitários de saúde. São trabalhadores brasileiros que dão toda a prioridade e atenção às pessoas mais vulneráveis, mais humildes, pessoas que precisam de assistência. Eles são um braço do Estado brasileiro que alcança os quatro cantos do País, sob chuva ou sob sol, dedicando seu melhor trabalho para cuidar do próximo.

Nada mais justo e mais correto, portanto, do que o reconhecimento e a valorização de um trabalho, tão decente, de profissionais que cuidam tão bem do nosso povo.



O SR. OSMAR TERRA (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Osmar Terra votou com o partido nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar. Em seguida, falará o Deputado Givaldo Vieira e, após a manifestação de S.Exa., encerro a votação.

O SR. JÚLIO CESAR - Sr. Presidente, eu quero apenas 1 minuto. Depois, no tempo da Liderança, eu vou falar de outro assunto.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nas votações anteriores, o Deputado Luiz Sérgio, se estivesse presente, teria votado de acordo com a orientação do PT.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde o começo da discussão sobre a privatização das concessionárias estaduais, eu venho me posicionando de forma contrária. O valor de mercado da concessionária do Piauí é o maior entre todas as empresas: são 293 milhões de reais. Porém, foi vendida por 50 milhões de reais.

E mais: o edital não prevê a compensação dos débitos da empresa com o fundo de pensão, de 220 milhões, e com o Governo do Estado, porque era estatal. Só pagaram metade. A dívida é de 800 milhões de reais, e o Governo está na Justiça.

Por estes dois motivos, eu me posicionei contrariamente às privatizações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Givaldo Vieira. Depois, vou encerrar a votação.



O SR. GIVALDO VIEIRA (PCdoB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, hoje devemos fazer justiça aos milhares de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias do Brasil.

Eles formam a categoria que está na base da promoção da saúde brasileira. Toda a estrutura de saúde que temos — unidades de saúde, prontos-socorros, hospitais — cuida, na verdade, das doenças. Esta categoria faz a saúde na base, visitando as casas e cuidando da prevenção.

Eu quero me colocar ao lado desta categoria, como tenho feito no Espírito Santo. Parabenizo todos no Estado que se mobilizaram em todas as oportunidades — desta vez, para a aprovação da Medida Provisória nº 827 —, fazendo justiça aos agentes comunitários de saúde, com melhores condições de trabalho e um justo piso salarial.

Parabenizo a Geiza, Presidente do SINDSAÚDE/ES, e o Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todo mundo já votou? *(Pausa.)*

A SRA. REJANE DIAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

O Deputado Sarney Filho tem a palavra para falar pela Liderança. *(Pausa.)*
Ele não está aqui.

O SR. DANILO FORTE - Presidente, V.Exa. poderia me dar a palavra por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, V.Exa. tem 1 minuto.



A SRA. REJANE DIAS (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero só registrar que a Deputada Rejane Dias votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o programa dos agentes de saúde iniciou-se no Ceará, ainda no Governo Tasso Jereissati, e desenvolveu uma parceria com a população, melhorando todos os indicadores de saúde no Estado do Ceará. Redundou até numa ação nacional que hoje se estabelece como parâmetro de aproximação dos governos com a população.

É necessário que entendamos, neste momento, que a valorização do agente de saúde e o reconhecimento de seus direitos adquiridos passam necessariamente também por um ajuste de contas das Prefeituras. Então, quem for relatar a matéria em plenário deverá fazer uma salvaguarda, para que, no caso, os pagamentos, que são feitos com recursos transmitidos fundo a fundo, diretamente do Tesouro Nacional, possam fugir do teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Senão cobriremos um santo e descobriremos outro. Estamos resolvendo o problema dos agentes de saúde, e criando um problema de improbidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um comunicado importante na condição de Presidente



da nossa Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras de Duplicação da BR-116 no Trecho entre Guaíba e Pelotas. O DNIT do Rio Grande do Sul, na última segunda-feira, liberou o trânsito em pista dupla no trecho próximo ao viaduto da Avenida Fernando Osório, no entorno de Pelotas. Essa é uma duplicação importante. Liberar os trechos é fundamental para garantir a segurança de quem ali transita, evitando mortes, e dar segurança e capacidade competitiva ao Estado do Rio Grande do Sul.

Nós estamos trabalhando para ampliar a duplicação, incluindo mais trechos, e fazer a liberação dos trechos 1 e 2, próximos a Guaíba, justamente onde queremos que o Exército...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Falta alguém votar ainda? *(Pausa.)*

O SR. SIBÁ MACHADO - Quero falar, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 143;

NÃO: 221;

ABSTENÇÃO: 1.

REJEITADA.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu votei com o PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bom.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque nº 19:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da EMP nº 24/2018, oferecida ao PL nº 10.332/2018.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2018.

Deputado Chico Alencar

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS MANATO (PSL-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, votei com o partido. Eu estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema, não, Deputado.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Décio Lima votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulo Teixeira votou com o partido.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Sarney Filho votou com o partido.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Helder Salomão votou com o partido.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Chico d'Angelo votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota a base, Deputado?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "não". A própria ELETROBRAS já firmou acordo com os sindicatos garantindo estabilidade até 2019. Nesse sentido, nós rejeitamos a emenda.



Encaminhamos o voto “não” e pedimos a toda a base que encaminhe o voto “não”.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco/PROS-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado André Amaral teria votado com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP quer orientar, mas gostaria muito que V.Exa. enfatizasse que a votação das medidas provisórias, conforme já foi dito por V.Exa., será feita na ordem cronológica: MP 825, MP 826...

Todos nós estamos ansiosos para votar a MP 827, medida provisória que vai corrigir uma grande injustiça, vai atender àqueles que realmente são os anjos da guarda das famílias brasileiras: os agentes comunitários de saúde.

Eu aproveito a oportunidade para parabenizar os agentes da minha cidade de Nilópolis e de toda a Baixada Fluminense.

Obrigado.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Altineu votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?



O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, orienta “sim”, no sentido de preservar este importante capital humano, os trabalhadores do setor energético do Brasil.

Eu queria agora aproveitar este espaço para manifestar, como já fiz na última semana, o nosso apoio irrestrito à Medida Provisória nº 827, que garante a implantação e a estruturação de importantes carreiras que cumprem um papel relevante de atenção à saúde básica em todo o Brasil. Estou falando de um público que presta serviços e que tem, como poucos no País hoje, autoridade para bater na porta da casa de cada cidadão brasileiro e entrar. Esta é uma conquista dessa categoria: o respeito do povo brasileiro.

Para que os agentes de saúde possam cumprir de forma satisfatória o seu papel, é importante a sua valorização e a melhoria de sua remuneração.

Deixo um abraço a todos os agentes de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “sim” porque quer a manutenção dos postos de trabalho. Acompanhamos o PSOL quanto à emenda que apresentou.

Eu quero agora fazer um registro, Presidente, colegas Deputados, sobre pesquisa que a Confederação Nacional da Indústria — CNI realizou. Nós estamos querendo manter os postos de trabalho, mas Temer está estabelecendo políticas de desemprego. Vejam o que se diz nessa pesquisa: *“Medo do desemprego atinge maior valor da série histórica”*. Em 1996, no tempo de Fernando Henrique Cardoso, dos tucanos, o Índice de Medo do Desemprego era de 67,9. A política nefasta de



Temer e de todos os Deputados e Senadores que votaram pelo golpe, portanto, aumenta na população o medo ao desemprego.

Nós estamos votando pela manutenção dos postos de trabalho. Por isso, o PT vota “sim”, com o PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB vota “sim” porque é a favor da geração de empregos e do desenvolvimento do Brasil.

Nós combatemos a privatização de empresas estratégicas, como a ELETROBRAS, combatemos a privatização de distribuidoras que têm um papel importante no desenvolvimento regional e alertamos o Plenário de que está sendo autorizada a privatização de empresas em Estados que carecem de investimento, carecem de logística, carecem de infraestrutura e carecem de empresas que se conectem com as necessidades desses Estados.

Em São Paulo, quando houve um processo inexorável de privatização do setor elétrico, foi feito um movimento em favor de garantia de direitos, inclusive de estabilidade no emprego, para muitos servidores daquelas empresas estatais.

Defendemos a preservação dos empregos dos servidores das atuais distribuidoras.

Portanto, o PCdoB vota “sim”, pelo emprego. Vota “sim” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o dia 26 de julho já está marcado como data para a realização do leilão que vai vender — pasmem! — por 50 mil reais, que é o valor de um carro



de segunda, seis distribuidoras. Então, o mínimo que esta Casa tem que fazer é aprovar esta proposta do PSOL, que representa a garantia do emprego dos trabalhadores das distribuidoras.

Presidente, já que vamos debater direitos dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, permita-me dizer que o Ministro da Saúde acaba de decretar o fim de equipes dos programas da Estratégia Saúde da Família, descredenciando-as em todo o País. Só no Pará, deixam de existir 87 equipes. Isso merece investigação da PGR.

Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de uma só canetada o Ministério da Saúde do desgoverno de Michel Temer acaba de descredenciar 87 equipes da Estratégia Saúde da Família em Municípios paraenses, oito somente em Belém. Por meio da Portaria nº 1.717, de 12 de junho de 2018, o Ministro Gilberto Occhi descredenciou equipes em várias partes do País, sob a alegação de descumprimento requisitos do Ministério da Saúde. A nefasta decisão vai na contramão do enfrentamento do surto de sarampo que atinge Estados da Região Norte, no caso, Roraima e Amazonas, e há casos confirmados também em Rondônia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Essa é mais uma demonstração da incompetência administrativa do Prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, que foi cassado duas vezes pela Justiça Eleitoral, mas se mantém no cargo por efeito suspensivo de recurso. O tucano está acostumado a perder recursos federais, especialmente na área de saúde. No ano passado, ele desperdiçou R\$2.366.684,00 da emenda parlamentar de minha autoria que estava



destinada à reforma e à ampliação do Pronto-Socorro Municipal do Guamá, situado no maior distrito de Belém, que é também um dos mais violentos.

Nessa nova crise, com perda de recursos estrategicamente imposta por um Governo Federal que oficializou o corte milionário no orçamento de várias áreas, como a da saúde, por meio da Emenda Constitucional nº 95, toda e qualquer perda de recursos deve ser rechaçada como o mais completo descaso e irresponsabilidade. É inadmissível que se perca qualquer equipe da Estratégia Saúde da Família. Belém foi o segundo Município que mais perdeu equipes nesse descredenciamento no Pará. Em primeiro ficou Marabá, um importante polo do sul do Estado que foi prejudicado com a perda de 14 equipes. E o terceiro mais prejudicado foi o Município de Tucuruí, que perdeu seis equipes.

O Saúde da Família é fundamental para a organização e o fortalecimento da atenção básica no Sistema Único de Saúde — SUS. O País está preocupado com o avanço do sarampo, devido à baixa vacinação, que fez ressurgir uma doença que estava erradicada no Brasil. São as equipes do Saúde da Família que realizam o acompanhamento direto das famílias, nos locais em que vivem, desenvolvendo ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. A estratégia trabalha com equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, formadas por médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde, cirurgião-dentista, auxiliar de consultório dentário ou técnico de higiene bucal.

O Saúde da Família foi implantado em 1994, pelo Ministério da Saúde, inspirado no trabalho dos agentes de saúde. Inicialmente, recebeu o nome de Programa Saúde da Família. Com o tempo, ganhou importância na atenção básica,



deixou de ser considerado apenas um programa e passou a ser chamado de Estratégia Saúde da Família. O objetivo é reverter o modelo assistencial predominante de atendimento emergencial ao doente, na maioria das vezes, em grandes hospitais, investindo na saúde preventiva com o acompanhamento rotineiro das famílias no ambiente em que vivem, para a compreensão ampliada do processo saúde e doença.

Foi amparada na revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, publicada pela Portaria de Consolidação nº 2-GM/MS, de 28 de setembro de 2017, em que o Governo Temer embasou o descredenciamento das equipes do Família Saudável, atingindo inclusive as equipes especializadas no atendimento das comunidades ribeirinhas e outras que dependem da locomoção fluvial das equipes. Ou seja, esse é um golpe de morte na Região Norte, ameaçada pelo avanço do sarampo. Tem responsabilidade o Governo Federal, que deveria assistir os Municípios na adequação das equipes às exigências burocráticas impostas, apoiando e fortalecendo as equipes do Saúde da Família em lugar de extingui-las. Também têm responsabilidade direta os Municípios que abriram mão das equipes da estratégia sem adotar medidas eficazes diante da ameaça de redução dos investimentos federais em saúde.

Na condição de Deputado Federal, vou acionar a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público Federal, a fim de averiguarem os critérios de cancelamento das equipes do Família Saudável, a quantidade de famílias que ficarão sem esse atendimento e o impacto nessas comunidades.

Não vamos aceitar retrocesso, nem o adoecimento da população!



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.



O SR. SIBÁ MACHADO - A Minoria, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há país no mundo que promova um desastre como este que Michel Temer está promovendo no Brasil. Ele quer entregar de graça um setor estratégico, como é o setor de energia, a interesses de fora do Brasil. Agora quer entregar as federalizadas por 50 mil reais e sequer deseja garantir o emprego de trabalhadores concursados dessas empresas federalizadas. Isso é o maior absurdo! Nós chamamos a atenção dos Parlamentares que apoiam Michel Temer. Tenham coração!

Portanto, a nossa orientação é o voto “sim”. Vamos pelo menos garantir o emprego daqueles que apostaram suas vidas nessa oportunidade de trabalho. Orientamos o voto “sim” e fazemos um apelo ao coração dos Parlamentares.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero ter a oportunidade, neste momento, de chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas para o que está sendo votado. Quem votar “não” votará pelo desemprego dos trabalhadores das distribuidoras.

Deputados e Deputadas da Região Norte, eu não acredito que algum de V.Exas. votará pela demissão, pelo desemprego de trabalhadores das distribuidoras da ELETROBRAS!

A SRA. MARINHA RAUPP - Sr. Presidente, nós de Rondônia...



O SR. GLAUBER BRAGA - Deputados e Deputadas de todo o País, quem votar “sim” votará pelo trabalho, pelo reconhecimento do trabalho de várias famílias das distribuidoras da ELETROBRAS. Quem votar “não” votará pelo desemprego. Muita atenção!

A SRA. MARINHA RAUPP - Sr. Presidente...

O SR. DANILO FORTE - Presidente Manato, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputada.

A SRA. MARINHA RAUPP (MDB-RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, nós do Estado de Rondônia temos a ELETROBRAS CERON, que tem feito a ligação das regiões de Presidente Médici a Costa Marques, de Theobroma a Machadinho, de Ariquemes a Buritis e também na Ponta do Abunã, em Porto Velho. Isso é verdade. Mas também não podemos deixar de apoiar, neste momento, os trabalhadores.

Por isso, declaramos o nosso voto “sim” a esta emenda, por acreditarmos que essa mão de obra qualificada precisa ter o direito, apenas nesses 18 meses, de ter avaliada a sua permanência na empresa ou sua realocação.

Então, como Deputada Federal de Rondônia, declaro o nosso voto “sim” a esta emenda.

Muito obrigada.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Lindomar Garçon vota a favor desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Oposição, Deputada Erika Kokay?



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos seis distribuidoras, quatro estão na Região Norte. Nós estamos falando de distribuidoras que levam energia a 13 milhões de brasileiras e brasileiros, numa extensão equivalente a quase 30% do território nacional.

Nós estamos falando de trabalhadores e trabalhadoras qualificados pelo próprio Estado. Quando a CELG era estatal, seus trabalhadores tinham um nível de excelência no trabalho. Com a privatização, houve a demissão da metade desses trabalhadores, e os serviços pioraram visivelmente. Além disso, a tarifa aumentou acima da inflação; além disso, aumentou o número de acidentes de trabalho; além disso, aumentou o tempo para se corrigirem os erros. Nós estamos falando de segurança no emprego, para que esses trabalhadores possam organizar suas vidas.

A Oposição vota “sim”.

O SR. LINDOMAR GARÇON - Sr. Presidente, nós de Rondônia votamos “sim” a esta emenda, uma vez que 980 servidores da CERON estarão prontos para perder seus empregos. E isso nós não queremos.

Portanto, o Deputado Lindomar Garçon é a favor desta emenda.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Presidente Manato, depois conceda a palavra ao Deputado Givaldo Carimbão, se possível.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o nobre Deputado Sóstenes Cavalcante, pela Liderança do Democratas, por 7 minutos.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, subo a esta tribuna como um defensor da democracia brasileira, mas da democracia que ama o verde-amarelo, porque existem alguns que falam em democracia, mas hasteiam a bandeira vermelha. (*Manifestação no plenário.*) Nós hasteamos a bandeira verde-amarela.

O que a nossa democracia viveu no último domingo — eu até concordo com aqueles que têm uma bandeira de outra cor — foi realmente algo que assombra a democracia brasileira. E digo isso, Sr. Presidente, nobre pares, por uma simples questão. A nossa democracia tem três Poderes interdependentes e harmônicos.

Agora é muito interessante que aqueles que dizem ser amantes da democracia não estejam de acordo com que é preciso refletir, neste momento, sobre a reforma do nosso Judiciário. Enquanto juízes de segunda instância, de Tribunais de Justiça e até mesmo de Tribunais Superiores continuarem sendo indicados e sabatinados por nós da classe política, lamentavelmente viveremos episódios como o que vivemos domingo.

Dizer que o Desembargador que concedeu o *habeas corpus* ao ex-Presidente Lula tem isenção para fazê-lo é ignorar a sua história político-partidária antes de vestir a toga. Ele e outros, quando chegasse às suas mãos um HC ou processos que envolvem pessoas com quem têm elos pessoais ou afetivos, deveriam, no mínimo, declarar-se suspeitos e não fazer juízo de valor do paciente. Isso sim seria o bom direito. Mas, lamentavelmente, a nossa democracia estabelece algumas



regras para o nosso Judiciário que nos fazem viver episódios lamentáveis, como o episódio de domingo.

Eu quero dizer que a Resolução nº 71, de 2009, do CNJ e a Resolução nº 127 do TRF4 são claras no sentido de que o plantão judiciário não se destina à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem à sua reconsideração ou reexame.

Lamentavelmente, aquele Desembargador — hoje Desembargador de toga, outrora, até 2010, militante petista — usou de sua toga para ferir princípio da democracia brasileira e o respeito a um dos Poderes mais importantes da democracia, o Judiciário.

Quero, Sr. Presidente, ao final deste pronunciamento, dizer que a decisão desse Desembargador foi pautada na falácia de um fato novo. Que fato é esse? A pré-candidatura do presidiário Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, aqui ficam alguns conselhos para alguns presidiários do Brasil, para Marcola, Beira-Mar e outros: lancem-se como candidatos a Presidente da República, porque serão automaticamente libertados por um Desembargador lá do Rio Grande do Sul, se ele estiver no plantão.

Com todo o respeito aos colegas Parlamentares que não apresentaram a referida ação como Parlamentares mas sim como advogados que são — os nossos códigos processuais permitem que o façam —, devo dizer que nada foi premeditado, foi tudo por acaso. Trinta minutos depois que o cidadão assume o plantão, eles apresentam a petição. Nada premeditado! Houve até Parlamentar que, antes da decisão terceira do Desembargador, falou o seguinte: *“Ele já pediu o processo de volta porque vai mandar novo HC”*.



Parece — não estou afirmando — que havia muita coisa combinada para que esses três HCs saíssem num só dia. *Habeas corpus* é um instrumento jurídico a ser utilizado com responsabilidade, com sensibilidade jurídica. Não deve servir a caprichos de atenções político-partidárias, e isso foi feito no domingo.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, a esta altura, estou achando que alguns Parlamentares do PT — não todos, porque não generalizo — já estão se sentindo ameaçados, porque só se elegem com voto de legenda. Como não têm brilho próprio e voto próprio para estar aqui, fizeram do coitado do ex-Presidente Lula refém de sua ideologia partidária. Eles precisam mantê-lo refém até o dia da eleição, para garantirem os votos da coligação ou os votos de legenda e, assim, aumentarem a chance de voltar a esta Casa.

Que lamentável episódio! Ou esta Casa tem a responsabilidade de promover de maneira urgente a reforma do nosso Judiciário, ou episódios como esse vão se repetir ainda este ano e nos anos seguintes.

Precisamos dar autonomia ao Poder Judiciário, para que ele julgue com a régua da reta justiça e não com a do conluio ou do apadrinhamento político-partidário que deu a esse ou àquele juiz a sua toga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Alguém quer justificar o voto?
(*Pausa.*) Alguém vai justificar o voto, porque não votou na votação passada? Alguém quer justificar?

O SR. SÁGUAS MORAES - Eu quero.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente Manato, o Deputado Eduardo Cury votou com o partido nas últimas votações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou fazer o seguinte: como muitos Deputados votaram nesta votação, mas não votaram na votação passada, esta Presidência determina que seja registrado voto igual ao dessa votação na votação anterior em que não se votou.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 163

NÃO: 217

ABSTENÇÃO: 2

TOTAL: 382

ART. 17: 1

QUÓRUM: 383

FOI REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Destaque nº 23:

Requer destaque para votação em separado

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, IX, c/c 161, inciso II e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda nº 6 apresentada ao PL 10.332, de 2018.

Sala de Sessões, em 04/07/18

Líder do PSB.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Danilo Cabral. *(Pausa.)*

V.Exa. vai falar no lugar dele?

O SR. TADEU ALENCAR - Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Fique à vontade, Deputado Líder.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Este é um destaque feito pelo PSB para, mais uma vez, em face da decisão que já está consumada neste plenário, prover uma política de redução de danos.

No entanto, no entendimento da nossa bancada, para que as votações possam ganhar ritmo neste plenário, em atenção aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias, o PSB vai retirar este destaque, para permitir que possamos avançar na apreciação da Medida Provisória nº 827, de 2018, um gesto que nós queremos fazer com uma categoria que vem, sem dúvida nenhuma, sendo a grande vanguarda da saúde pública no Brasil.

Então, aqui fica registrada a nossa retirada deste destaque, para que as votações possam ganhar ritmo, e nós possamos finalmente apreciar essa matéria, o que deveria ter acontecido desde quarta-feira.

Portanto, nós estamos comunicando ao Plenário a retirada do destaque, desejando que rapidamente possamos passar à apreciação da Medida Provisória nº 827.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Na última votação, o Deputado Delegado Waldir votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há ninguém para falar contra.

Orientação de bancada.



Como vota o MDB? (*Pausa.*)

O SR. TADEU ALENCAR - Sr. Presidente, nós retiramos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Agradeço ao Líder.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA, COM O VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO GLAUBER BRAGA E OUTROS.

A matéria vai ao Senado Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado a todos.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ofício nº 365 (CN)

Brasília, em 4 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 825, de 2018, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica”.

À medida foram oferecidas 3 (três) emendas, e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018 (CM MPV nº 825, de 2018), que conclui pelo PLV nº 21, de 2018.

Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.

Atenciosamente,

Senador Eunício Oliveira

Presidente da Mesa do Congresso Nacional



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se à apreciação da matéria.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 825, DE 2018

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 825, de 2018, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica; tendo parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2018 (Relator ad hoc: Senador Wilder Moraes e Relator-Revisor: Deputado Wilson Filho).



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não há requerimento sobre a mesa.

Passa-se à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para falar a favor da matéria, o Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

O SR. JOSIAS GOMES (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Josias Gomes votou conforme a orientação do partido.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Deputada Bruna Furlan votou com o partido.

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Milton Monti votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Wadih Damous. *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - O Deputado Hugo Leal vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Hugo Leal, por 3 minutos.

O SR. HUGO LEAL (PSD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas iria falar que eu queria votar, ia pedir apenas a votação. Uma vez que há Parlamentares que querem falar o contrário...

A medida já está aprovada. A intervenção já está em vigor, em andamento, as ações já estão sendo contempladas, o Rio de Janeiro está superando uma crise de difícil superação para a Polícia Militar e para a Polícia Civil.

O que eu posso apenas é que esta medida provisória seja consolidada, seja votada, seja aprovada, e nós sigamos o curso natural das coisas.



É o que eu peço a todos os Parlamentares, não só do meu Estado, mas também de todo o Brasil, exatamente neste momento delicado pelo qual o Rio de Janeiro passa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há certa unanimidade aqui, Sr. Presidente. Vamos apressar esta votação! Vamos desistir da discussão e do encaminhamento e vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, eu não posso! Tenho que seguir o Regimento! Por favor!

O SR. SARNEY FILHO - Então eu peço que aqueles que estão inscritos desistam da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Por favor, Deputado! Eu tenho que seguir o Regimento! Eu quero votar logo!

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Major Olimpio votou conforme a orientação do partido.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, embora contrário a esta intervenção no Rio de Janeiro, e me mantenho em contrariedade a ela até porque é uma intervenção fracassada, não posso votar contra o investimento em recursos para a segurança pública no meu Estado.

Mas, superado esse ponto, digo que eu hoje vi aqui um verdadeiro destampatório, verdadeiras barbaridades, verdadeiros acintes à ordem jurídica do Estado Democrático de Direito. Vi aqui palpiteiros, oportunistas eleitores,



defendendo a desobediência à ordem judicial que foi praticada por esse capitão do mato chamado Sergio Moro, travestido de juiz.

O que nós temos que entender é que o sistema de justiça tem a sua lógica hierárquica e que não pode ser quebrada, sob pena de simplesmente nós desmantelarmos um sistema de justiça que está pondo na cadeia milhares e milhares de brasileiros ilegalmente.

É preciso ficar claro: o Desembargador Favreto era competente. O Desembargador Favreto emitiu uma ordem juridicamente irretocável. E havia fato novo e havia fundamentação nova para a concessão do *habeas corpus*. A fundamentação nova não tratava mais da defesa do princípio da presunção de inocência, e sim da motivação da prisão, o que Sergio Moro não fez.

Agora eu gostaria que essa turma que veio aqui dar palpite sobre assuntos que não conhece discorresse sobre a ação da plantonista Laurita Vaz, Ministra plantonista, e que me dá o direito de dizer também que proferiu agora uma decisão encomendada. Só vale para o Favreto? Então vale para ela também. Proferiu uma decisão encomendada ao cancelar a ilegalidade, a insubordinação, a subversão de Sergio Moro.

Vamos colocar essa discussão nos trilhos e ter um pouquinho de responsabilidade. Cancelar aqui a desobediência à ordem judicial não é papel de um Parlamentar que se preze.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Para falar contra a matéria, tem a palavra a Deputada Erika Kokay, última oradora inscrita.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Não se diz para onde o crédito vai e quais são as ações a serem efetivadas, por isso tenho resistência de votar a favor deste crédito, pois essa intervenção não resolveu, como dizíamos, os problemas relativos à violência no Rio de Janeiro. Aliás, ela está apenas substituindo o ferro dos grilhões, durante as casas grandes e senzalas, pelo aço das balas e o aço das algemas.

Mas eu venho aqui para dizer que escutei um discurso construído com as notas do ódio. Chegou-se a dizer aqui que havia quem abominava a cor vermelha. Ah, eu fico com todas as cores! Eu defendo o arco-íris e todas as cores da natureza, que devem ter o direito de existir. Eu visto vermelho porque sou do Partido dos Trabalhadores. E visto vermelho por amor a este Brasil!

Por amor a este Brasil, nós defendemos Luiz Inácio Lula livre! Por amor a este Brasil, nós entendemos que o Juiz Sergio Moro não podia contestar uma ação de uma instância superior à que ele faz parte, muito menos em um momento em que ele não estava no exercício da função de juiz, estava de férias.

Mas não é só isso: não houve reforma da sentença efetivada pelo desembargador que concedeu o alvará de soltura do Lula. Sabem por quê? Porque a juíza de execução penal nunca se posicionou sobre a liberdade de Lula de exercer seus direitos políticos. Lula está tendo cassado seus direitos políticos!

Há mais de cem pessoas condenadas em segunda instância, mas que têm o direito de levar adiante suas candidaturas. Mas querem arrancar a voz de Lula, porque ele está na preferência do povo brasileiro. Não conseguem derrotar Luiz Inácio Lula da Silva nas urnas e o prendem. Não sabem que as ideias são imunes às balas e também às grades.



Por isso, o desembargador que concedeu a soltura de Lula atuou de acordo com a Constituição. A Constituição fala da presunção de inocência, mas está sendo rasgada, como rasgaram 54 milhões de votos aqueles que golpearam a democracia, retirando do cargo Dilma Rousseff sem ter cometido crime de responsabilidade.

Mas eu só faço uma pergunta que não quer calar: qual é o crime que Lula cometeu? Quais são as provas desse crime? Não há! Não há!

Lula está sequestrado por um governo que quer vender o País, retirar direitos e que não consegue enfrentá-lo nas urnas.

(Palmas e apupos.)

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à votação.

Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução n.º 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Para encaminhamento, tem a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não vou consumir o tempo acerca daquilo que foi, no meu entendimento, uma bravata judiciária cirúrgica e adrede preparada, que desonrou o Judiciário brasileiro e aconteceu nesse fim de semana com aquela possibilidade de *habeas corpus* absurda. Eu quero me ater à questão de mérito desta matéria.

Eu tenho certeza de que, por razões históricas e culturais, Sr. Presidente, o Rio de Janeiro é uma espécie de Estado-síntese do Brasil, então merece um tratamento que requer de todos nós uma atenção. Para se resolver o problema de segurança no Brasil, em não se resolvendo no Rio de Janeiro, não se resolverá em lugar nenhum.

A crise da segurança pública no Rio de Janeiro é notória. Todos nós observamos e debatemos isso quando da discussão do decreto de intervenção. O comprometimento da ordem pública era flagrante, então aquilo que nós aprovamos, a intervenção, foi algo, em primeiro lugar, absolutamente constitucional e que naturalmente se impunha por conta da necessidade imperiosa de dar uma chacoalhada nas estruturas policiais do Rio de Janeiro. E um ente superior entrando sobre aquilo que estava absolutamente desorganizado haveria de trazer, pelo



menos, uma esperança e um estímulo para que se organizasse a estrutura policial no Rio de Janeiro.

Esta medida provisória se reveste dos preceitos constitucionais, implica urgência indiscutível e tem finalidade imprescindível, que significa aquisição de bens, meios, equipamentos, armamentos e munições, para ter o aparato policial condições de enfrentamento do desafio de debelar e diminuir a violência no Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

É óbvio que há questões estruturais muito sérias que têm a ver com pátrio poder, com ausência de horário integral nas escolas, com desestruturação familiar, com aquilo que reproduz esse enxugar de gelo de jovens serem presas fáceis do tráfico. Mas nós, ao votarmos esta matéria, vamos oferecer os meios necessários para que a intervenção possa ir mais adiante.

Não tenham dúvida de que se resolvermos o problema no Rio de Janeiro, se avançarmos no Rio de Janeiro na questão da segurança, nós estaremos dando algo importante para o Brasil: o exemplo, irradiando aquilo que é possível. Nós temos que enfrentar a segurança por dois caminhos: pelas suas causas, debelando as causas, e pelo enfrentamento da realidade, que é cruel e deixa todos no Rio de Janeiro atemorizados a cada dia.

Portanto, vamos votar “sim” a esta medida de provisória, porque o dinheiro para o Rio de Janeiro é absolutamente necessário. O Rio de Janeiro é um Estado-síntese. Se não se resolver esse problema no Rio de Janeiro, não se resolverá no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.



Como vota o MDB? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo orienta o voto “sim”, Sr. Presidente, e pede a toda a base que oriente o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. VALDIR COLATTO (MDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, mas faz um alerta: a intervenção no Rio não avançou na necessidade de mais segurança pública. Muito pelo contrário, parece que hoje no Rio de Janeiro há uma espécie de licença para matar.

Amanhã teremos, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, depoimento de uma jovem cidadã do Rio de Janeiro, muito sofrida, a Bruna, moradora da Maré. Seu filho estava indo à escola e foi morto, assassinado pelas costas, em razão de uma operação policial militar desatinada e irresponsável.

Nós queremos acompanhar e cobrar cada centavo desse dinheiro para proteção à testemunha, direitos humanos, formação policial, investigação...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que essa matéria, por ser um crédito extraordinário, vai



beneficiar a execução das ações de segurança no Rio de Janeiro. Esta Casa aprovou a intervenção, e a bancada do Rio lutou por esse crédito extraordinário.

Mas é preciso fazer justiça a V.Exa., Sr. Presidente, que lutou muito e também porque ampliou o crédito de 1 bilhão de reais para 1 bilhão e duzentos milhões de reais, através da Mesa desta Casa. Por isso, a justiça que fazemos ao parabenizá-lo.

Parabenizo também toda a bancada do Rio de Janeiro e pedimos a aprovação dessa medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V.Exa., que desde a semana passada tem tentado colocar essa matéria em votação, matéria de grande importância para o Rio de Janeiro.

Votamos aqui a intervenção, mas, sem esse 1 bilhão e 200 milhões de reais, é impossível realizar qualquer ação. Então, essa talvez seja, nesta noite, a matéria de maior importância para o nosso Estado.

O Democratas, obviamente, vota “sim”, esperando que esses recursos efetivamente influam na segurança pública do Rio, melhorando a vida de sua população.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “sim” e quer, com seu voto, com sua manifestação,



homenagear a bancada do Rio de Janeiro, em particular V.Exa., que lidera a Câmara dos Deputados.

E queremos dizer que todos nós do Brasil, acredito, temos a expectativa de que logo ali, independentemente dos recursos liberados, possa-se efetivamente fazer um debate aprofundado da intervenção no Rio de Janeiro e da vida institucional desse Estado tão importante para a Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB votará favoravelmente, mas é fundamental registrar que até o final de junho, mesmo com a medida provisória desse 1 bilhão e 200 milhões de reais em vigor, só haviam sido gastos 89 mil reais. Não havia por que não ter gasto mais recursos para o uso na segurança pública do Rio de Janeiro.

E é bom dizer que vai se comprovando na vida real — na vida real — que essa intervenção foi uma decisão improvisada, de *marketing* político eleitoral. Ela não deu solução aos problemas de segurança do Rio de Janeiro, porque as marcas dessa intervenção, até agora, foram mais mortes, aumento da criminalidade, sem solução, inclusive, para as forças de segurança do Estado.

Nós votaremos a favor no sentido de contribuir para as soluções, que até agora não vieram, para o povo do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota favor dessa medida provisória.



Nós queremos dar as condições para que esse grave crise da segurança pública melhore no Rio de Janeiro. No entanto, nós já fizemos uma série de críticas tanto à forma como essa decisão foi tomada, quanto à sua implementação.

Também entendemos que democracia se faz assim: com posição clara, mas, ao mesmo tempo, sem torcer pelo “quanto pior, melhor”. Queremos dar o nosso apoio. Por isso, o PSB vota “sim” a essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente, mas alerta que essa intervenção foi feita de forma improvisada e irresponsável, o que não é culpa das Forças Armadas, mas sim de um governo irresponsável, que perdeu a maioria aqui para votar a reforma da Previdência e tirou esse truque do bolso, da cartola.

Mas não queremos que joguem sobre nós a responsabilidade por esse fracasso. Votaremos “sim”, alertando a população para o golpe que foi usado pelo Governo sobre a opinião pública do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição? (*Pausa.*)

Como vota o PSL?

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei, nas últimas votações, com o partido.

Neste momento, o PSL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. CARLOS GOMES (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB orienta o voto “sim”.

Mas eu aproveito este momento para fazer uma pergunta a V.Exa.



A cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, com a cidade de Paso de los Libres, na Argentina, abriga o maior porto seco da América Latina. Portanto, ela é um grande reduto de caminhoneiros, que assistem a esta sessão na esperança de verem aprovada a medida provisória que trata do frete mínimo, bem como o art. 9º do texto final, que trata da anistia das multas.

Eu consulto V.Exa. se há possibilidade de votarmos isso ainda nesta sessão ou, se possível, amanhã, pela manhã, porque os caminhoneiros aguardam ansiosamente pela aprovação dessa MP.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, a princípio, nós devemos votar a MP amanhã. Mas eu acho que anistia não tem relação direta com a matéria. Ela deve ser prejudicada por esta Presidência.

Como vota a Oposição?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não vamos criar obstáculo ao envio de recursos para a área de segurança do Rio de Janeiro. Mas é preciso deixar registrado que a intervenção não trouxe a tranquilidade, aqui vendida, para a população do Rio de Janeiro, em particular para os Municípios do interior do Estado.

No caso específico da Costa Verde, em particular em Angra dos Reis, a questão da violência é algo que assusta e tem aumentado. É incompreensível que, com esse recurso, não seja possível uma ação, uma operação preventiva e permanente, para devolver a tranquilidade da população da Costa Verde, em particular de Angra dos Reis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação. *(Pausa.)*



O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE vota "sim".

Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT tem uma posição clara sobre a intervenção e acha que ela não resolveu os problemas da violência. Entretanto nós não podemos nos colocar contrários a recursos que vão para um esforço, na perspectiva de que possamos coibir a violência.

Nós sabemos que violência se coíbe com políticas públicas. E este Governo congelou as políticas públicas pelos próximos 19 anos, passado já 1 ano. Por 20 anos, este Governo disse que as políticas públicas não poderão ser reajustadas para além da inflação.

Este Governo está falindo as universidades, está falindo a educação. Este Governo quer entregar a Embraer, para que ela represente apenas 20% de uma nova empresa. Este Governo não tem moral para isso, mas o PT vota "sim".

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Margarida Salomão votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à votação do mérito da matéria.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é preciso registrar que foi aprovado por unanimidade.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2018, adotado pela Comissão Mista, à Medida Provisória nº 825, de 2018, ressalvados os destaques.

Todo mundo “sim”? (*Manifestação no plenário: Sim.*)

Todos os partidos votam “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO, RESSALVADOS OS DESTAQUES. *(Palmas.)*



O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho. Há dois destaques aqui.

O SR. SIMÃO SESSIM - O Rio agradece.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso II, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação da Emenda nº 2 apresentada à MP nº 825/2018.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2018.

Deputado Chico Alencar

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar. (*Pausa.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS - Sr. Presidente, solicito o tempo de Liderança do PCdoB.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados: 1 bilhão e 200 milhões de reais! Uma casa popular custa em torno de 90 mil reais, com infraestrutura. Com esse recurso, poderiam ser construídas mais de 13 mil casas.

O Estado do Rio de Janeiro tem 509 CIEPs — Centros Integrados de Educação Pública. Com esse recurso, os CIEPs receberiam de 2 milhões a 3 milhões de reais.

A UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que o Governo dizia não ter dinheiro para auxiliá-la a fechar as suas contas, precisa de aproximadamente 80 milhões de reais. Era possível auxiliar a UERJ por mais de 10 vezes.

O Programa de Proteção à Testemunha no Estado do Rio de Janeiro está liquidado. Com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos acontece o mesmo. O mínimo que nós temos que solicitar é que uma parcela significativa desses recursos seja utilizada para ações preventivas relacionadas à violência.

O Estado do Rio de Janeiro não fabrica fuzil. Os fuzis usados no Estado do Rio de Janeiro, Deputado Molon, Deputado Chico, Deputada Erundina, Deputado Jean, Deputado Wadih, entram pelas fronteiras. As mesmas fronteiras para as quais o Governo de Michel Temer diminuiu, de um ano para outro, os recursos a serem disponibilizados para que esse controle pudesse ser feito.



Nós tivemos uma reunião com o Ministro dos Direitos Humanos, em que ele se comprometeu a solicitar ao Gabinete de Intervenção e à Presidência da República que parcela significativa desses recursos fosse utilizada, Deputado Edmilson, para proteção à testemunha. É isto o que estamos propondo na nossa emenda: ações de caráter preventivo, para que não tenhamos exclusivamente esse recurso sendo utilizado para ampliação do poder bélico do Estado. Nós não queremos a ampliação do poder bélico para que de helicópteros sejam disparados tiros em cima de comunidades. Nós não queremos a ampliação do poder bélico para atingir meninos, como o Marquinhos.

O que nós queremos é a ampliação de políticas consistentes de prevenção à violência. Uma outra política é possível. Quem votar a favor do destaque do PSOL vai votar a favor de uma política consistente que faz a avaliação da violência com uma perspectiva mais ampla, não só com a perspectiva da guerra, da bancada da bala ou da metralhadora.

Nós solicitamos o apoio a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota a base, Deputado Aguinaldo? (*Pausa.*)

Como vota o PP, Deputado Simão?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos o voto “não”. No nosso entender, a proposta tem vício de origem, porque está retirando recursos da segurança pública para outras políticas públicas. Ela, inclusive, desvirtua a proposta de intervenção.



Votamos “não” e orientamos a toda a base que vote “não”.

O SR. SIMÃO SESSIM - Votamos “não” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota "sim", Sr. Presidente.

Achamos que é boa a proposta do PSOL de que 50% dos recursos que estão sendo destinados para a intervenção no Rio de Janeiro sejam usados em políticas sociais de prevenção à violência. A proposta é boa, é meritória.

Votamos “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, pelo PSB.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos, pelo PSB, orientar o voto “sim”, a favor desse destaque, reservando, portanto, uma parte dos recursos destinados à intervenção, à prevenção em segurança pública.

De fato, segurança pública não é só repressão. Segurança pública é, também, prevenção. A sabedoria popular já ensina há muito tempo que prevenir é melhor do que remediar, é mais eficiente, custa mais barato e produz melhores resultados.

Nós votamos a favor da medida provisória anterior, que destina recursos à segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Nós votaremos a favor da próxima medida provisória, que vai prever a criação de cargos também destinados à área da segurança pública nesse contexto em que o Rio de Janeiro vive. Nós queremos ajudar a resolver, a enfrentar os graves problemas que o Rio de Janeiro vive, frutos de desgoverno do Governo do Estado, que destruiu, que acabou com o Rio de Janeiro, como nós sabemos, quebrando o Estado, fazendo com que as políticas públicas fossem à falência, inclusive as de segurança pública de uma população que tem medo de sair às ruas, tem medo de que seus familiares não voltem para casa com sua integridade física respeitada, que não voltem vivos.

Mas também, o Estado do Rio de Janeiro vive uma situação trágica com um prefeito que vem fazendo uma gestão muito ruim. Na semana passada, conseguiu se destacar por uma péssima fala ocorrida numa reunião praticamente sigilosa organizada por ele, com o objetivo de garantir favores a membros de algumas



determinadas denominações religiosas. Isso é uma vergonha, uma tristeza para as denominações religiosas, para as pessoas religiosas em si.

Aliás, aqui há que se tomar o cuidado para não generalizar nem em termos de uma denominada religião nem em termos de qualquer pessoa religiosa, mas há que, de fato, se denunciar isso.

Lamentavelmente, isso é caso de crime de responsabilidade, é caso de *impeachment*, sim, ao contrário do que nós estamos vendo alguns partidos, inclusive de oposição, defenderem. Trata-se da violação de dois princípios básicos da administração pública, que são o princípio da moralidade administrativa e o princípio da impessoalidade administrativa.

E, na medida em que o governante viola esses dois princípios, prometendo que algum fiel dessa ou daquela religião poderá furar a fila do atendimento médico, que membros dessa ou daquela religião poderão ter benefício tributário mais rápido do que membros de outra religião, evidentemente, isso é uma quebra de decoro, isso viola os deveres de decoro do Prefeito da cidade, isso é crime de responsabilidade, isso é improbidade administrativa. Portanto, é sim o caso de se cassar o mandato do Prefeito eleito.

Há que se respeitar o resultado das eleições? Sim, há que se respeitar o resultado das eleições, mas não se pode, em nome disso, permitir que o eleito faça qualquer coisa. Portanto, o correto é que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro abra o processo por quebra de decoro, e responda o Prefeito daquela cidade por esse comportamento absolutamente incompatível com o cargo e que envergonha o Rio de Janeiro. O Estado é laico e não deve ser usado para beneficiar qualquer agrupamento, nem religioso nem qualquer outro tipo, seja partido, sindicato, igreja,



associação de moradores, seja lá o que for. A impessoalidade administrativa e a moralidade administrativa devem ser respeitadas.

Por fim, Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para pedir a V.Exa. que anuncie o prometido arquivamento do projeto de lei que prevê a privatização da ELETROBRAS. Foi assumido um compromisso aqui no plenário de que esse projeto seria arquivado, que ele não seria mais votado nesta Legislatura. E nós do PSB queremos cobrar esse compromisso. Esse é um tema que deve ser debatido na campanha eleitoral. Os candidatos que quiserem defender isso que o digam claramente para a população, e a população que decida depois se vai votar nesse ou naquele candidato a Presidente, considerando uma série de fatores, inclusive esse fator da privatização da ELETROBRAS.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da bancada do PSB, nós pedimos a V.Exa. e ao Governo que cumpram esse compromisso de anunciar o arquivamento do Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, e que o País, os servidores, os funcionários, os empregados da ELETROBRAS possam ficar tranquilos, sabendo que esse debate será feito na campanha eleitoral. O próximo Governo que se entenda com a população, mas nesta Legislatura esse Governo não tem autoridade nem legitimidade para propor isso.

Muito obrigado, Presidente.



O SR. BETO MANSUR (MDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há dois destaques da Oposição. Um é do PDT; e outro é do PSOL. Estamos vendo as oposições e parte dos partidos da base fazendo discursos a favor da votação do aumento do salário do agente comunitário.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Isso. E V.Exa. está tomando tempo, está obstruindo.

O SR. BETO MANSUR - Eu sugiro que eles retirem esses destaques para que tenhamos tempo de votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já estão votando, Deputado.
Como vota o PDT?

O SR. BETO MANSUR - Não tem absolutamente nenhum cabimento um destaque desses.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, na década de 80...

O SR. CHICO ALENCAR - Nós pedimos a leitura da MP 287 em primeiro lugar. Agora, não venha com essa conversa, não! Podemos votar os destaques rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo, Deputado. V.Exa. está cobrando isso desde o primeiro minuto. V.Exa. não pediu novo painel, colaborou com esta sessão, e V.Exa. tem, de forma clara, defendido a votação da MP 827 ainda hoje.

O SR. CHICO ALENCAR - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se ela não for votada não será por responsabilidade de V.Exa. Fique tranquilo.



Deputado André Figueiredo...

O SR. CHICO ALENCAR - Não, mas ela vai ser votada, se a gente quiser.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se ela não for votada, não será responsabilidade de V.Exa, nem minha. É isso que estou dizendo. Ela será pautada.

Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PDT também tem se manifestado claramente a favor da MP 827. Agora, não podemos abrir mão das nossas prerrogativas e tentar aperfeiçoar o que estamos votando aqui.

Em relação a esse destaque do PSOL, na década de 1980 nosso grande Darcy Ribeiro, ao ser questionado pelos altos valores que eram investidos na construção dos Centros Integrados de Educação Pública — CIEPs, já dizia: “*Se estão achando escola cara agora, daqui a 20 ou 30 anos vai faltar dinheiro para construir presídio*”. E é isso que estamos vendo. Estamos tendo que destinar mais de 1 bilhão e 200 milhões de reais para a segurança pública no Rio de Janeiro, quando poderíamos muito bem destinar metade disso para prevenção.

Por isso, o PDT apoia o destaque do PSOL e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Em homenagem aos agentes comunitários de saúde, digo apenas que votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Orlando Silva, em homenagem ao acordo que fizemos semana passada, conforme eu lhe tinha prometido primeiro, antes da conversa que tive com os outros Líderes, eu informo e



deixo claro que o nosso acordo em relação à não votação do PL da ELETROBRAS está garantido. Assim será conduzido por esta Presidência: não votaremos o PL da ELETROBRAS este ano. *(Palmas.)*

O SR. ORLANDO SILVA - Muito bem, Presidente. Com o cumprimento do acordo, o interesse nacional foi preservado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL quer simplesmente exercer a sua atribuição, que é de todos aqui. Estamos concedendo um crédito de 1 bilhão e 200 milhões para o Rio de Janeiro.

Aliás, 200 milhões saíram da Câmara. Na época, esse valor foi prometido para a política de combate à violência contra a mulher. Lembram-se disso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim. Eu cobrei isso do Governo, porque os recursos eram exclusivos para o combate à violência contra a mulher. O Governo prometeu repor isso em algum outro momento neste ano ainda, Deputado. V.Exa. tem toda razão.

O SR. CHICO ALENCAR - Pois é. Nós achamos que isso tem a ver com segurança. Estamos apenas elencando, com nossa emenda, que as políticas de prevenção, de inteligência, de proteção de defensores de direitos humanos, de educação, de saúde e de assistência social contribuem para o enfrentamento da violência. Aquela visão tacanha, estreita e bélica, como destacou o Deputado Glauber Braga, é insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, em homenagem aos agentes comunitários de saúde e endemias, para acelerar o processo, vou dizer apenas que nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, primeiro, quero comemorar essa decisão. Esse é mais um motivo para que o campo político que compõe a Esquerda do País, que defende um projeto para a Nação, ganhe as eleições de 7 de outubro. Pelo que acabamos de concluir aqui, até o final deste ano salvamos a ELETROBRAS. Mas, conforme o resultado das eleições, ela correrá riscos de novo.

Em segundo lugar, faço um pedido a V.Exa., Presidente. Precisamos fazer um grande esforço para votar hoje a Medida Provisória nº 832, que garante a tabela mínima de frentes, e a medida provisória que garante o piso salarial reajustado dos agentes comunitários.

Por que votar hoje a tabela mínima? Para votar amanhã no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quanto mais cedo, melhor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da emenda permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.



O SR. CHICO ALENCAR - Ela foi aprovada. Ninguém nem se mexe.

A SRA. LUCIANA SANTOS - Presidente, quero falar no tempo de Líder do PCdoB.

O SR. CHICO ALENCAR - Pelo visual, foi aprovadíssima, por unanimidade.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 117, IX, c/c com o art. 161, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do Artigo 2º do PLV, oferecido à MP 825/18.

Sala das Sessões, 10/7/18

Deputado André Figueiredo

Líder do PDT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Luciana Santos, para falar pela Liderança do PCdoB.

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, primeiro, venho saudá-lo pela informação que tive na noite de hoje, referente à retirada do projeto de lei que trata da privatização da ELETROBRAS. Sem dúvida, essa é uma decisão que defende o interesse nacional, que defende o patrimônio brasileiro. Parabéns por essa decisão política que, para nós, é tão estratégica!

Falando nisso, Sr. Presidente, quero aproveitar para comentar a vitória política que tivemos através da Ação Direta de Inconstitucionalidade — ADI 5624, de iniciativa da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro: o Ministro Ricardo Lewandowski tomou a decisão de que não haverá privatização das empresas de economia mista de capital aberto sem a autorização deste Congresso, restaurando, portanto, uma conquista da legalidade democrática desta Casa desde a Constituição de 1988, que procura estabelecer as hierarquias e um maior fortalecimento do próprio Poder Legislativo em decisões dessa magnitude. É bom esclarecer que a essa ADI foi juntada a ADI 5846, movida pelo PCdoB.

Essa decisão faz com que haja grandes repercussões. A primeira é impedir esse desmonte da PETROBRAS com a chamada política de desinvestimento, dentre ele está o das refinarias, porque fica impedido o processo do Programa de Parcerias de Investimentos — PPI, que foi aberto em abril, referente ao Programa Nacional de Desestatização, que estava incluindo a Refinaria Abreu e Lima, de Pernambuco, e a Refinaria Landulpho Alves, da Bahia. Esse inclusive é um dos motivos para a



paralisação dos caminhoneiros que houve neste País, porque se reduziu a 60% a capacidade de refino no Brasil. Com isso, nós sustamos a privatização da Refinaria Abreu e Lima e também a da Bahia e as outras duas do Sul, que estavam em processo de privatização desde abril.

Também é preciso falar da conquista dos aeroportos, porque, afinal, também estavam no processo de PPI alguns aeroportos. Os mais rentáveis iriam ser entregues à iniciativa privada, como, por exemplo, o Aeroporto Gilberto Freyre, de Pernambuco, que é, sem dúvida, o terminal com maior número de destinos do Norte e Nordeste, chegando a uma média diária de 156 voos regulares. Não é possível que isso ocorra com os aeroportos mais rentáveis, aqueles que inclusive garantem o subsídio cruzado para os aeroportos que não se sustentam, como o de Fernando de Noronha. Com isso, nós garantimos que os voos, os destinos, a atividade turística e o direito de ir e vir do cidadão possam ter a cobertura do Estado brasileiro.

Quero comemorar a suspensão do edital do BNDES — essa também foi uma ação do PCdoB —, para evitar que o banco financie e custeie os modelos de privatização da ELETROBRAS. Uma das justificativas foi que o Ministro do Supremo Tribunal Federal determinou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que conclua por causa do horário, Deputada.

A SRA. LUCIANA SANTOS - Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o Juiz Fernando Caldas, que determinou a vitória da ação do PCdoB para sustar o edital do BNDES para financiar o estudo de viabilidade econômica da privatização da ELETROBRAS, citou exatamente a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski.



Por último, quero falar do que aconteceu no domingo. Mais uma vez, vimos a demonstração cabal de que o processo que há contra Lula não é um processo jurídico, mas um processo de caráter eminentemente político. Mais uma vez, o Dr. Juiz Sergio Moro deu uma demonstração cabal de que é um militante antipetista e tucano.

Por isso, a democracia brasileira vai vingar. O povo brasileiro está observando o que está em jogo nesse debate.

Estamos firmes na luta!



O SR. SIMÃO SESSIM - Peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado André Figueiredo, para defender o requerimento.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria pedir muito a atenção de V.Exas. Aparentemente, trata-se de um destaque simples, mas ele pode abrir um precedente muito grave para esta Casa.

Originalmente, a medida provisória apenas abria um crédito extraordinário no valor de 1,3 bilhão de reais destinados à segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. O problema é que a Relatora dessa medida provisória na Comissão Mista incluiu um art. 2º dando ao Executivo o poder de fazer com que os grupos de natureza de despesas previstas no Anexo I possam ser alterados através de decreto. Estamos abrindo mão da prerrogativa de fazer isso dentro do Legislativo.

Se o Poder Executivo tivesse urgência, poderia alterar a natureza da despesa corrente para despesa de investimento por meio de uma medida provisória ou por um PLN encaminhado à Comissão Mista e, posteriormente, ao Congresso Nacional.

Estranhamente, isso foi inserido no texto. Mas não é tão estranho quando se trata de um ano eleitoral. Por meio de um decreto presidencial, nós vamos abrir mão das nossas prerrogativas e fazer com que o Poder Executivo possa dar as destinações como bem entender, sem passar por esta Casa.

Por isso, propomos a supressão desse artigo e o retorno ao texto original, pedindo a todos o voto “não” ao texto e o voto “sim” ao destaque.

O SR. SIMÃO SESSIM - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.



Como vota a base, Deputado Aguinaldo?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base vota “sim”, pela manutenção do texto, e pede que todos os outros partidos também orientem o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM - O PP gostaria de orientar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP quer orientar contra o destaque, porque nada do que foi dito no encaminhamento vai garantir a execução desses recursos, das ações da intervenção. Esse destaque vai causar um engessamento. Ao se retirar o art. 2º, ele engessa a aplicação, não permitindo a modificação na aplicação dos recursos.

Por isso, nós votamos “sim”, contra o destaque, mantendo o projeto de conversão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente, a favor do destaque e contra o texto original do Relator, porque nós achamos importante que o Governo não tenha essa flexibilidade de gastar onde quer os recursos.

Esta Casa tem que opinar, até porque, como V.Exa. sabe, no Estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense em especial, houve um recrudescimento da violência após a intervenção, com o aumento do número de mortes de policiais. O assassinato da Vereadora Marielle até agora não foi resolvido. A intervenção está



sendo questionada. Nós achamos que esta Casa tem que opinar, sim, sobre os gastos desse valor de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é de uma natureza cristalina essa proposta do PDT. Eu peço que os colegas Parlamentares prestem atenção a esse destaque. Ora, com a autorização nós já concordamos. Agora, vamos transformar a autorização num cheque em branco? O Legislativo autoriza e o Executivo executa a verba — isso é basilar.

Essa proposta de supressão é para que este tema, na hipótese da circunstância aventada, extraordinária, volte para a Casa e novamente o Legislativo autorize e o Executivo execute a verba. Estamos falando de 1 bilhão e 200 milhões de reais, não é pouca coisa. Por isso, a nossa proposta, à consideração dos Parlamentares, é da maior seriedade. Agora, querem dar um cheque em branco para este Governo. Muito bem, vamos dar o cheque em branco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO GARCIA (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo Democratas, eu queria fazer o registro de que essa emenda não pode prosperar. Nós estamos diante de um regime de exceção, que é a intervenção federal no Rio de Janeiro. Nós temos que dar liberdade para o interventor utilizar os recursos públicos da maneira que achar conveniente. Não estamos dando um cheque em branco com essa emenda. Estamos claramente dando as condições ao interventor federal para realizar as ações de segurança pública no Rio de Janeiro.

Portanto, o Democratas encaminha “sim” nessa orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



O SR. GIVALDO VIEIRA (PCdoB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PCdoB considera essa intervenção militar no Rio de Janeiro um completo desastre. Nós alertamos para isso, mas ela foi feita e não resultou na redução da violência. A população do Rio de Janeiro não se sente protegida com essa medida, que expôs o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras de uma maneira que não deveria ter sido feita.

Nós apoiamos a destinação de recursos para investimentos na segurança do Rio de Janeiro. Por isso, somos favoráveis à MP 825. Porém, acompanhamos o PDT nesse destaque, porque, de fato, já existem os mecanismos legais através dos quais se podem fazer as mudanças nesse grupo de despesas. Nós não podemos dar um cheque em branco ao Governo sob a alegação de que se trata de uma despesa de segurança pública.

Portanto, vamos pelo caminho correto, pelo caminho previsto, sem abrir essa possibilidade de mudança de grupo de despesas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “sim” ao texto e entende que os Líderes poderiam abrir mão das suas falas, para que chegássemos a tempo de votar a MP 827, que é de uma importância muito grande para atender aos agentes comunitários de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL lembra o dito popular: o uso do cachimbo faz a boca torta. Esse destaque supressivo do PDT assegura algo que é da boa prática democrática. Os recursos,



que em última instância vêm da população — e neste caso são vultosos, 1 bilhão e 200 milhões de reais —, não podem ser entregues aos generais da intervenção para que manejem ao seu bel-prazer.

O que se está estabelecendo aqui é o óbvio: custeio, despesa, investimento têm que ser separados, e qualquer alteração tem que passar por esta Casa. Esse cheque em branco é indevido. E isso não tem nada a ver com outros questionamentos que nós fazemos à intervenção, mas, sim, com o bom e transparente manejo financeiro.

Sr. Presidente, quero deixar como lido um artigo meu sobre política e futebol.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos e todas que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo meu publicado no Blog do Noblat hoje, dia 10 de julho. Trata de política e futebol.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Das Fraquezas e das Franquezas

Quem gosta de futebol ficou chateado com a eliminação da nossa seleção na Copa. Quem entende de futebol sabe que derrota faz parte. Nenhum time é invencível. Como na vida, o mais importante é a forma de reagir aos reveses. Gostei da franqueza de Neymar: “Esse é o momento mais triste da minha carreira. Difícil encontrar forças pra querer voltar a jogar futebol”. Por óbvio ele voltará, até pelas somas milionárias que recebe, mas provavelmente mais maduro, acrescentado.

Na política deveria ser assim também. Deveria. Pouquíssimos conseguem demonstrar abatimento quando derrotados — e não me refiro apenas a derrotas eleitorais. Revés na política devia ser, por exemplo, alvo de investigações a partir de robustas evidências. Isso tem sido constante na vida nacional. Mas a maioria absoluta dos atingidos não se abala e segue impávida: “Estou tranquilíssimo, minha inocência restará provada” — é o mantra.



Entre nós, a regra dominante parece ser a do “mudar para manter tudo como está”. Crivella, o prefeito que ia “cuidar das pessoas”, é flagrado “cuidando” privilegiadamente dos seus “irmãos de fé”, em cirurgias e isenções fiscais, “para aproveitar a oportunidade que Deus deu de governar o Rio”. Nas articulações para compor alianças na disputa pelo governo do Rio de Janeiro há os que buscam o apoio do MDB, “para recuperar o estado, que foi à falência”. Busca-se renovar uma roupa já rota com o mesmo pano esfarrapado que se degradou.

Para o nosso futebol, espera-se revisão profunda, análise dos problemas reais, reconhecimento de erros, superação. Na política vigente no Brasil, desprezada a autocrítica, partidos mudam de nome, mas prosseguem com as mesmíssimas práticas. Logo “os alquimistas estarão chegando”, com sorrisos, promessas e muito dinheiro — público, desta vez! — para captar votos. Apesar dos enormes escândalos que levaram a política institucional à eliminação na credibilidade popular, prosseguem o vício patrimonialista, o servilismo aos grandes grupos econômicos, o descompromisso com a ética, o racismo disfarçado e a arte de manipular para se perpetuar no poder.

Essa miséria política é também cultural, aceita por setores da sociedade. Semana passada, empresários aplaudiram um deputado presidenciável que confessou estar “perdendo a alegria de viver por não poder mais contar piadas de afrodescendentes, cearenses e goianos”! Agora diz não saber se o jornalista Vladimir Herzog foi morto sob tortura, pois “não estava lá e suicídio acontece”.

Ainda bem que em outros lugares do mundo há sinais de esperança. No sofrido México, as urnas consagraram López Obrador, dando maioria também no Parlamento ao seu Movimento de Renovação Nacional (MORENA). Falando para uma multidão na Praça do Zócalo, o vitorioso jurou “não mentir, não trair e falar sempre a verdade”. Na Tailândia, uma coalizão internacional solidária se empenha em salvar meninos isolados numa caverna desde o mês passado. Fiat lux, entre nós também!

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Oposição? (*Pausa.*)



O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PSB orienta o voto “sim”. Entende que a possibilidade de discricionariedade para alteração dos grupos de natureza de gastos facilitará a mobilização de recursos.

Pedimos a todos que colaborem para acelerarmos as votações neste momento, inclusive com a retirada de alguns destaques, para permitir que votemos imediatamente a Medida Provisória nº 827, de 2018.

Os agentes de saúde estão com seus salários congelados há 4 anos. São os anjos da guarda do povo brasileiro, a porta de entrada do sistema de saúde. O SUS, que hoje atende mais de 150 milhões de brasileiros e brasileiras na área ambulatorial, na Estratégia Saúde da Família, tem no dia a dia do agente de saúde a retaguarda de um dos seus maiores programas. Conseguiu reduzir a mortalidade infantil, melhorar a cobertura do atendimento aos hipertensos e aos diabéticos, melhorar o aleitamento materno e melhorar significativamente o pré-natal.

Por isso, os agentes de saúde precisam ter reajustado o seu piso salarial, que está congelado há 4 anos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, somos favoráveis ao destaque. Portanto, votamos “não” ao texto.

Vejam, este Governo está colocando em risco a regra de ouro, ou seja, vai se endividar para pagar despesas de custeio. Este Governo está destruindo o País!

O Governo quer vender a EMBRAER, a primeira empresa do mundo em fabricação de aviões de até 150 lugares e a terceira maior em aviação civil. Está



imbricada com a aviação militar, com a defesa. E o Governo quer vendê-la! Quer que ela tenha apenas 20% das ações da companhia que será criada. Estão entregando a EMBRAER para os Estados Unidos, para a Boeing.

Este Governo, que não preza pelo primor com os recursos públicos, não pode ter um cheque em branco de 1 bilhão e 200 milhões de reais.

Por isso, a Oposição não tem dúvida, vota “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da manutenção do texto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.



O SR. CHICO ALENCAR - Fale um pouco mais alto, Presidente. Há gente assistindo a esta sessão no Brasil inteiro. Com essa energia, V.Exa. está parecendo o Fernandinho.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Of. nº 274/18-CN

Senhor Presidente,

Nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 826, de 2018, que “cria o cargo de natureza especial de Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores — DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo — FCPE, destinados a compor o Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, e dispõe sobre o pagamento da gratificação de representação de que trata a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001”.

À medida foram oferecidas seis emendas, e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2018, que conclui pelo PLV nº 14, de 2018.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 826, DE 2018

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 826, de 2018, que cria o cargo de natureza especial de Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores — DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo — FCPE, destinados a compor o Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, e dispõe sobre o pagamento da gratificação de representação de que trata a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 3, 4 e 6; pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 1, 2 e 5; pela adequação financeira e orçamentária, com ressalvas; e, no mérito, pela aprovação desta e da Emenda nº 3, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2018, adotado; e pela rejeição das Emendas nºs 4 e 6. (Relatora: Deputada Laura Carneiro).



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há requerimento sobre a mesa.

Para discutir e falar contrariamente à matéria, passo a palavra ao Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PPS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez — parece que isto se repete quase semanalmente no plenário desta Casa — nós estamos votando a criação de cargos comissionados. São mais 59 cargos comissionados, como se não houvesse uma quantidade suficiente deles no Governo Federal para se administrar este País.

Eu estou esperando ainda, Srs. Parlamentares, o momento em que o Governo Federal vai mandar para cá a extinção de cargos comissionados ocupados por indicados políticos e partidários para que passemos a gastar dinheiro neste País com o povo, para que passemos a gastar dinheiro com a saúde pública, para que possamos de fato discutir a questão da segurança no País.

Estão criando mais cargos comissionados, no meio de uma crise como esta! Nós sabemos que o Brasil está quebrado. Sabemos que no Brasil se fala a toda hora da necessidade de ajustes. Como é que este Governo quer ter moral para falar em qualquer tipo de ajuste, criando mais cargos a serem ocupados por indicação? Será que entre os milhares de cargos já existentes não se tinha espaço suficiente para modificar alguns e, aí sim, designar esses espaços para fazer a intervenção no Rio de Janeiro?

Parece que a toda hora querem arrumar uma brecha para criar mais cargos nos quais colocar mais indicados políticos. Ninguém aguenta mais isso!



O povo brasileiro não aguenta mais! O Governo Federal está completamente desconectado da realidade e da sociedade brasileira. Este Governo é completamente desconectado do povo!

Mas eu espero que o Congresso tenha o mínimo de sensibilidade, vote contra essa medida provisória e diga que não aceita mais votar a criação de cargos comissionados. Não dá mais!

Aí vem o debatedor que é a favor do Governo, dizendo: *“Ah, não! São só 60 cargos. Não é por isso que o Brasil está quebrado”*. Mas é por causa da soma que o Brasil está quebrado. É porque toda semana este Congresso cria novos e novos cargos; primeiro são 30, depois são 20, depois mais 60. E assim vai se acumulando, em uma estrutura pública, essa quantidade pela qual o cidadão não pode pagar.

Não dá para fazer demagogia! O Parlamentar não pode ocupar a tribuna para dizer: *“Temos que fazer reforma tributária e temos que diminuir impostos no País, mas vamos aproveitar e criar mais uns cargos para o povo pagar a conta.”* Pelo amor de Deus, não dá para aceitar isso!

Hoje estamos fazendo um debate sobre os agentes de saúde. Alguns Deputados dizem: *“Não há dinheiro para pagar o aumento da remuneração”*, mas há dinheiro para criar cargos comissionados. Não há dinheiro para investir no povo, mas há para criar cargos comissionados. Pelo amor de Deus, é uma vergonha que este Parlamento crie ainda mais cargos comissionados neste momento em que vive o Brasil.

O SR. ALEX CANZIANI (Bloco/PTB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Alex Canziani votou com o PTB nas votações anteriores, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria dizer que me tornei a favor da intervenção porque o próprio Governador entregou os pontos e pediu ao Governo Federal, que aceitou o pedido, a intervenção federal sob comando militar no Rio de Janeiro.

Uma vez posta a intervenção, os Deputados temos trabalhado dentro de uma Comissão Parlamentar que foi criada para que, durante a janela em que se abriu da intervenção — quando param 536 propostas de emenda à Constituição — se possa produzir algum resultado que não se encerre no último dia do ano, quando chega ao fim a intervenção.

Em todas as reuniões temos solicitado ao Gabinete de Intervenção, em primeiro lugar, planejamento e foco nas medidas que vão ser tomadas durante a intervenção, como, por exemplo, impactar os homicídios dolosos e diminuir a quantidade de mortes e de roubos a transeuntes no Rio de Janeiro. Somente depois de 90 dias tivemos o planejamento do Gabinete de Intervenção, e ainda muito difuso.

Cobramos medidas que impactem também o problema estrutural das corporações da Polícia Militar e da Polícia Civil, problemas como o orçamento, que hoje é praticamente todo consumido para pagamento de salários. Não sobra nada para custeio. O orçamento da segurança pública no Rio de Janeiro em 2007 foi de 4 bilhões de reais, metade custeio, metade pessoal. Em 2018, praticamente 90% do gasto foi destinado a pessoal e previdência! Por isso, tivemos que solicitar 1 bilhão e



200 milhões de reais ao Governo Federal, já que não há sequer 1 real para comprar viatura, para comprar munição, para comprar colete à prova de balas.

Portanto, nestes 170 dias que faltam para o fim da intervenção, a cobrança é esta: medidas que não se acabem no dia 31 de dezembro, com o fim da intervenção.

E por que sou contra esta medida provisória? É importante dizer que fui a favor da medida provisória que libera recursos na ordem de 1 bilhão e 200 milhões de reais para o Rio de Janeiro. Mas não faz sentido criarem 60 cargos em comissão. Daí nós temos que concordar: o País está quebrado e precisa de investimento. Criar mais despesa neste momento? Por que não se remanejam cargos do Ministério da Defesa ou do Exército para a intervenção?

Nós temos que trabalhar direito esses recursos. Não dá para perdê-los com gastos obrigatórios e gastos que não são...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a discussão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encaminhar contra, concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

O SR. CHICO ALENCAR - Ele já falou!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É encaminhamento agora, Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR - Ah, sim!

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, continuando, é importante chamar a atenção para o fato de que, com relação à intervenção, já se passaram 105 dias da MP que foi editada e que nós aprovamos hoje. E foi bem lembrado aqui por uma Parlamentar que efetivamente foram gastos 80 mil reais desse 1,2 bilhão de reais! Há também uma dificuldade, que é compreensível, de que não se pode demorar tanto para gastar esse recurso.

Deputado Celso Pansera, eu tive oportunidade, há cerca de 15 dias, de estar com o Comandante Geral da Polícia Militar, que me disse que ia comprar, com esse 1,2 bilhão de reais, coletes à prova de balas, munição e viaturas, o elementar para se fazer segurança pública. Não dá para passarem os exatos 105 dias e não se conseguir empenhar a totalidade dos recursos, e não se ter um planejamento adequado de todos os recursos que estão sendo liberados para o Rio de Janeiro.

Por isso, nós temos chamado a atenção do Gabinete de Intervenção, porque não é simples gerir segurança pública de uma cidade e um Estado como o Rio de Janeiro. Não é dentro da caserna que se vai fazer política de segurança pública com transparência, que é o que todos nós temos cobrado também do Gabinete de Intervenção. Temos que pactuar com a sociedade e lhe mostrar efetivamente o que está sendo feito.



É importante dizer, por exemplo, que foi feito o remanejamento dos policiais militares na ALERJ e que foi aplaudido pela sociedade. Mas, Deputado Simão Sessim, os policiais que estão lotados no Tribunal de Justiça, que estão lotados no Ministério Público e que estão lotados na Defensoria Pública não foram remanejados para irem às ruas prover segurança para o cidadão do Rio de Janeiro. Então, é importante que nós enfrentemos essas discussões.

Não há ainda do Gabinete de Intervenção nenhuma proposta estruturada para a Assembleia Legislativa no sentido de rever a corporação policial. O que há é um conjunto de medidas, que foram tomadas durante décadas na segurança pública, que tornam a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros inadministráveis. E é importante cobrar isso do Gabinete de Intervenção, para que essas medidas possam corrigir essa corporação, porque não haverá resultado para a segurança pública se essas questões não forem resolvidas e enfrentadas. Não se deve empurrar com a barriga o problema da segurança pública no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que os Parlamentares não leram a medida provisória. Tudo que eu ouvi aqui — e tenho um carinho especial pelo Deputado Pedro Paulo — foi sobre a medida provisória que todos nós acabamos de aprovar. O que trata a medida provisória é muito simples, são apenas dois temas.

A MP cria o cargo de Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro e também cargos de sua cúpula, e permite aos cabos, aos militares, que vão para a



base aguentar tiros, quando não estão na cidade do Rio de Janeiro, o recebimento de gratificação no valor correspondente a 2% do soldo.

Se alguém aqui é contra facilitar a vida daquele militar que já não está no seu Estado, que vai para a guerra — porque é uma guerra o que vivemos no Rio de Janeiro —, que vote contra a medida provisória. Quem tiver o mínimo de consciência saberá que esse não é um cargo comissionado que vai durar para sempre. Pelo amor de Deus, não está certo o meu querido amigo Deputado Daniel Coelho! Esses cargos comissionados serão criados apenas enquanto durar a intervenção até sua desmobilização, ou seja, por um período, não serão criados para sempre. Caso contrário, eu não teria relatado a favor da MP.

Essa é a organização da intervenção no Rio de Janeiro. Quem for a favor, de verdade, que tire a máscara; quem for contra, que vote contra. Quem for a favor da intervenção é por que quer a segurança pública no Rio de Janeiro com um mínimo de decência. Ah, não está funcionando? Vocês não têm noção do que seria aquela cidade se não tivesse nem o que nós temos hoje. Eu queria ver quem mora no Rio de Janeiro andar nas ruas se não tivesse havido a intervenção. Eu queria ver qual Deputado ia sair daqui e visitar a cidade do Rio de Janeiro. Vocês não têm noção do que nós passamos lá. Vocês não têm noção do que se passa lá, do que o povo trabalhador passa no Rio.

Quem é a favor da intervenção entende a importância da estruturação dessa equipe. E a estruturação está aqui, nada de grave, nada que não fazemos todos os dias nesta Casa, Sr. Presidente. Não é palhaçada.

Se Deus quiser, vamos votar esta matéria rapidamente, para que depois possamos votar a MP que trata dos agentes comunitários de saúde do Brasil.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, passo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria mostrar para o Plenário o que nós estamos votando de fato. Todos nós concordamos — e votamos — com a alocação de recursos com a finalidade de desenvolver a intervenção no Rio de Janeiro. O Governo já criou o Ministério e cargos. O Governo está usando o Exército, que já tem remuneração, para fazer a intervenção. E juntamente com a alocação desses recursos, foi proposta a criação de 66 cargos. São esses cargos que nós não queremos aprovar, porque não fazem nenhum sentido.

O Governo, aqueles que derrubaram a Dilma e que fizeram o golpe não acusavam o Governo Dilma de fazer gastanças? E que o Governo tinha muitos Ministérios e muitos cargos? Ora, eles estão propondo agora a criação do Ministério, e já foi criado o Ministério específico de segurança, que foi incapaz de coordenar a segurança. Foi preciso fazer a intervenção, usar o Exército, que tem seus servidores remunerados, pagos, e estão lá em razão da função constitucional. E agora nós aprovamos recursos para o Rio de Janeiro. Mas para que a criação de 66 cargos? Essa é a gastança desnecessária.

Então, nós estamos aqui exatamente para fazer esta observação: o Governo congela, através da Emenda Constitucional nº 95, os recursos para a área da saúde e da educação e para todos os demais programas, inclusive retirando recursos exatamente de programas que se destinam a prevenir essa violência brutal, que só está crescendo no Governo golpista do Temer. Retira esses recursos e agora vai



precisar de recursos para criar cargos. E é esse mesmo Governo que propõe na LDO, a qual precisaremos votar nos próximos dias, a retirada de 10% no custeio das universidades, das escolas, na área da saúde e em todas as áreas. E agora quer criar cargos!

Repito, para não deixar nenhuma dúvida, porque a nossa posição é clara: nós votamos a favor da alocação de recursos, o Ministério já está criado, já está lá o Exército, mas é desnecessário criar cargos. Este é o ponto para o qual estamos fazendo o destaque, para que não seja aprovado.

Este é o pedido que faço ao Plenário.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Volto à argumentação, Sr. Presidente, sobre o que é utilizar mal os recursos. Esses 66 cargos gerarão um gasto de 7 milhões de reais por ano. Sabem V.Exas. quanto custam — e ainda esta semana estávamos festejando, Deputado Ezequiel — 1.231 policiais a mais nas ruas do Rio de Janeiro.

E sabem V.Exas. por quê? Porque voltou a ser pago o Regime Adicional de Serviço — RAS, que é o adicional que se paga ao policial no dia em que ele deveria estar de folga, mas está nas ruas. Sabem V.Exas. quanto custa a RAS por um mês, para 1.231 policias a mais nas ruas do Rio de Janeiro? Custa 8 milhões de reais.

Portanto, por que dar esses 8 milhões de reais para 67 militares que já recebem seu soldo? Para que dar a eles um DAS adicional, se a segurança pública está precisando de colete à prova de balas, de munição, de investimentos, para que possam voltar os boletins de ocorrência para o sistema? E digo isso porque todos os investimentos na segurança pública do Rio de Janeiro foram interrompidos. É por isso que não dá para ficar criando cargos.

É este o apelo que se faz: que se gastem direito os recursos, sem desperdiçá-los com cargos e mais cargos em comissão! Não podemos, em todas as medidas provisórias na Casa, criar mais cargos.



O Rio de Janeiro tem 453 mil servidores públicos. Agora, o próprio Governador, aumentando despesa obrigatória, contrariando o regime de recuperação fiscal, em razão do apelo da segurança pública, chamou 1.300 guardas que fizeram concurso público. Para que criar 66 cargos em comissão?

Isso não é ser contra a intervenção, isso é só exigir, cobrar para que esses recursos sejam efetivamente gastos em segurança pública, e não na atividade-meio; para que esse dinheiro possa efetivamente gerar paz, porque o Rio de Janeiro não aguenta mais.

Não podemos gastar dinheiro com algo absolutamente desnecessário. Existem policiais civis e policiais militares no gabinete de segurança pública do Rio de Janeiro, por que não usar esses profissionais? Por que é preciso trazer todo mundo do Exército, com cargo em comissão novo, para dar conta da segurança pública no Rio de Janeiro?

Ora, vamos utilizar os recursos na segurança para garantir a paz do cidadão carioca...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP entende, Sr. Presidente, que esta medida provisória veio complementar aquilo que esta Casa fez. Criou a intervenção federal, coisa que anteriormente nenhum Governo fez, porque não enfrentava o problema da guerra no Rio de Janeiro. O que está ocorrendo é guerra mesmo, Sr. Presidente. Lá já morreram este ano 59 policiais militares. Lá já foram sacrificados vários alunos em escola por bala perdida.



Esta medida provisória, Sr. Presidente, vem também atender leis que esta Casa fez em 2018 através da aprovação no Orçamento. Então, Sr. Presidente, estamos cumprindo religiosamente aquilo que foi estabelecido por nós mesmos. Agora é preciso uma estrutura, e essa estrutura foi feita em função desta medida provisória.

Nós votamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se pudermos acelerar, eu agradeço.

Como vota o PT?

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT, Presidente, votou a favor da liberação de 1,2 bilhão de reais para a intervenção, mas agora é contra esta medida. Não é porque estamos enviando dinheiro para lá que podemos ficar criando cargos para gastar esse recurso. A atividade tem que ser atividade-fim, para combate à violência e para projetos sociais.

O PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que nós votamos favoravelmente à liberação de 1,2 bilhão de reais. Nós fizemos aqui o cálculo grosseiro. Convido os Parlamentares a nos acompanhar. Se dividirmos 7 milhões de reais em cargos comissionados por 60 — são 67 —, nós temos aí 120 mil reais, calculados entre principal e encargos, a beneficiar essas 60 pessoas. É claro que são diferentes os números, pois fizemos um cálculo grosseiro, repito, mas é muito importante prestarmos atenção em que



nós estamos fazendo um investimento — que não tem nada a ver com aquilo a que destinamos originariamente — em 67 novos cargos.

É claro que aí está incluído o cargo do interventor. Aqui não se sabe quanto cada um vai ganhar. E mais uma vez nós estamos aprovando uma matéria sem conhecimento e sem detalhamento de uma situação muito complexa.

Votamos “não”.

O SR. CELSO PANSERA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “não”.

Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, fomos favoráveis à intervenção federal, que entendemos ser necessária, mas não concordamos, em hipótese alguma, com a criação de cargos comissionados, 59 cargos comissionados, numa estrutura que já recebeu, na medida provisória anterior, 1,2 bilhão de reais. Sem dúvida alguma, é possível fazer essa intervenção com os cargos já existentes no Exército, em toda a configuração do Ministério que já fora criado.

Por isso, o PPS é contra a criação de cargos comissionados e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, votamos “não”, pelos argumentos da Deputada Laura Carneiro, porque na minha opinião a intervenção não nos protege hoje no Rio de Janeiro, nem ao povo, nem aos Deputados, nem a ninguém. Mas acho correto que se crie o cargo de interventor, porque ele não existe na figuração jurídica do Rio. Na



nossa opinião, deve ser mantido o cargo do interventor, na medida provisória, e retirados os outros. E que sejam remanejados os cargos existentes na segurança pública para suprir as necessidades do gabinete.

Nós vamos votar contra a urgência e relevância da MP e depois acompanharemos o destaque pela manutenção apenas do cargo do interventor, retirando-se os outros 66 cargos da medida provisória.

Votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Brasil tem uma estrutura burocrática muito pesada. Que intervenção é essa que quer supostamente modernizar pela inteligência, pela prevenção, pela política de proximidade, a segurança do Rio e que vem com essa proposta arcaica, perdulária, tradicional, de criar mais 66 cargos em comissão?

A missão é fazer, sim, uma política de segurança com participação popular, com programa social, e não meramente bélica ou burocrática, com vários cargos comissionados. Isso já existe em demasia, isso não cabe, não tem nada a ver inclusive com o planejamento, que só agora ouvimos ser propagado lá pelos generais da intervenção.

Nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o MDB?

O SR. LEONARDO PICCIANI (MDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a intervenção é um fato inédito no nosso País e surgiu justamente do clamor da população do Rio de Janeiro e do Brasil, que não aguentava mais os



episódios de insegurança. Por ser um fato inédito, é evidente que ainda precisa ser aperfeiçoada e precisa demonstrar resultados.

Mas eu quero aqui registrar um fato fundamental: pela primeira vez, um Presidente da República e o Governo Central, a União, tiveram a coragem de assumir a segurança pública como uma pauta nacional. A tônica anterior, de todos os Presidentes que vieram anteriormente, era empurrar esse problema para os Estados, como se fosse um problema de cada um. A segurança é um problema do Brasil. Nós queremos que a intervenção dê certo. Vamos cobrar os resultados que ainda precisam...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que esta matéria divide a nossa bancada. Nós sabemos da importância da intervenção no Rio de Janeiro, tanto que votamos para que pudéssemos mandar os recursos necessários para que não faltasse estrutura na operação. Mas a criação de cargos é sempre um tema sensível para um País que já tem uma estrutura grande o suficiente para isso.

Portanto, o PSD vai liberar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSDB?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me uma ponderação: nós estamos discutindo a criação temporária de cargos, que serão provisórios enquanto perdurar



a intervenção. Foram solicitados pelo Comando da intervenção. A intervenção se faz com servidores públicos das Forças Armadas, que no geral se engajam plenamente, durante o dia e a noite e nos fins de semana. Muitos vêm de outros Estados. Trata-se apenas de uma complementação salarial para muitos que vão ali trabalhar para além dos horários ordinários de seus afazeres e funções. Então, eu não vejo mal nenhum nisso, na medida em que se trata de algo provisório. Conjugado isto com os gastos que serão realizados na aquisição de diversos equipamentos, nós vamos remunerar e organizar melhor a estrutura do aparato policial que está intervindo no Rio de Janeiro.

Portanto, essa medida merece ser aprovada, sim, por bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PROS?

O SR. FELIPE BORNIER (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito difícil para esta Casa entender isto! No momento em que a própria bancada do Rio de Janeiro não consegue fazer o encaminhamento em conjunto, cria-se uma confusão neste Plenário.

O nosso entendimento é no sentido de deixar para amanhã de manhã essa votação, para não derrotá-la, para que se possa trazer um pouco de informações sobre este assunto, que é de suma importância para o Brasil. Talvez votar contra essa matéria possa ajudar o crime organizado, que está acabando completamente com o Estado do Rio de Janeiro. Eu sou da Baixada Fluminense e represento o interior do Estado, que nada avançou — só piorou — na questão da segurança pública. Gostaria que houvesse um pouco de transparência nessa matéria, porque



eu tenho certeza de que nesta noite, do jeito que se está encaminhando, talvez muitos irão votar de maneira errada.

Portanto, eu peço um pouco de cuidado nessa condução, para que haja amadurecimento e para que a bancada do Rio de Janeiro se entenda, porque esse assunto é de total relevância...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PR? *(Pausa.)*

Como orienta o DEM? *(Pausa.)*

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE libera, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE libera.

Como orienta o DEM? *(Pausa.)*

Como orienta o PR?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Quero orientar pelo Democratas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o Democratas?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, eu queria fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro, esta matéria apenas cria cargos provisórios. Não são para sempre, são durante o período da intervenção.

Segundo, nesse mesmo recurso estão previstos os 2% para o soldo desses profissionais que estão nas ruas do Estado do Rio de Janeiro.



Nessa matéria, não discutimos a intervenção. A questão não é a discussão da intervenção propriamente dita. Poderíamos ficar aqui horas, porque eu tenho acompanhado *pari passu* com outros Deputados da bancada a questão da intervenção, Sr. Presidente. A questão aqui é simples: a intervenção não existia; cria-se um novo órgão provisório, mas é um novo órgão; ligado a esse órgão, será criado um comando, que é a inteligência da intervenção. Então, vamos desmontar a inteligência da intervenção por conta...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. EVANDRO GUSSI - Presidente, quero orientar pelo PV.

O SR. TADEU ALENCAR - Quero fazer a orientação pelo PSB.

O SR. EVANDRO GUSSI - Presidente, quero fazer a orientação pelo PV.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós temos clareza de que a administração pública federal tem mais de 20 mil cargos em comissão. Uma pequena parte desses cargos poderia muito bem ser destinada para atender as necessidades, que são inquestionáveis, da intervenção no Rio de Janeiro. Esse Estado já é gorduroso, oneroso, perdulário. Esse Estado sobrecarrega a cidadania brasileira. O País compromete 40% do seu Produto Interno Bruto para sustentar o Estado.



O PSB orienta “não” a essa medida, por entender que essa necessidade poderia ser resolvida de outra forma, sem a criação de mais cargos para esse Estado, que já é extremamente pesado para o povo brasileiro.

Por isso, a orientação do PSB é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Oposição?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, são 7 milhões a serem gastos este ano com 66 cargos. Nós temos 40 mil pessoas, ou por volta disso, que estão lá trabalhando todos os dias e enfrentando o crime, e essas não serão contempladas com esses 7 milhões e 66 cargos. Cargos esses que podem ser remanejados do Ministério da Segurança, do próprio Exército; cargos que podem ser supridos sem se utilizar do instrumento de aumento das despesas do Estado.

É preciso dedicar os recursos para a atividade-fim e não para a atividade-meio, até porque não dá para ter dois discursos. Diziam que Dilma era perdulária. E agora não há caráter perdulário? É a mesma coisa que reclamar do desembargador e não lembrar que Moro vive com Aécio Neves no maior convescote.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e o PROS encaminham o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PTB vota “sim”.

O SR. WALNEY ROCHA (PATRI-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Patriota vota “sim” nessa matéria.

O SR. EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, o PV quer orientar nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, senhor. V.Exa. nem estava ao microfone, Deputado Evandro.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Informo que faltam 22 minutos para encerrar a sessão. Se todo mundo for falar, vai acabar a sessão.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. votou a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votei.

O SR. EDMAR ARRUDA - Como V.Exa. votou, se ela pediu orientação, e nós estamos aguardando para pedir verificação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votei os pressupostos constitucionais. Agora estou colocando em votação o não atendimento dos pressupostos constitucionais.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, continuando este debate, eu falei aqui quantos servidores públicos há no Estado do Rio de Janeiro: 453 mil, segundo o relatório de pessoal, de abril, que está no *site* Portal da Transparência.

Se fizermos uma conta de quantos são os cargos em comissão, os cargos de livre escolha, temporários, todos esses cargos que são de discricionariedade do Governador do Estado, veremos que são 16 mil cargos em comissão. Para que a Câmara precisa aprovar 66 cargos e o gasto de 8 milhões de reais — que deveriam



estar na rua, ser usados para comprar munição, colete à prova de bala — para criar cargos de DAS?

O Estado do Rio de Janeiro, quebrado como está, não faz o dever de casa. Aí não dá, é querer demais, é não saber por que o Estado está quebrado.

A Assembleia Legislativa aprovou, ontem de madrugada, o plano de cargos e salários da saúde para 27 mil servidores, que ganham, é verdade, salários baixos. Mas sabe qual é o impacto disso? Para quem teve a curiosidade de ver — eu tive —, no relatório de maio do Conselho Supervisor do Regime de Recuperação Fiscal está lá o impacto: em 3 anos, 1,8 bilhão; em 6 anos, se o regime for renovado, 4,4 bilhões.

E continuamos aumentando despesa obrigatória, despesa de salários. Isso quebra o Estado do Rio de Janeiro, que, aliás, continua quebrado, e quebra também a União. Nós já liberamos 1,2 bilhão. Esse dinheiro é muito bem-vindo, porque o orçamento da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, Sras. e Srs. Deputados, não é pequeno: 11 bilhões de reais. E 84% dele é gasto em recursos humanos ativos e inativos.

E não se trata de uma discussão de mérito, se o policial militar está ganhando pouco ou se está ganhando muito. Sabemos que não é fácil estar ali no *front* enfrentando a violência, mas existe uma questão de escolha: não dá para ter um orçamento de 11 bilhões de reais e ele todo ser consumido com pessoal. E aí o que acontece? Não há gasolina para viatura, não há manutenção, 60% das viaturas estão paradas nos batalhões ou nas oficinas. É o batalhão pedindo esmola para recuperar viaturas.

Assim não dá. É preciso racionalizar a despesa.



O SR. WELLINGTON ROBERTO (PR-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado Wellington Roberto votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima, para falar contra a matéria.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, é isto que cansa o povo brasileiro, é daí que vem tanta revolta conosco, não é em vão que haja tanta indignação, uma rejeição absoluta a todos nós: há uma máquina pública já agigantada, já imensa, um peso já difícil de carregar, e hoje nos reunimos para criar mais cargos comissionados.

Eu não quero aqui entrar no mérito da intervenção. O fato é que estamos criando mais cargos comissionados, estamos aumentando o peso da máquina pública. O brasileiro nunca tem a chance de ver este mesmo Plenário se reunir para extinguir alguns cargos, para diminuir o peso. Eu não vou falar nem em extinguir cargos comissionados; vou falar em diminuir o peso, o custo da máquina pública. E aí pedimos calma ao povo brasileiro. Pedir calma como? Alguns pedem paciência ao povo brasileiro. Pedir paciência como, se não fazemos um gesto?

Se houvesse um mínimo de correção e bom senso, para se criar cargo comissionado onde quer que seja, na intervenção ou em qualquer outro espaço, teríamos que acabar com pelo menos alguns dos mais de 3 mil cargos comissionados que existem no Palácio do Planalto. Por que a Casa Branca tem 300 e o Palácio do Planalto tem mais de 3 mil? Quem é que consegue defender isso? Quem é que consegue ainda esticar essa corda?



Mas, não! Sempre fingimos que nada está acontecendo. Dizemos que isso não é assunto, que isso não retém a nossa atenção, que sobre isso não falamos. Porém, quando o assunto é criar cargos, nós conseguimos criá-los. E essa é uma prática reiterada. Isso acontece de maneira repetitiva. Temos que entender que não dá mais.

Então, eu quero colocar aqui essa revolta de um povo que não aguenta mais carregar nas costas o peso de uma máquina pública que já não dá saúde, já não dá educação e ainda fica cobrando e sugando cada vez mais o povo. Que possamos ponderar: se for preciso fazer algum ajuste na intervenção, como o Deputado Felipe Bornier colocou, tudo bem. Vamos tentar chegar a um consenso, mas fazendo um gesto, um remanejamento, algum corte, algum reparo em uma máquina pública que não pode mais continuar assim.

Por fim, faço um apelo para que também apreciemos a matéria dos agentes comunitários de saúde, para que possamos dar um desfecho justo a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PP entende que o parecer dessa matéria foi muito bem colocado pela Relatora, a Deputada Laura Carneiro.



Nós estamos votando o que nós mesmos criamos aqui: a intervenção federal. Para executá-la, é preciso haver um interventor e o seu gabinete, que é constituído de cargos em comissão. Não existe nada aqui que se diga que não seja transparente. Esses cargos foram autorizados por leis que nós criamos, oriundas de projetos do Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, é preciso raciocinar com lógica. O Governo quer enfrentar a guerra no Rio de Janeiro. E quem quiser fazê-lo tem que ter estrutura para o enfrentamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Vamos orientar rápido, Sr. Presidente, dizendo “sim” ou “não”, para dar tempo de votarmos a outra medida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estou tentando.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “não”.

O SR. OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu queria reiterar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “não” mais uma vez, porque está indignado com a criação desses cargos em comissão.



Amanhã vamos todos estar preparados, pois vai ser um dia de muita atividade aqui. A grande manchete de todos os veículos de comunicação vai ser: *“Câmara Federal cria 67 cargos em comissão para o Rio de Janeiro”*. E lembro que o Estado já tem toda essa estatística que foi apresentada aqui pelo Deputado Pedro e pelo Deputado João Paulo.

O SR. OTAVIO LEITE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós do PT vamos votar contra porque entendemos que, nessa medida, o Governo está colocando recursos não para atividades-fim, para ajudar efetivamente a segurança, mas para criar cargos. Um governo que falava tanto das gastanças que existiam em outras épocas está criando cargos agora.

Nós queremos que o recurso vá para o povo, para ajudar a fazer a segurança, e não para criar cargos. Votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o MDB? (*Pausa.*)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

O SR. EDMAR ARRUDA - O PSD quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - O PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. EDMAR ARRUDA (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu espero que, na próxima votação, V.Exa. use o microfone e fale alto, para nós podermos ouvir a proposição em votação.



Segundo, eu acho que nós temos que votar essa matéria com a nossa digital. Tem que ser votação eletrônica, para nós sabermos quem está votando a favor e quem está votando contra.

O parecer da Consultoria de Orçamento desta Casa alerta que essa matéria não é constitucional e não tem previsão orçamentária. Portanto, ela não atende as exigências constitucionais no que tange à adequação financeira. Esse é o parecer da Consultoria da Casa.

Portanto, eu sou contra a matéria, votarei contra. Mas o PSD libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? “Sim” ou “não”?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou fazer uma ponderação, para que nós possamos colocar o ponto nevrálgico do problema.

Não se trata de uma criação permanente de cargos, mas de algo que se extinguirá em abril do ano que vem, no máximo. A intervenção termina no final deste ano. A intervenção foi votada por esta Casa. É preciso oferecer os meios para que ela funcione. O Exército nacional convocou, arregimentou uma série de efetivos que vieram de vários Estados do Brasil.

O que se está promovendo é a oportunidade de uma complementação mínima, que é uma mixaria, essa é a verdade, para que eles possam se dedicar a pleno vapor, em horários muito além dos seus regulares, ordinários, porque se trata de uma intervenção. Eles não têm hora, não têm fim de semana.

Então, por essas ponderações, eu acho que é válido apoiar. Nós vamos gastar apenas 7 milhões de reais. Ora, então não se trata de...



(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB e o PROS encaminham o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto “não”.

Eu queria aproveitar a oportunidade para reafirmar a nossa posição em relação à Medida Provisória nº 827, que reestrutura a carreira dos agentes comunitários de saúde e de endemias, profissionais tão importantes para a saúde dos brasileiros. Peço agilidade, para votarmos esse tema tão importante hoje à noite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente quero esclarecer ao Deputado Simão Sessim que nós fomos contra a intervenção no Rio de Janeiro. Na verdade, ela produziu mais violência, mais ineficiência e mais insegurança.

Nós estamos gastando mais de 1 bilhão de reais para resultados que partiram do improviso, do amadorismo; resultados insatisfatórios na luta contra a violência. E mais: o que está sendo discutindo aqui é se vão ser alocados recursos para atividades-meio ou para atividades-fim.

Eu acho que o povo do Rio de Janeiro espera que esses recursos sejam usados para atividades-fim. Rigorosamente, não merecia, porque não há



planejamento nessa intervenção; há violência contra a cidadania e contra a população do Rio de Janeiro.

Por isso, o PSOL vota “não”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - O PSC quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC tem uma posição muito clara. Nós entendemos que muitas vezes se faz um discurso aqui para agradar, quando, na realidade, precisamos de um discurso com mais responsabilidade.

Hoje o Rio de Janeiro vive um grande caos. O Rio de Janeiro vive um momento lamentável. Só quem vive ou tem passado pelo Rio de Janeiro vê a situação.

Nós trabalhamos aqui para aprovar leis. Na realidade, tem que ficar claro para a população que não se trata diretamente de criação de cargos. Trata-se de eventuais funções que serão criadas agora e que terminarão em abril de 2019. Em julho de 2019, mais 16 cargos também terminarão. Portanto, nossa posição é muito clara.

Corrigindo a informação dada há pouco aqui de que a Casa Branca tem 300 funcionários, digo que isso não é verdade. Segundo a Assessoria, ela tem 498, e o Palácio do Planalto, 1.944, só para deixar clara essa informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para deixar registrada a nossa posição, nós somos contra a criação



de cargos, mas vamos votar para agilizar a votação da medida provisória dos agentes comunitários de saúde.

Nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PV?

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as tarefas, as funções do Estado precisam ser colocadas em nível de prioridade.

O grande problema no Brasil é que foi colocado na nossa cabeça que o Estado precisa assumir todas as funções. Isso não é verdade. Há muitas funções que podem ser bem desempenhadas pela sociedade civil, pela iniciativa privada, e isso deve ser confiado a elas.

Já a tarefa de segurança nacional, de segurança pública, não pode ser delegada, sem prejuízo, a entes que não sejam públicos, que não sejam estatais.

Se há uma área em que os recursos públicos deveriam ser investidos, é a da segurança das fronteiras nacionais, a da estabilidade da ordem nacional e a da nossa segurança pública. Essa é a primeira das funções estatais.

Por isso, o PV orienta "sim" em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação...

O SR. PEDRO UCZAI - Peço a palavra pela Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos orientar o voto “não”.



Não é possível que em área-meio sejam criados 67 cargos e destinados mais de 7 milhões de reais e se diga que isso é mixaria.

Em vez de efetivamente pensar na prevenção e interferir no dia a dia da segurança pública, pensa-se em mais cargos comissionados, mais cargos na área-meio. Na área-fim, o policial e a estrutura ficarão dependentes e subordinadas a parques recursos.

Por isso, o voto é “não”.

Vamos votar a MP 827, relativa aos agentes comunitários de saúde, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

Aqueles que forem a favor...

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vai mudar o voto, vai liberá-lo, respeitando o Deputado Otavio Leite, que é do Rio de Janeiro. Vários Deputados não concordam com mais despesas neste momento.

O PSDB libera o voto.

A SRA. SORAYA SANTOS (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PR quer orientar.

O PR orienta "sim", lembrando que esta é uma medida que nós já vencemos aqui na Casa. Nós votamos a intervenção, nós votamos a necessidade de criação desses cargos.

O problema da segurança do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, é um problema de Nação brasileira. Se perdermos o curso da violência que está instalada no Rio, perderemos no Brasil.



É por isso que o PR, com muita responsabilidade, vota "sim".

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Peço a palavra pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (MDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, vamos refletir! São 7 milhões neste ano. No ano que vem serão 3 milhões e meio. São recursos para o Rio de Janeiro, que estava caindo aos pedaços na área de combate à violência. Amanhã pode ser meu Estado, pode ser o Piauí, pode ser São Paulo.

É preciso incorporar a organização que está sendo montada lá. É uma organização de guerra! É um negócio infernal! É uma violência! É para combater a droga, o tráfico de armas! É preciso fortalecer aquele núcleo.

E isso é provisório! Os bandidos, na cadeia, vão rir de nós, vão dizer que nós os estamos apoiando!

O SR. EDMAR ARRUDA - Para! Nós já aprovamos 1 bilhão e 200 milhões, Deputado!

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Vamos botar a mão na consciência e refletir um pouco! É tão pouco! Isso vai incorporar e é provisório!

O SR. SIMÃO SESSIM - O crime é organizado, e nós temos que combatê-lo sem organização.

Sr. Presidente, à meia-noite termina a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna encarecer, veementemente, junto à Comissão de Seguridade e Família, a apreciação do Projeto de Lei nº 4.302, de 2016, de nossa autoria, que proíbe a legitimação da chamada união poliafetiva em nosso País.

A iniciativa decorreu do fato de que, nos últimos 4 anos, alguns cartórios aceitaram registrar a união estável entre três pessoas, nos moldes do que a Constituição estabeleceu para casais. Considerando, talvez, que a decisão do Supremo Tribunal Federal convalidando a união homoafetiva pudesse abrir caminho a interpretações extensivas do texto constitucional, tais cartórios se anteciparam, e praticaram atos absolutamente incompatíveis com a legislação em vigor no País.

Não obstante a argumentação que se difunde, no sentido de que o Estado não tem o direito de intervir na liberdade individual, ou de que os modelos familiares são culturais e passíveis de transformações no tempo, ou que, ainda, as relações baseadas no verdadeiro afeto são mais importantes do que as relações formais, o fato é que não se pode cogitar, na cultura brasileira, de base eminentemente cristã, da aceitação de poligamia ou poliandria na formação familiar.

De fato, a ideia da família constituída a partir do casamento entre homem e mulher, tal como descrito na Bíblia desde tempos imemoriais, vem sendo mantida e perpetuada por todas as nações de tradição judaico-cristã. A inserção de modelos exóticos, entre nós, não deve se justificar em nome da liberdade individual, uma vez que a esta não se concede o poder de agredir a sociedade com a afronta direta a seus princípios e costumes.



Não podemos esquecer, Sr. Presidente, que a família é, sobretudo, a base da criação dos filhos, tanto no que diz respeito à procriação quanto no que diz respeito aos cuidados, educação e formação.

A ideia de uma criança educada por dois pais e uma mãe, ou por duas mães e um pai, é algo tão fora de propósito que não deveria sequer ser cogitado no mundo civilizado. Como explicar a uma criança uma situação dessas? Dizendo que seu pai ama não apenas sua mãe, mas também outra mulher? Ou que sua mãe ama não apenas seu pai, mas também outro homem, que também fará o papel de seu pai? Como esperar algum equilíbrio emocional de uma criança educada em ambiente tão confuso e mal estruturado?

Por outro lado, ainda que se tente justificar tais bizarrices em nome da prevalência do afeto, não se pode simplesmente ignorar a lei, ou ignorar o conjunto de princípios que lhe deram sentido. Como validar a união poliafetiva, se a bigamia é crime tipificado no Código Penal brasileiro? Como considerá-la estável, nos termos da lei, se o Código Civil proíbe o casamento de pessoas já casadas? Não parece óbvio que a união entre mais de duas pessoas é uma afronta não apenas aos costumes, mas ao próprio ordenamento jurídico em vigor? Com que autoridade um cartório convalida um ato de vontade, que se pode opor a terceiros, sendo este contrário ao disposto em lei?

Há quem argumente, Sr. Presidente, que a própria Constituição Federal manifesta uma tendência de aceitação de novos modelos familiares, tendência esta já reiterada por Tribunais Superiores, em casos de garantia de proteção estatal a união entre homossexuais. De nossa parte, entendemos que semelhante argumento só demonstra o descalabro que se vem consolidando, quando se trata de



adaptações a novas realidades, no Direito de Família. Do mesmo modo, reputamos absurda a prevalência de um certo direito à dignidade, justamente para convalidar situações que se mostram, antes de tudo, indignas da pessoa civilizada.

Daí nosso empenho, Sr. Presidente, em ver apreciado, na Comissão de Seguridade e Família, o PL 4.302/16, de nossa autoria. Diante da tendência à naturalização de tais absurdos, como o demonstra a prática dos cartórios mencionados, fica mais do que evidente a urgência da matéria, a disciplinar definitivamente a matéria e evitar novas ocorrências. Daí nossa insurgência contra a morosidade que se verifica no âmbito da Comissão, e nosso apelo, no Plenário desta Casa, em favor da imediata apreciação e deliberação do projeto.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. BILAC PINTO (DEM-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me a esta tribuna para falar sobre o homem que comanda a empresa líder no *ranking* nacional da construção civil. Trata-se do engenheiro Rubens Menin Teixeira de Souza, fundador e presidente da construtora MRV.

Nascido em Belo Horizonte em 12 de março de 1956, casado com Beatriz, pais de três filhos e avô de nove netos. Filho de Geraldo Teixeira de Souza e Maura Menin Teixeira de Souza. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1978, iniciando suas atividades em 1979 como sócio-fundador do Grupo MRV, tendo exercido o cargo de Diretor-Presidente da MRV até março de 2014. Hoje é o Presidente do Conselho de Administração.

A MRV atua em 133 cidades, 19 estados e, desde a fundação, a construtora, que já entregou quase 300 mil imóveis, tem hoje 25 mil funcionários. *“Até o final de 2016, um em cada 200 brasileiros estará morando num imóvel construído pela empresa”*, afirma Rubens Menin.

Com todo esse tamanho, a empresa vive um desafio: continuar crescendo num país em crise. É aí que cresce a figura de Rubens Menin. Dono de uma personalidade extremamente afável, de hábitos simples, Rubens é carismático e querido pelas pessoas que o cercam. É também austero e obcecadamente disciplinado. Graças a isso, desenvolveu estilo próprio de liderar e empreender. Na última década, criou praticamente um novo negócio a cada 2 anos.

É também sócio-fundador do Banco Intermedium S.A. e Presidente do Conselho de Administração desde a constituição desta companhia, em 1994. Presidente do Conselho de Administração, Sr. Souza também preside o Conselho



de Administração da LOG Commercial Properties e Urbamais Properties e Participações S/A.

Caçula de uma família de quatro filhos, Rubens Menin é, segundo ele próprio, um homem de sorte. *“Isso é uma das coisas mais importantes do mundo. Não estou falando de superstição. Sorte é ciência exata”*, afirma o engenheiro. *“O sucesso é consequência de três fatores: talento, transpiração e sorte. Para cada Bill Gates, existem outros 200 profissionais brilhantes, mas que não tiveram a mesma chance.”* Rubens Menin é, de acordo com os amigos, um exemplo de trabalho.

Menin faz parte de uma nova e crescente safra de empresários brasileiros que dedicam dinheiro, tempo e influência à filantropia. São empresários que decidiram combinar seu perfil empreendedor com as causas sociais. Em vez de buscar alívio para necessidades de curto prazo, almejam mudanças de longa duração. Por esse motivo, a MRV optou por criar, em 2015, seu próprio instituto, dedicado a investir em saúde e educação para crianças. Para garantir longevidade ao Instituto Social MRV, Menin resolveu ir além dos aportes esporádicos que faz do próprio bolso e decidiu doar cerca de 6 milhões de reais por ano à entidade. Com o lançamento do Instituto, em julho, Menin assumiu um papel na sociedade diferente daquele de apenas construir casas para quem não tem moradia. Ele quer ser protagonista das transformações sociais. *“Estou entrando no terceiro terço da minha vida”*, diz ele. *“Quero passar por este mundo e deixar marcas.”*

Rubens Menin tem também um *blog* onde compartilha informações e faz uma análise sobre o mercado imobiliário, economia, gestão, liderança, responsabilidade social e esportes.

Senhoras e senhores, é sempre importante ressaltar, num País como o



nosso, onde o Governo muitas vezes soterra o empresariado, o exemplo de homens como esse que diante da crise, responde com crescimento, desenvolvimento, visão de futuro, empreendedorismo e cidadania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. ALFREDO NASCIMENTO (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana fui a alguns Municípios do Amazonas para levar boas notícias.

Estive em Borba, onde acompanhamos a visita técnica do DNIT ao porto do Município, que está em fase final de construção, faltando apenas obras de acabamento. Estavam presentes o Superintendente do DNIT, Dr. Fábio Galvão, o Prefeito Simão Peixoto, os Vereadores Luiz Almeida, Gabriel e Cartolinha, o Presidente do PR em Borba, Alisson Karrer, o Deputado Estadual Cabo Maciel e o Presidente do PR em Manaus, Marcelo Ramos. O porto é um compromisso meu com o povo de Borba, compromisso que agora estou vendo ser concluído. Entrará em operação ainda neste mês.

Fui a Humaitá, onde participei da solenidade de assinatura do projeto de obras de mobilidade no trecho da BR-230 que corta a sede do Município. A obra se estenderá da balsa do Rio Madeira até o entroncamento da BR-319. Serão construídas passarelas, ciclovia, canteiro central, além de implantação de sinalização vertical e horizontal para garantir mais segurança aos pedestres e motoristas.

Novamente estávamos com o Superintendente do DNIT, Dr. Fábio Galvão, e o Prefeito de Humaitá, Herivane, que assinaram o documento, que era uma reivindicação antiga da comunidade local. Conseguimos a verba junto ao Governo Federal e o projeto prevê investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões.

Ainda em Humaitá, nós nos reunimos com os Vereadores do Município, juntamente com o Deputado Cabo Maciel e o Presidente do PR em Manaus, Marcelo Ramos.



Em São Gabriel da Cachoeira, também participamos de solenidade de assinatura da ordem do plano de serviço de recuperação de 100 quilômetros da BR-307, no trecho que liga a sede do Município à comunidade do Balaio, com participação do Exército Brasileiro e do DNIT. Essa é uma obra importante para muitas comunidades indígenas na área da tríplice fronteira, entre elas as do povo ianomâmi, baniwa e tucano, facilitando acesso à saúde, ao comércio, ao escoamento da produção, dando mais dignidade a todos.

Essa foi uma das obras que consegui viabilizar junto ao Ministério dos Transportes e que agora começa a se concretizar, depois da liberação da licença ambiental. Ainda temos o desafio de conseguir a licença ambiental para os outros 100 quilômetros, da parte que vai do Balaio a Cucuí.

Estiveram na solenidade, comandada pelo DNIT, o Superintendente do órgão no Amazonas, Dr. Fábio Galvão, o Senador Omar Aziz, Marcelo Ramos, Presidente do PR em Manaus, o Prefeito Curubão e todos os Vereadores.

E ainda, finalizando, nós nos reunimos com lideranças de vários segmentos do esporte amador: grupos do jiu-jítsu, futebol, luta livre, MMA, futsal, além de representantes de atividades esportivas voltadas para pessoas com deficiência. Esse encontro foi promovido pelo meu amigo Fabrício Lima, que tem um amplo serviço prestado ao esporte amazonense como Vereador e Secretário da área no Município e no Estado.

É muito bom chegar aos bairros de Manaus e ser recebido com carinho, amizade, e ter o reconhecimento do trabalho desenvolvido durante uma vida toda dedicada a melhorar a vida das pessoas. No Bairro São José Operário, fui recebido de braços abertos, num encontro organizado pelo meu amigo Jairo Santos.



As pessoas lembram dos projetos sociais que desenvolvi quando fui Prefeito, como Médico da Família, S.O.S. Igarapé, Professor na Universidade, Criança Urgente e tantos outros que marcaram nossa administração na Prefeitura, com o Social Levado a Sério.

Assim, finalizamos mais uma semana de muito trabalho, contato com o povo e os mais diversos segmentos, para juntos traçarmos objetivos concretos e conquistas para nosso Amazonas.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de compartilhar mais um ato de que participei na semana passada. Mais um gol de placa do Governador Flávio Dino foi feito na tarde da última quinta-feira, dia 5 de julho, com a entrega da MA-331, que liga o Município de São Domingos ao Município de Governador Luiz Rocha.

No povoado de São João da Mata, em um feito que reuniu a população, Prefeitos de várias cidades, ex-Prefeitos, líderes políticos e Deputados Federais, o Governador entregou mais uma rodovia toda asfaltada, com sinalização horizontal e vertical, um total de 40 quilômetros de estrada. Esse era um desejo muito antigo de toda a região, desejo que ao longo dos últimos Governos foi esquecido. Temos sempre lutado por melhorias nessa região, e a finalização dessa obra é uma vitória para aquelas comunidades.

O Governador Flávio Dino vem fazendo um trabalho espetacular no nosso Estado! São inúmeros trabalhos e ações realizadas diariamente, o que mostra que estamos no caminho certo.

Obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 11 de julho, às 23h51min, com a seguinte Ordem do Dia: Medida Provisória nº 826, de 2018. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 181.4.55.O

Data: 10/07/2018

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 51 minutos.)